

FERNANDO COMIRAN

**OS CENÁRIOS POLÍTICOS DA INTERVENÇÃO
PORTUGUESA NA BANDA ORIENTAL DO URUGUAI
(1811 e 1816)**

ASSIS

2008

FERNANDO COMIRAN

OS CENÁRIOS POLÍTICOS DA INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA BANDA
ORIENTAL DO URUGUAI (1811 e 1816)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a obtenção
do título de Mestre em História (Área de
Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno

ASSIS

2008

FERNANDO COMIRAN

OS CENÁRIOS POLÍTICOS DA INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA BANDA
ORIENTAL DO URUGUAI (1811 e 1816)

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno

1º Examinador: Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo (UPF)

2º Examinador: Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired (UNESP/Assis)

Assis, maio de 2008.

Para minha família:

Francisco, Zélia, Francielli e Dimitrius.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer aos meus pais, Francisco e Zélia Comiran pela incansável presença ao meu lado ao longo de toda esta jornada. Por terem, com exemplos concretos, me ensinado os valores da dignidade e da superação. Enfim, por terem dividido sonhos e objetivos. Muito obrigado.

Também, não poderia deixar de agradecer a minha irmã Francielli e seu marido Dimitrius. Ambos foram fundamentais em minha formação acadêmica. Desde os tempos de graduação me ofereceram todo o suporte ao qual necessitei; nos tempos de mestrado foram indispensáveis com suas palavras de apoio e com toda a estrutura “logística”, sobretudo para as visitas que fiz ao Rio Grande do Sul.

A CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Agradeço ao professor Clodoaldo Bueno, por ter aceitado a tarefa de me orientar neste trabalho de dissertação. Por suas sempre tranquilizadoras orientações e dicas, enfim, por ter me oferecido parte de sua experiência quando estive à frente de obstáculos e dificuldades.

Aos professores José Luiz B. Beired e Paulo Henrique Martinez, por suas importantes sugestões no Exame Geral de Qualificação.

Aos professores da Universidade de Passo Fundo: Adelar Heinsfeld, Haroldo Carvalho, Eduardo Svartman, Mauro Gaglietti e Tatiana Lebedeff. Também, ao professor Fernando Camargo, orientador de iniciação científica e grande colaborador na minha formação.

Agradeço aos amigos de graduação na Universidade de Passo Fundo: Renan Cechett e Rafael Camargo, antes colegas, agora irmãos. Ao Jonas Balbinot, pelas conversas “sobre tudo

e sobre coisa nenhuma”; ao Setembrino Dalbosco, pelas “provocações”; ao Diego Dalbosco, pelas conversas e pelas “crises”.

Aos amigos de Tapejara: Emanuel Gasparin, Rocheli Baseggio, Henrique Slongo, Roberta Stein, Raul Girardello, Suelen Artuso, Roberson Variza, Ana Carla Lopes, Talissa Sebben, Mauro Baccega, Itamar Maschio e Jurandir Bogoni. Sempre presentes em todas as horas, sobretudo, nas mais difíceis.

Aos amigos da “república”: Luís Antônio Albertti, Daniela Martins, César Augusto Doriguello Jr., Camila Kohori, André Lopes Ferreira, Cássio Mello e Iuri Cavlak. Obrigado pela acolhida em Assis e pelas incontáveis xícaras de café ao redor da mesa. Também, ao professor Wilton Carlos Lima da Silva, professor, amigo, colega de república e depois de apartamento. Obrigado pelas conversas “realistas”, pelas partidas de sinuca e pelo apoio, sempre sincero e acolhedor.

À família de Antônio Martins, pela calorosa acolhida durante o tempo em que estive em Assis, SP.

Às amigas construídas nos tempos de Assis: de Denílson e Cíntia Carignatto, Pablo Gomes Kippler, Camila Grejo, Livia Turra Bassetto, Paulo Sérgio da Silva, Monique Lipe Moretti, Fábio Luiz Garcia, Rafael N. Jimenez e Ana Paula Mello. Amigos que estiveram ao meu lado durante a execução deste trabalho.

Finalmente, agradeço à Simone A. Martins, por ter sido co-autora, ao meu lado, de uma história construída paralelamente a este trabalho. Uma história que não foi escrita com livros ou papéis, mas sim com uma presença repleta de ternos sorrisos e incontáveis lembranças.

“(...)por trás da retórica que arrebatava e de alguns grandes gestos, por trás de Dom Quixote, estão as negociações, o velho bom senso, o realismo terra-a-terra de Sancho Pança.”

Hoffman apud Rémond - Por uma História Política

RESUMO

Na segunda década do século XIX, a região platina, zona de intersecção entre os impérios lusitano e hispânico na América Meridional ao longo de já alguns séculos, tornou-se palco, dentro da força motriz das independências hispano-americanas, de uma onda de movimentos e agitações políticas contundentes: o próprio processo independentista bonaerense, o movimento federalista de José Gervásio Artigas e, articulando-se a tais episódios, o sempre presente projeto português de ocupação da Banda Oriental, o qual foi materializado com as intervenções de 1811 e 1816. Neste trabalho serão apresentados os contextos políticos que cercavam os espaços políticos envolvidos nestas duas ações militares de Portugal. A Europa era afetada pelos ideais e práticas do imperialismo napoleônico e na península ibérica a crise política se aprofundava ao mesmo tempo em que os movimentos de resistência cresciam. A região platina, por sua vez, recebia as influências políticas desse cenário: a crise de legitimidade dinástica após o aprisionamento de Fernando VII, os movimentos revolucionários e o audaz projeto de Carlota Joaquina para se tornar Regente da Espanha formaram um ambiente propício para que a diplomacia portuguesa tornasse o antigo projeto expansionista lusitano uma realidade. Assim, neste trabalho buscar-se-á reconstruir os episódios políticos que cercaram e, até mesmo, motivaram as duas intervenções portuguesas na Banda Oriental do Uruguai.

Palavras-chave: Uruguai – História; Hispano-americanos; Rio da Prata; José Gervásio Artigas.

ABSTRACT

During the second decade of the XIX century, the platine region intersecting the Portuguese and Spanish empires in the Meridional America, as a result of Spanish and American independence, became the center of a wave of important political movements and agitations: the independence actions in Buenos Aires, the federalist campaign of José Gervásio Artigas, and, cunningly articulated with such events, the permanently present Portuguese project of occupying the Eastern Zone, which was materialized by interventions that took place in 1811 and 1816. The political context associated to the political spaces involved in these two military actions undertaken by Portugal will be presented in this paper. The ideals disseminated by Napoleonic imperialism were affecting Europe, while the political crisis was aggravated and the resistance movements increased in the Iberian peninsula. The platine region was affected by the political actions under way in this such scenario: the dynastic legitimacy crisis following the imprisonment of Fernando VII, the revolutionary movements, and the daring project of Carlota Joaquina to become the Regent of Spain composed a favorable environment for the Portuguese diplomacy to implement its old expansionist project. Therefore, the reconstruction of the political events surrounding – and even motivating – both Portuguese interventions in the Eastern Zone of Uruguay will be sought in this paper.

Keywords: Uruguay – History; Hispanic-American; River Plate (Argentina and Uruguay); José Gervásio Artigas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I <u>P</u>recedente Histórico Ibero-Americano	18
1.1 O contexto político europeu e suas implicações na Península Ibérica	20
1.2 Espanha <i>versus</i> Portugal: proximidades e distanciamentos políticos.....	26
1.3 A Espanha de Bonaparte.....	44
1.4 Os movimentos da resistência espanhola	50
1.5 Os reflexos da crise espanhola no Prata	57
CAPÍTULO II <u>A</u> intervenção portuguesa de 1811	63
2.1 Os eventuais direitos sucessórios de Carlota Joaquina.....	67
2.2 Buenos Aires <i>versus</i> Montevideu	83
2.2.1 O sítio de Montevideu	91
2.3 Montevideu e Portugal: negociações e preparativos	93
2.4 A breve ocupação portuguesa.....	104
2.5 O armistício	107
CAPÍTULO III <u>A</u> intervenção portuguesa de 1816	117
3.1 O “Êxodo do Povo Oriental” e o novo sítio de Montevideu	119
3.2 O Segundo Triunvirato e o “Congresso de Tres Cruces”	126
3.3 O acirramento da disputa entre unitaristas e federalistas	136
3.4 A mudança na política européia e o fim do projeto de Carlota Joaquina.....	140
3.5 Portugal e Espanha no Congresso de Viena: a questão de Olivença.....	145
3.6 A política portuguesa para o Prata e a intervenção de 1816.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
ARQUIVOS CONSULTADOS	160
BIBLIOGRAFIA	161

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem a intenção de abordar e interpretar as conjunturas políticas que circundaram as intervenções do território da Banda Oriental do Uruguai pelas tropas lusitanas durante a segunda década do século XIX. As invasões efetivas do território ocorreram em duas oportunidades: a primeira no ano de 1811 e, a segunda, em 1816.

Cabe ressaltar que a primeira tentativa, em 1811, durou poucos meses, ao contrário do caso de 1816, quando as tropas lideradas por Carlos Frederico Lecor permaneceram até meados da década de 1820. Porém, após o movimento de independência do Brasil, no ano de 1822, o território oriental assistiu a coexistência de duas forças não hispânicas ali instaladas: as tropas portuguesas, que se manteriam até 1823, ano de seu regresso à metrópole europeia e, a parcela militar que representava, a partir de 1822, as forças do Império do Brasil que, se fazendo presentes nesta jornada militar até a consolidação da Independência do Uruguai, em 1828.

A relevância desta pesquisa ganha força quando se percebe a pouca atenção dada pela historiografia brasileira a estes dois importantes episódios da história da política externa brasileira. Sem nenhuma dúvida, os estudos existentes abordam com muita propriedade o contexto e o grande período no qual se insere tais acontecimentos abordados nesta pesquisa, pois é insuficiente no que diz respeito a estas duas intervenções militares. Este tema é comumente abordado de maneira complementar, como uma peça de estudo dentro um contexto maior.

Um claro exemplo disso se dá em recente estudo sobre a vida política de Carlota Joaquina na corte de Portugal. Francisca de Azevedo ao abordar as ações políticas da princesa dá ênfase à intervenção portuguesa na Banda Oriental em 1811 apenas como um elemento

para entender a atuação de Carlota, não colocando em primeiro plano a própria intervenção. É nesta perspectiva que a presente pesquisa se justifica: a intenção de fazer destes dois episódios da história os elementos centrais de uma pesquisa acadêmica.

Uma das principais propostas da pesquisa é interpretar o jogo diplomático inserido no espectro das independências americanas, sobretudo, da América espanhola. Para isso, cabe verificar, principalmente, as manobras da diplomacia portuguesa, interessada em sustentar e ampliar seus territórios de influência e domínio político-administrativo através de uma habilidosa estratégia militar e diplomática.

É mister destacar que a escolha destes dois episódios se fez na perspectiva que estabelecer ao longo do trabalho uma analogia entre as duas intervenções. Deste modo, procurar-se-á abordar as semelhanças e diferenças existentes nos dois momentos.

Embora ambos tenham feito parte do mesmo processo político, desencadeado desde o continente europeu e que acabou por desembocar no espaço platino, não pode-se levá-los as velhas generalizações. Estas tendem a diminuir o rico e conturbado momento político em um discurso pautado pelo “imperialismo português” e na importância econômica da região. Frente a isso, este trabalho procura abordar os processos em questão com um olhar mais amplo, que permita perceber a riqueza e complexidade dos eventos políticos que aconteciam ao redor do ambiente platino e, motivaram tais ações do gabinete português.

Além disso, o estudo visa estabelecer uma ligação entre a conjuntura política platina e o ambiente diplomático europeu, uma vez que Portugal e Espanha eram, neste período, peças fundamentais na cena política européia e seus passos na Europa ficavam marcados também em suas colônias na América do Sul.

Assim, o primeiro capítulo deste texto, procura contextualizar a Europa de fins do século XVIII, o furor da revolução francesa e seus reflexos na política dos primeiros anos do século XIX. Este cenário, para Portugal e Espanha, marcou o início de um conturbado

momento político, de profunda instabilidade internacional, uma vez que, Inglaterra e França disputavam a hegemonia do continente e viam nos dois países ibéricos importantes parceiros a serem conquistados para seus campos de influência.

As proximidades e distanciamentos ao longo do período entre os dois países ibéricos foram abordados, pois, o processo de intervenção militar na Banda Oriental em 1811, nada mais foi do que um estágio da aproximação entre as duas cortes, embora os interesses não sejam tão simples de diagnosticar. Uma das primeiras aproximações entre os dois países se deu nos campos de batalha logo após a revolução francesa, na chamada Campanha do Rossilhão. Porém, a corte de Madri, sob forte influência de Bonaparte alterou sua rota e transferiu seu apoio aos franceses.

Esta mudança permitiu com que a França, tendo a Espanha como aliada, pudesse forçar Portugal, principal aliada dos inimigos ingleses, a cooperar com os projetos expansionistas franceses. Portugal, por sua vez, ao não se render às ameaças de Napoleão, recebeu ajuda da corte britânica e se retirou para o Brasil, fugindo das tropas comandadas por Junot que marchavam para ocupar Lisboa.

A chegada da família real portuguesa em sua colônia preferida, o Brasil, representou uma alteração em sua política externa. A tão próxima América platina, antigo sonho de conquista e pertencente aos espanhóis, responsáveis direitos pela ocupação do território português na Europa, passou a ser visto como a próxima conquista do império português.

As desavenças na corte de Madri, que culminaram com as abdições de Baiona, fizeram da Espanha, novamente uma aliada de Portugal e Inglaterra. E a prisão de Fernando VII deixou, por sua vez, o trono espanhol livre. Agredir os territórios hispano-americanos não era mais a solução, pois, o jogo se invertia na Europa e a Espanha tornava-se fundamental na ajuda para expulsar as tropas francesas da península ibérica.

Com a prisão de Fernando VII e toda a família real espanhola, a única possível herdeira do trono espanhol encontrava-se no Brasil. Era a princesa Carlota Joaquina, esposa de D. João VI e irmã de D. Fernando. Ela, ao ver a Espanha mergulhada em uma profunda crise dinástica, tendo seu território ocupado e brotando inúmeras juntas provinciais passou a reivindicar seus direitos a assumir a regência da Espanha.

O problema enfrentado pela ausência de um soberano na Espanha também ressoou na América platina. A ausência do rei e as mudanças que as elites políticas promoveram no poder espanhol, ao criar a Junta Central e após um Conselho de Regência, associado aos fracassos cada vez maiores nos campos de batalha, deram espaço para setores da sociedade bonaerense promoverem um movimento político de caráter revolucionário e de bases independentistas.

A criação da Junta de Buenos Aires e a recusa de Montevideú em aceitar o poder desta, dividiu o poder político na região do Prata. De um lado, estava Buenos Aires se recusando a aceitar o poder do Conselho de Regência formado na Espanha. Do outro, era Montevideú mantendo-se fiel ao poder da Regência e combatendo o movimento iniciado pela capital portenha.

No segundo capítulo, trabalha-se o prosseguimento destes episódios, porém abordando a luta de Carlota Joaquina e as interferências da corte portuguesa nos direitos da princesa em assumir a Regência da Espanha, ou ao menos, do vice-reinado platino.

Enquanto a princesa propagava um discurso em defesa dos direitos de sua família borbônica, Portugal via nos prováveis direitos da esposa de D. João uma possibilidade de colocar em prática seus projetos de expansão territorial até as margens do Rio da Prata. Porém, para isso, ambos deveriam duelar politicamente com o embaixador inglês no Rio de Janeiro, Lord Strangford, que deixava clara a posição oficial inglesa, sempre inclinada a uma saída republicana e independentista para as províncias platinas.

No ínterim em que a princesa lutava pelo reconhecimento de seus direitos sucessórios ao trono espanhol, Montevidéu e Buenos Aires duelavam militarmente. Buenos Aires espalhava pelos campos orientais seus ideais políticos de rompimento com o governo central e exigia de Montevidéu o reconhecimento de seu poder na jurisdição do vice-reinado do Prata. A capital oriental, por sua vez, defendia a legitimidade do Conselho de Regência e intimava Buenos Aires a proclamar a Regência como poder supremo nos territórios hispânicos.

As forças montevidéanas foram incapazes de conter o avanço das tropas bonaerenses. Em poucos meses de guerra os exércitos de Buenos Aires cercaram Montevidéu sitiando a cidade. Elío ficou encurralado. A força das tropas da Junta fez com que o vice-rei ignorasse o perigo de ter tropas portuguesas marchando em territórios espanhóis e solicitou auxílio militar português para derrotar a Junta e defender a integridade do território hispano-americano.

Assim, em julho de 1811 as tropas portuguesas começaram a avançar pelos campos orientais em socorro do vice-rei Elío e da cidade de Montevidéu. Carregando o título de exército pacificador, pois alegavam que o projeto militar visava apenas pacificar os territórios limítrofes aos portugueses, as tropas comandadas por D. Diego de Souza foram avançando com facilidade até se estabelecerem, no mês de setembro, na cidade de Maldonado.

É necessário destacar que esta primeira intervenção militar portuguesa na Banda Oriental liga-se diretamente com o contexto político europeu, sobretudo, com a crise dinástica na corte espanhola e, de maneira contundente, aos projetos de Carlota Joaquina para o vice-reinado platino. Do mesmo modo, pode-se perceber que o gabinete político de D. João VI se utiliza deste contexto favorável aos desejos de Carlota Joaquina para colocaram em prática seu projeto de expansão territorial em direção ao sul.

Já no terceiro e último capítulo procura-se abordar o contexto político da região platina imediatamente após o armistício de 1811. Isto por que, a ascensão política de José Gervásio Artigas e sua imensa influência nos territórios orientais representaram uma mudança drástica

nas relações da própria região. Artigas, até então colaborador da Junta de Buenos Aires, tornou-se, com a sequência dos rumos políticos, um feroz opositor da Junta de Buenos Aires.

A sua liderança na região e a guerra com a Junta será motivo para a criação de um novo discurso lusitano a favor de avançar militarmente até estes territórios. Isto por que, o discurso pautado nos direitos de Carlota Joaquina perderá relevância com a derrota de Napoleão na Europa e o retorno de Fernando VII ao trono espanhol em 1814.

A política européia envolta às grandes negociações do Congresso de Viena e o alvoroço promovido por Artigas nas campanhas orientais tornam-se o foco central para compreender este segundo avanço militar português.

Um dos principais pontos a serem analisados é verificar a tríade relação entre a coroa lusitana, a política artiguista e as pretensões portenhas de criar um grande estado platino. Tal fator é relevante, pois, enquanto Buenos Aires defendia a idéia de uma grande Argentina, Artigas espalhava idéias federalistas pela campanha. Porém, Artigas não podia ser considerado um inimigo por completo, pois suas tropas serviam de barreira para conter o avanço lusitano na região oriental do Rio da Prata.

Da mesma forma, houve uma íntima ligação entre a corte do Rio de Janeiro e Buenos Aires, agora já independente. Isto porque ambas temiam o poder e as idéias de Artigas e, coligadas, poderiam minimizar qualquer possibilidade de consolidação das idéias de Artigas na região. Também, era corrente no interior da política bonaerense a possibilidade de encontrar uma saída monárquica para os impasses que assolavam as Províncias Unidas do Prata.

Além disso, o Congresso de Viena pode ser a chave para compreender o avanço português em 1816. As negociações na Europa davam conta da redefinição de domínios de diversos territórios e procurava reorganizar a política e a geografia européia após os ataques napoleônicos. Levando em consideração que Espanha e Portugal possuíam pendengas

territoriais históricas na península Ibérica, caso de Olivença, por exemplo, a intervenção portuguesa no Prata poderia, quem sabe, ser vista como peça deste confuso cenário político.

Assim, enquanto o cenário político às vésperas da intervenção portuguesa na Banda Oriental em 1816 apresentava dois projetos políticos antagônicos e belicosos entre si, a Europa assistia o início do Congresso de Viena e a tentativa de manutenção das órbitas coloniais e monárquicas por parte dos estados europeus. Invariavelmente, esta contenda diplomática européia traria resultados e desdobramentos no Prata, pois, fazia sentido para a Espanha, agora com Fernando VII restaurado, a manutenção, ao lado de Portugal, das legitimidades dinásticas na América Meridional.

CAPÍTULO I

Precedente Histórico Ibero-Americano

Se pudessem, os territórios platinos resumiriam seus últimos anos de vida colonial em uma só palavra: tensão. Região de intersecção entre os impérios ultramarinos de Espanha e Portugal, a Região Platina em geral, e a Banda Oriental do Uruguai em específico, viram suas fronteiras e espaços se modificarem na mesma velocidade em que idéias, pensamentos e estratégias se alteravam entre as elites políticas de suas metrópoles. Um território real, com relevo e hidrografia assumindo um papel de tabuleiro, onde as peças do jogo se moviam freneticamente, ora avançavam, ora eram recuadas. Estes avanços e recuos não eram resultado direto da conjuntura local, da esfera política colonial fechada em si mesma. Era sim o reflexo, o desaguadouro das turbulentas relações políticas e diplomáticas vivenciadas pela Europa, neste caso, mais intensamente pelos países ibéricos, no início do século XIX.

A polarização geopolítica europeia encabeçada por Inglaterra e França, as duas grandes potências da época, trouxe conseqüências diretas nos cenários políticos platinos. O exercício de compreensão da política colonial passa, indiscutivelmente, pela esfera política e diplomática de suas metrópoles, neste caso, Espanha e Portugal, as quais inseridas diretamente nas contendas bélicas da Europa no nascente século XIX, fizeram de suas colônias espaços estratégicos para o movimento de peças no tabuleiro da política internacional. Além de trunfos, estes territórios também se potencializaram como alvos, tornando-se assim, intento indispensável da “artilharia” diplomática de Inglaterra e França.

Deste modo, o estudo destes dois episódios diplomáticos e militares na Banda Oriental do Uruguai, ou seja, as intervenções militares lusitanas na região em 1811 e 1816, necessita de uma abordagem que leve em conta à conjuntura política platina, inserida na órbita das relações internacionais europeias. Cria-se assim a necessidade de um esforço para articular os contextos europeus e sul-americanos tendo em vista a compreender as ações, manipulações e intenções portuguesas em avançar até o Rio da Prata, a qual procurava, primeiramente,

estender sua fronteira até o Rio da Prata, potencializando, ao mesmo tempo, seu papel e importância nas esferas da política externa européia.

1.1 O contexto político europeu e suas implicações na Península Ibérica

As últimas décadas do século XVIII são o início dos derradeiros anos do Antigo Regime. Desde a guerra de independência das treze colônias inglesas da América do Norte, consolidada em 1783 até o despertar revolucionário do povo francês seis anos depois, viu-se nascer sobre o *Anciën Regime* um novo modelo político. Este, por sua vez, nos anos posteriores de 1789, atemorizou os setores ligados ao absolutismo, fazendo emergir desejos e furores de outras camadas sociais, até então, coadjuvantes no cenário político.

Os demais países europeus, digam-se, os Estados absolutos e monárquicos, temendo que a convulsão social e política que arraigava a França por completo ultrapassasse fronteiras e se disseminasse pelo restante do continente, voltaram seus olhares e atenções a todos os passos e novas afrontas da Convenção frente ao Rei Luís XVI e sua família e, enfim, para os movimentos antimonarquistas que pudessem dilapidar as bases do Antigo Regime.

A tentativa de fuga da família real francesa em junho de 1792 fez exaltar os ânimos daqueles que defendiam a radicalização da política revolucionária e o total aniquilamento da monarquia para o estabelecimento de uma República em solo francês. Os próprios franceses, ao ver em risco o futuro da Revolução declararam guerra à Áustria. Não obstante, em setembro do mesmo ano, as tropas austríacas lideradas pelo duque de Brunswick avançaram em território franco, provocando o temor e o alvoroço dos franceses. Frente a isso, em 21 e 22 de setembro de 1792 a Convenção Nacional aboliu a monarquia, estabeleceu a república e, radicalizou ainda mais suas posições, julgando, condenando e executando o Rei Luís XVI.

Desestruturados, os comandados de Brunswick foram encurralados pelos exércitos republicanos e repelidos até a fronteira da França. As forças francesas seguiram avançando e, em 1793, tomaram a Bélgica, as províncias de Nice e Savóia e a Renânia Germânica. Para a Convenção Nacional era uma cruzada contra privilégios de aristocratas e príncipes, contra a tirania.¹ A soma entre as idéias revolucionárias vindas da França, a execução de Luís XVI e os esboços de expansão territorial da República, forçaram a Grã-Bretanha a pressionar os demais países europeus para formar uma aliança antifrancesa, em meados de 1793, com vistas de barrar as pretensas políticas da República francesa.

A partir disso, as querelas bélicas se multiplicaram em toda a Europa. Chamas de uma disputa entre aqueles que lutavam pela manutenção das velhas estruturas e dos revolucionários franceses, que ameaçavam a velha ordem e, ao mesmo tempo, sentiam seu projeto político ameaçado pela reação militar dos estados absolutistas e monárquicos.

É entre estas disputas, tanto internas como externas, que a França revolucionária fez emergir de dentro de seu corpo de generais um personagem que influenciaria sobremaneira os destinos da Europa ao longo do século XIX e, faria de suas ações, mesmo que indiretamente, constantes que abalariam a política Ibérica e seus estados para além-mar, ou seja, as colônias hispânicas e lusitanas na América do Sul. O aclamado golpe do 18 de Brumário, que derrubou o governo do Diretório ascendeu o general Napoleão Bonaparte ao cargo de primeiro cônsul. A partir de então, Napoleão concentrou em suas mãos poderes característicos de um déspota esclarecido² ditando os rumos da política expansionista da França até o ano de 1804, quando coroou-se Imperador da França.

Esta agressividade no expansionismo francês fez aumentar as tensões entre a França beligerante e expansionista e a nação que liderava o grupo de enfrentamento ao

¹ PERRY, 2002, p. 334.

² Napoleão era avesso ao republicanismo e as pretensões democráticas dos jacobinos franceses. Para ele o despotismo esclarecido era o caminho para o fortalecimento do Estado e para atingir uma estabilidade política com administração centralizada.

revolucionarismo francês: a Inglaterra. Separados pelo canal da Mancha, o qual se revelaria uma fronteira intransponível para os exércitos de Napoleão, estes países polarizaram as mais tensas e vigorosas batalhas militares e diplomáticas ao longo dos anos iniciais do século XIX. Ambos buscavam a hegemonia política e econômica não só do continente europeu como também de outras regiões e zonas de influência.

Esta disputa desenfreada entre dois modelos políticos para o continente europeu, o arraigado nas bases do Antigo Regime e o projeto republicano francês tornou-se o palco perfeito para as rivalidades, cada vez mais aguçadas, polarizadas entre França e Inglaterra. Para os britânicos, conter a política napoleônica, além de frear a disseminação de qualquer foco revolucionário na Europa e nas Américas, também seria uma forma de proteger seu comércio e sua influência política e mercantil no Velho e no novo Mundo.

Por outro lado, a França via na pujança comercial britânica e nas suas tropas militares bem preparadas e com uma destacável frota marítima, a maior das ameaças para seu projeto de inserção hegemônica no continente. Temor este, aliás, pautado pelo fato de Napoleão basear sua força no domínio terrestre e não naval.

Bonaparte, além de utilizar um equipado, treinado e obediente exército para ocupar, conquistar e se manter nos novos territórios fez valer uma série de práticas políticas nas quais distribuiu seus familiares e aliados políticos pelas vastas e novas regiões que ocupava, criando novos reinos e principados na perspectiva de facilitar a manutenção destes novos domínios.

Porém, frente à incapacidade de suas próprias forças em cruzar o canal da Mancha para aniquilar o mais temido e principal adversário de suas políticas e pretensões, o Imperador francês, no ano de 1806 decretou o bloqueio continental, com o intuito de isolar a Inglaterra do acesso comercial ao continente europeu. Tal medida, além de provocar o temor pelas consequências pelo lado britânico, colocou Portugal em uma delicada situação: os lusitanos

tinham na nação britânica, já havia tempos, a principal aliada política e, principalmente, econômica.

Aderir à imposição francesa de fechar os portos à nação inglesa resultaria no colapso de sua já combalida situação econômica. É já neste contexto de indefinição do gabinete português, em aderir ou não à imposição francesa, que surgiram os primeiros intentos entre os estrategistas franceses, que defendiam a ocupação do território português fazendo-se valer de sua influência na corte hispânica para a efetivação de tal desígnio.³

Este projeto que se articulava nos bastidores do Império francês servia como uma ameaça a Portugal, até porque a diplomacia portuguesa se encontrava isolada após o acordo de paz entre Espanha e França ao final da chamada batalha do Rossilhão, em 1795. Este acordo, definitivamente, colocou a Espanha na órbita política da França.

Deste modo, em tempos em que a geografia era peça fundamental das ações políticas e diplomáticas dos países europeus, haja vista a tendência belicosa da política externa deste período, Portugal se viu, quando das reiteradas ordens francesas de fechamento dos portos portugueses para navios de bandeira inglesa, em uma posição externa dual. Por um lado carecia do comércio britânico e dos aportes financeiros que tal relação injetava nas finanças do estado; por outro, a ameaça napoleônica de ocupar o território português utilizando-se da cooperação espanhola, fazendo-se valer das habilidades de seu exército e, geograficamente falando, do corredor para o extremo oeste da península que a aliança com a Espanha permitia as tropas bonapartistas,⁴ deixava Portugal em uma situação desconfortável caso não aderisse as propostas francesas.

Este cenário dúbio na política externa lusitana fez com que o gabinete português assumisse uma postura de indecisão, sempre buscando subterfúgios e posturas evasivas na tentativa de protelar não somente as próprias ações como, principalmente, a concretização das

³ CUNHA, 1988, p. 71.

⁴ CAMARGO, 2001, p. 102.

ameaças francesas. Diante disso, antes mesmo da declaração formal do bloqueio continental por parte da França, frente às constantes pressões e ameaças francas pela interrupção comercial de Portugal com a Inglaterra, nos bastidores da política lusitana já se articulavam projetos alternativos frente os possíveis reveses da política européia.

Assim, ainda em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, uma das principais figuras do Governo lusitano, assumido e combatente partidário da aliança de Portugal com a Inglaterra, já aceitava a hipótese de ocupação da península pelos franceses e, ciente das fragilidades do exército luso frente às tropas napoleônicas, propagava uma retirada estratégica como forma de salvar a autonomia política lusa. Conforme Penner da Cunha, não era viável perder soldados e recursos na defesa da metrópole sendo possível fazer valer as conquistas territoriais de Portugal na América. Estes territórios poderiam ser encarados como grandes fortalezas de proteção ao monarca.⁵

Assim, Sousa Coutinho, já prevendo a concretização do planos políticos de Bonaparte, elaborou tais providências na tentativa da manutenção da soberania política sobre o reino. Em 1803, ainda em um cenário de indecisão política, D. Rodrigo pensou em um projeto que viria a se tornar real quatro anos mais tarde, quando Lisboa era atacada pela França e a família real portuguesa executava as idéias de seu ministro retirando-se para seus domínios ultramarinos.

Se não bastasse este projeto de retirada tendo em vista salvaguardar o poder da realeza portuguesa sob seus domínios, na mesma oportunidade acima comentada, D. Rodrigo de Sousa Coutinho também abriu projetos para possíveis retaliações à Espanha, vizinho de Europa e América, a qual contribuía com as agressões francesas a Portugal. Diante disso, seu projeto, datado de 1803, possuía duas linhas de atuação: primeiramente, a saída da família real em direção ao Brasil; em seguida, uma retaliação aos espanhóis na região platina, a qual sempre fez parte dos objetivos políticos lusitanos na América do Sul.⁶

⁵ CUNHA, 1988, op.cit, p. 70.

⁶ Ibid, p. 71.

Deste modo, Coutinho planejava, nos bastidores do gabinete lusitano, um ataque às possessões hispânicas na América platina, mais precisamente à Banda Oriental do Uruguai, reavivando as querelas bélicas que segregaram a região no século XVIII. Cabe destacar que este projeto que se arquitetava nos idos de 1803 viria a se efetivar no ano de 1811, sobre outra conjuntura, porém, com uma motivação política de contexto europeu, fato que consuma a íntima relação entre as ações praticadas na América platina com os cenários e conjunturas políticas da Europa.

A não aplicação destes projetos, mais especificamente a retaliação na América platina ainda no ano de 1803 pode ser, por um lado, justificado pela carência de estrutura militar e financeira para efetivar tal campanha. Porém, deve-se salientar que havia um sólido desconforto nas relações entre Espanha e Portugal. Mesmo em lados opostos neste período, Portugal próxima à Inglaterra e a Espanha na esfera diplomática francesa, a proximidade dinástica entre ambas as cortes são latentes.

A Espanha, por exemplo, diante da pressão exercida por Napoleão para que tropas espanholas efetivassem a invasão de Portugal, procurou a todo modo retardar tal operação, uma vez que havia motivos que aproximavam a corte de Madri com a de Lisboa, gerando uma dualidade na diplomacia Ibérica.

Para Fernando Camargo, as possibilidades para a evidente prudência espanhola são, primeiramente, o fato de que o rei da Espanha era sogro de D. João, o príncipe regente de Portugal. Além disso, os espanhóis não possuíam ampla confiança nos franceses, o que gerava insegurança diante da entrada das tropas francesas em territórios espanhóis. Por fim, este conflito, além de indesejado, geraria uma grande despesa aos cofres de Carlos IV.⁷

Esta dualidade diplomática ibérica diante da voragem política européia colocava Espanha e Portugal, reinos tão próximos na sua geografia, tanto européia como ultramarina, e

⁷ CAMARGO, 2001, Op. Cit. p. 102

com laços familiares tão fortes, em uma situação ímpar: ambos, como estados menores no contexto político e econômico europeu da época, eram obrigados, pelas circunstâncias, a se defrontarem, mesmo que com morosidade, nos campos da diplomacia, como também nos campos de batalha.

1.2 Espanha *versus* Portugal: proximidades e distanciamentos políticos

O período que corresponde não só aos episódios do avanço português até as margens do Rio da Prata, possessões estas hispânicas, mas também à época precedente a tais fatos, remete à necessidade de emoldurar um quadro que possa distinguir as posições de Espanha e Portugal na esfera da política externa europeia do período.

É evidente que os anos que antecederam os episódios de ocupação da Banda Oriental do Uruguai pelas tropas lusitanas, ou seja, o período não somente das invasões napoleônicas na península, como também os anos precedentes a tal expansão francesa, denota um distanciamento diplomático entre as duas nações ibéricas: de um lado, na órbita política e econômica britânica, está Portugal; do outro, a Espanha encontra-se sob o vórtice político francês. Ambas, indiscutivelmente, estão sob a égide, nada tranquilizante, das duas nações que lideravam, em lados opostos, o espírito beligerante da Europa deste período.

Esta constatação, a qual define um distanciamento diplomático entre Portugal e Espanha e suas aproximações com Inglaterra e França, respectivamente, ao longo de uma evolução histórica, torna-se mais nítida quando se observa que, a aproximação entre o reino de Castela e a França remonta à Guerra dos Cem Anos, fato que também representou uma aproximação entre Portugal e Inglaterra. Em 1223, por exemplo, firmou-se um pacto luso-inglês de livre trânsito, o qual, em 1308 se transformou em um acordo comercial. Se não

bastasse, os Tratados de Tagilde, em 10 de julho de 1372 e de Westminster, de 16 de junho de 1373 representaram uma aliança política e militar entre Inglaterra e Portugal e que culminaram com a interrupção de uma trégua entre Portugal e Castela, a qual vinha desde a seqüência da Guerra dos Cem Anos.⁸

Esta contigüidade diplomática e comercial entre Portugal e Inglaterra, que nascera ainda quando da presença de cavaleiros cruzados no processo de reconquista ibérica no século XI⁹, também viria a resultar no famoso Tratado de Methwen, no ano de 1703. Este tratado teve por fim regularizar as trocas comerciais entre as duas nações. Mais adiante, já na entrada do século XVIII, Portugal e Inglaterra aliaram-se na Guerra de Sucessão Espanhola¹⁰ em favor da casa de Habsburgo e em detrimento da casa dos Bourbons da França.¹¹

Outro fator de peso na coligação dos britânicos com Portugal, já no período das turbulências políticas causadas pelo imperialismo napoleônico, remete ao contexto econômico e geopolítico da Inglaterra. A política adotada por Napoleão Bonaparte como primeiro-cônsul da República Francesa, a partir do golpe de 09 de novembro de 1799 (18 do Brumário) e, intensificada por sua autocoroação como Imperador da França em 02 de dezembro de 1804, buscava colocar a França como principal autoridade no continente europeu. Para isso, utilizando-se de um exército imponente subjugou todos os demais exércitos europeus na tentativa constante de isolar comercial e territorialmente sua maior rival, a Grã-Bretanha.

⁸ CAMARGO, 1996, p. 46-47.

⁹ Trata-se da colaboração britânica no longo processo de reconquista territorial da península ibérica pelas nações ali instaladas frente à ocupação de tais territórios pelos muçulmanos berberes desde o ano de 711.

¹⁰ O testamento de Carlos II declarava seu sobrinho-neto Felipe de Bourbon como herdeiro do trono espanhol. A entronização de Felipe V, neto de Luis XIV, Rei da França, em 1700, desencadeou uma série de tensões nas relações políticas e diplomáticas da Europa. Demais nações européias, temerárias pelo aumento da zona de influência dos Bourbons franceses pela Europa e, diante também, de declarações de Luis XIV que apontava a possibilidade de seu neto Felipe V declarar uma união dos tronos da Espanha e da França, reagiram, a partir de 1702 contra tal ameaça. Inglaterra, Holanda, Áustria e Sabóia formam uma aliança antibourbônica declarando e defendendo os direitos dinásticos do trono espanhol ao Arquiduque Carlos de Áustria. Frente a isso, a Espanha se tornou palco de uma guerra pela manutenção da entronização de Felipe V, dividindo em diferentes alianças as demais nações do continente e, não obstante, as próprias regiões e ducados distintos da própria Espanha.

¹¹ CAMARGO, 2001, op. cit. p. 88-89.

A mais que centenária aliança anglo-lusitana, que nascera ainda no processo de unificação dos reinos espanhóis e que passara por uma série de acordos, alianças e tratados ao longo de seis séculos acabaria por se fortalecer substancialmente no início do século XIX.

Napoleão Bonaparte, levando em consideração que a Inglaterra, pela sua pujança econômica e industrial, era a grande ameaça para as pretensões hegemônicas da França e temendo a força britânica após a humilhante derrota da marinha francesa aliada aos espanhóis na batalha de Trafalgar¹² em 1805, decretou o Bloqueio Continental. Era uma tentativa de, ao proibir a Europa de fazer trocas comerciais com a Inglaterra, sob a ameaça de sua colossal máquina militar, forçar o isolamento político e comercial britânico.

A radicalização e ousadia da política francesa estreitaram ainda mais os laços entre britânicos e lusitanos. O forte vínculo e dependência econômica de Portugal com a Inglaterra, que já vinha de séculos anteriores, considerando, por exemplo, o Tratado de Methwen, fez com que o reino luso passasse, a partir do Bloqueio Continental, a ser uma importante válvula de escape comercial da próspera indústria inglesa para a Europa, tendo em vista que a Inglaterra já havia perdido, ainda em 1783, suas Treze Colônias, na América do Norte.

A consolidação, cada vez mais essencial, da Inglaterra como a grande parceira política e econômica de Portugal gerou uma situação embaraçosa para os dirigentes da diplomacia e do governo português. Ao mesmo tempo em que provocava segurança, ao ter um sólido e fiel parceiro, também gerava fragilidade, ao possuir um único grande aliado em tempos de polarização da política externa européia. Neste sentido, Camargo afirma que a histórica aliança luso-britânica representava, por um lado, uma segurança para a política externa

¹² “O combate naval de Trafalgar, significou um desastre para as marinhas aliadas da França e da Espanha. Ocorrida em 21 de outubro de 1805, próxima ao cabo de Trafalgar, entre Cádiz e Gibraltar, envolveu 33 navios (18 franceses e 15 espanhóis) sob o comando do almirante inglês Horatio Nelson. Os aliados franco-hispânicos perderam 20 navios e 14.000 homens, metade desse número em prisioneiros de guerra. Os ingleses perderam 1.500 homens. A vitória britânica garantiu a supremacia marítima daquela nação, em todo o mundo por cerca de um século depois.” Ibid, p. 175.

portuguesa, porém, também gerava uma dificuldade em melhorar seus contatos com outras potências, deixando os dirigentes lusos em situações delicadas e de difícil solução.¹³

Este cenário de insegurança na política portuguesa e na sua intrínseca relação com os britânicos se fortalecia ainda mais a partir de um acréscimo de natureza geopolítica. A localização do reino lusitano se faz no extremo oeste da península ibérica, tendo como singular país limítrofe à Espanha, então aliada incondicional da política francesa. Deste modo, a combinação entre contexto político e localização geográfica tornaria a situação portuguesa muito mais delicada do que poderia parecer.

A Espanha, ao contrário dos seus vizinhos lusos, encontrava-se em rota de colisão com a Inglaterra ou, mais especificamente, na órbita política da França revolucionária. Tal aproximação, no limiar do século XIX, acontecera, sobretudo, pela necessidade imposta pelas circunstâncias que a França imprimiu na política europeia ao final do século. Porém, o início deste entrelaçamento político surgiu de maneira definitiva ainda quando da entronização de Felipe V, Bourbon francês, no trono espanhol. Este fato foi gerador da Guerra de Sucessão Espanhola que, ao culminar com a Paz de Utrecht, legitimou a presença de um monarca Bourbon e francês, na corte de Espanha.¹⁴

Ao longo do século XVIII, a proximidade familiar entre Espanha e França possibilitou também uma série de acordos e tratados políticos, nos anos de 1733, 1743 e 1761. Estes, denominados de *pactos de família*, definiram uma ajuda e cooperação mútua, principalmente em âmbito militar, em casos de riscos e ameaças para algum dos reinos.

Os chamados *pactos de família* foram invocados, definitivamente, por Luis XVI, monarca francês, quando do avanço revolucionário em seu país. A crise que emergiu dentro da França ressoou fervorosamente na corte de Madri, fruto do parentesco entre os reis, os

¹³ CAMARGO, 1996, op. cit. p. 65-66.

¹⁴ CAMARGO, 2001, op. cit. p. 85.

quais eram primos. Além disso, com o estabelecimento dos tais *pactos de família*, caberia a um dos reinos prestar socorro e auxiliar aquele que fosse agredido.

Já nos primeiros momentos da revolução francesa o gabinete de Madri voltou seu olhar para a França entoando, ainda prudentemente, a solidariedade política e familiar firmada nos acordos anteriores. Assim, enquanto o ministro Floridablanca providenciava um sistema de defesa militar nas fronteiras do país para evitar qualquer contágio revolucionário, Carlos IV tomava conhecimento da difícil posição em que se encontrava Luis XVI, que via seu poder comprometido pelas ameaças da Assembléia. A preocupação do monarca espanhol vinha da solidariedade com seus familiares franceses e, também, resultado dos pactos de família, que estabeleceram uma forte aliança entre as duas monarquias.¹⁵

Neste período, a corte de Madri se via mergulhada no contexto da política interna francesa e, a partir da presença do conde de Fernán Núñez como embaixador espanhol em Paris, recebeu constantes notícias e relatórios sobre a situação da França e de seus familiares. Se por um lado a conjuntura era delicada, haja vista as circunstâncias e incertezas do momento, por outro, ao prestar auxílio aos seus familiares bourbônicos, Carlos IV, então rei de Espanha, capitanearia o respeitável rótulo de defensor da ordem monárquica na Europa. Inseguranças rondavam também a cabeça do monarca espanhol, pois, além das dificuldades financeiras, havia gerais que colocavam em dúvida a capacidade militar espanhola.¹⁶

Carlos IV vinha sofrendo pressões de outras nações européias para iniciar uma operação militar contra os revolucionários da França. Mas sua intenção, antes de aceitar tais pedidos, era de, mesmo diante do juramento de uma Constituição por Luis XVI após sua malfadada tentativa de fuga, continuar defendendo a possibilidade de restaurar a autoridade bourbônica na França pelos meios diplomáticos.

¹⁵ LÓPEZ-CORDÓN, 2000, p. 338.

¹⁶ Ibid, p. 339.

Porém, as tomadas de posição do gabinete de Madri, mais do que reflexo de seu desejo de neutralidade no emergente quadro de atritos da política européia foi uma resposta às ações cada vez mais radicais dos revolucionários da França. Isto por que, os acontecimentos de agosto de 1792, ou seja, a proclamação da República francesa e a prisão do monarca Luis XVI foram episódios que comoveram, de fato, o monarca espanhol.

Carlos IV, ao tomar conhecimento das notícias, imediatamente lembrou de seus compromissos com a família real francesa e dos riscos que esta radicalização representava para seu país. Após uma reunião do Conselho de Estado, decidiu-se pela guerra, formando uma coalizão com Áustria e Prússia, embora a vontade do ministro espanhol Aranda fosse de manter a neutralidade política por mais tempo.¹⁷

Mesmo diante desta decisão explícita de confronto bélico contra os republicanos, o gabinete de Madri, frente às constantes vitórias dos exércitos franceses, da infinita indecisão de Carlos IV e da deposição, a partir de intrigas palacianas, de Aranda, então Secretário de Estado, cessou o iminente projeto de guerra contra a França. No lugar de Aranda, o monarca espanhol escolheu Manuel Godoy, figura que irá conquistar prestígio e relevância na política espanhola dos próximos anos.

Godoy, já em seus primeiros momentos como Secretário de Estado e diante da turbulenta posição da Espanha frente à crise vivida pelos franceses, buscou a neutralidade da Espanha, utilizando-se de negociações diretamente com a Convenção e, até mesmo, chegou a liberar recursos financeiros para uma campanha popular a favor de Luis XVI. Também, ofereceu a mediação espanhola entre a França revolucionária e as potências aliadas a fim de restabelecer a paz no continente europeu.¹⁸

Tais articulações encabeçadas por Manuel Godoy de nada adiantaram. Em 15 de janeiro de 1793 Luis XVI foi declarado culpado e no dia 21 do mesmo mês executado. Este

¹⁷ Ibid, p. 341-342.

¹⁸ Ibid, p. 343.

afronte acintoso dos republicanos franceses contra um símbolo da monarquia levou a Inglaterra a liderar uma aliança militar ao lado da Prússia, Áustria e Rússia para enfrentar os exércitos franceses e procurar barrar a política revolucionária. Porém, a Convenção, já informada dos planos de guerra da Espanha adiantou-se declarando guerra ao país Ibérico no dia 7 de março de 1793.

Depois disso, Espanha e Portugal encontraram-se do mesmo lado político. Portugal, aliado da Inglaterra e, a Espanha, agora, momentaneamente, alvo das tropas francesas. Diante de tal conjuntura política formou-se a chamada "aliança tripartida" de 1793, originada nos conflitos promovidos desde 7 de março entre a Convenção e a corte espanhola. A Inglaterra, por sua vez, fez uso desta crise para afrontar a França. Neste sentido, em 25 de maio propôs um tratado bilateral com Portugal que, somando-se a Espanha, formava uma tríplice aliança.¹⁹

Tal aliança no campo político e militar resultou no que diz respeito aos países ibéricos, em uma ação militar conjunta, a chamada campanha do Rossilhão, a qual mesmo conquistando vitórias e avanços em seu início, acabou enfraquecendo-se e saindo derrotada frente aos disciplinados exércitos franceses. Sobre esta campanha, Penner da Cunha, em sua obra “Sob Fogo”, destaca que, os sucessos iniciais do Rossilhão ocorreram devido ao entusiasmo com que o povo espanhol abraçou a causa da guerra. No entanto, a burocracia, à distância e a incapacidade da elite dirigente espanhola atrapalharam a continuidade do conflito, provocando insucessos e dificultando a ação das tropas na guerra.²⁰

Se foi nesta reação absolutista aos movimentos revolucionários franceses, com maior atenção à campanha do Rossilhão, que houve uma aproximação política, mesmo que de maneira pontual, de Portugal e Espanha, seria ao final desta mesma campanha que ambas voltariam a se afastar. Após o fracasso ibérico nesta batalha, o Diretório francês buscou

¹⁹ CUNHA, 1988, op. cit. p. 60.

²⁰ Ibid, p. 62.

reavaliar certos aspectos de sua política externa européia, sobretudo na sua postura diante dos países da península.

Deste modo, levando em consideração a importância em estremecer a aliança entre Portugal e Inglaterra, os franceses perceberam certa conveniência em um armistício com a Espanha. Ao estabelecer um acordo bilateral com os espanhóis enfraqueceram a coalizão militar liderada pela Inglaterra, diminuíram o número de frentes de combate e plantaram, definitivamente, o temor nas lideranças políticas lusitanas. Estes passaram a ver seu território sem a proteção das terras espanholas, as quais serviam como um escudo frente possíveis invasões estrangeiras.

Esta aproximação desejada pelos franceses com o governo de Madri era uma forma de perturbar as alianças luso-hispânicas. Um claro exemplo de aproximação entre os dois reinos ibéricos reside no fato do então príncipe-regente de Portugal, D. João, ser genro de Carlos IV, rei da Espanha, desde o ano de 1788 quando, com a finalidade de reaproximar as duas casas reinantes, houve o casamento do príncipe português com Carlota Joaquina.²¹

Da mesma forma, o pragmatismo militar dos franceses foi definitivo ao forçar o armistício celebrado em 22 de julho de 1795, denominado de Tratado da Basiléia. Ao não ter mais a Espanha como inimiga e adversária militar, a França estaria imune da difícil e desgastante tarefa de ocupar os aproximadamente 500 mil quilômetros quadrados do território espanhol. Este fator se comprovou anos mais tarde, no revés diplomático franco-hispânico, quando Napoleão Bonaparte tentou ocupar a Espanha e sofreu inúmeras derrotas diante do movimento de resistência organizado a partir das Juntas Administrativas após a prisão de Fernando VII e Carlos IV.

Se a aliança entre Espanha e França foi benéfica para a política francesa e levou prejuízos e insegurança para Portugal, para a Espanha, trouxe intranquilidade. A assinatura do

²¹ Ibid, p. 61-62.

tratado e a postura do trono espanhol remetem perguntas que questionam se tais medidas adotadas por Carlos IV foram uma política de Estado ou, simplesmente, uma política de família, pois se tratava da derrocada de um trono Bourbon, o francês.

López-Córdon analisando a política do rei de Espanha pergunta se “¿Aceptó el rey este inesperado giro con la vaga esperanza de que el Directorio llamara al trono francés a un Borbón español? ¿O fue de nuevo la defensa de la integridad territorial de la monarquía la que obligo a volver a pactar con el aliado histórico?”²². Independentemente da resposta, o que ficou para a Espanha foi o ônus de uma guerra contra a Inglaterra e a intranquilidade na própria relação com os aliados franceses. Inclusive, foi após a ascensão de Napoleão Bonaparte e a radicalização da política expansionista francesa, que surgiu a mais temida de todas as ameaças: o perigo sobre a maior de todas as pérolas da Coroa espanhola, ou seja, as colônias americanas.

O acordo político pactuado entre França e Espanha após a batalha do Rossilhão, poucos anos mais tarde já provocaria seus primeiros reflexos militares na península Ibérica. Ainda no final do século XVIII eram iterados os pedidos franceses para que Portugal rompesse suas relações comerciais com a Inglaterra, ordem que não era digerida pela corte lusitana. Assim, as respostas sempre evasivas da diplomacia portuguesa foram à saída encontrada para protelar uma possível e eminente retaliação do exército francês. Porém, agora, o temor português era muito maior: embora existindo uma relação familiar com a corte de Madri, a Espanha estava aliada à França e era sabido que os planos franceses previam ocupar Portugal com o auxílio e colaboração espanhola.

Assim, Portugal via duplicar seus temores, pois além de correr o eminente risco de ser invadido pelos exércitos franco-hispânicos na península, certamente haveria de organizar duas frentes de batalha: uma na Europa, e a outra na América do Sul, isto porque, certamente, este

²² LÓPEZ-CORDÓN, 2000, op. cit. p. 348.

conflito ressoaria nas colônias, ambiente tão propício e desejoso por uma guerra a fim de resolver antigas querelas de uma fronteira nunca definida.²³

Portugal, em situação cada vez mais perigosa, buscou uma negociação com a corte de Paris sob intermediação da Espanha, porém um acordo esteve longe de se efetivar. Sobre a situação política que levou Portugal e Espanha a se defrontarem em campos de Batalha no início do século XIX, sob pressão da política européia do período, Fernando Camargo destaca que tratava-se de um jogo político que se aproximava da monotonia: Inglaterra e França colidindo em seus interesses e levando consigo as duas nações ibéricas, cada vez mais combalidas política e economicamente.

O ultimato francês acabou exigindo que Portugal, além de fechar seus portos à Grã-Bretanha, deveria também abandonar sua política neutral e tomar o partido francês. Diante de novas protelações da corte de Lisboa, Napoleão viu esgotar sua paciência e motivou a corte madrilenha a declarar guerra e ocupar Portugal.²⁴

Desta forma, foi em 27 de fevereiro de 1801 que a corte de Madri declarou, formalmente, guerra contra Portugal. A Guerra das Laranjas²⁵, como ficou denominada, foi travada contra o reino de seu genro, o futuro Dom João VI e de sua filha Carlota Joaquina. Um conflito declarado contra um reino que seis anos antes esteve ao lado das tropas hispânicas na campanha do Rossilhão. Uma guerra tão indesejada que do dia 27 de fevereiro, dia da declaração de guerra, até 16 de maio, nenhuma batalha foi travada.²⁶ Tão curta que ficou declarada ao longo de três meses, porém com duas semanas apenas de combates na Europa, ao contrário da América do Sul, onde os conflitos foram mais duradouros.

Tal contenda foi oficialmente finalizada, na Europa, com a assinatura da Paz de Badajóz em cinco de junho de 1801. Frente às sucessivas derrotas portuguesas no continente

²³ CAMARGO, 2001, op. cit. p. 103-104.

²⁴ Ibid. p.108.

²⁵ Esta denominação reflete o fato de que após vitórias espanholas na batalha de Elvas, seus líderes enviaram a corte de Madrid, ramos de laranjeiras como sinal de vitória e sucesso.

²⁶ Ibid. p.110.

europeu, diplomatas lusitanos viram-se obrigados a ceder a diversas pressões durante as negociações com os representantes da Espanha, sob intermediação do representante francês.²⁷ Se por um lado, o tratado nada apontou sobre as fronteiras na América do Sul, redefiniu as divisas territoriais entre Espanha e Portugal na Europa e estipulou as indenizações a serem pagas pelo governo português.

Em estudo específico sobre tal episódio, Fernando Camargo aponta que “o Tratado de Badajóz, em face das circunstâncias desoladoras que se encontrava o reino de Portugal durante a Guerra das Laranjas, pareceu, no seu conjunto, bastante favorável e benevolente”.²⁸ Segue destacando a possibilidade de Luciano Bonaparte ter recebido suborno para favorecer Portugal ao ter permitido que as regiões portuguesas conquistadas fossem devolvidas, exceto Olivença, até hoje incorporada ao território espanhol.²⁹

Se a aliança franco-hispânica trouxe tais malefícios a Portugal, agora diante de uma ameaça mais constante e efetiva dos tentáculos do pretenso projeto de hegemonia política da França na Europa, a aliada dos franceses, a Espanha, mesmo sob uma declarada proteção também colheu seu ônus nesta situação. Viria da Grã-Bretanha respostas que muito abalaram a política hispânica, tanto na Europa como em suas colônias na América do Sul.

Além da declarada guerra britânica contra a França e todos seus aliados, a Espanha voltou a se tornar alvo das disputas políticas de Inglaterra e França. Exemplo claro e talvez um dos mais convincentes modelos de reflexo direto das disputas anglo-francas no contexto espanhol foi o chamado Bloqueio Marítimo.

A derrota de Trafalgar levou preocupação à política francesa e destruição à marinha espanhola, estabelecendo a Grã-Bretanha como grande força dos mares. Este fato, somado a supremacia comercial britânica, resultado do crescente desenvolvimento industrial desde

²⁷ O intermediário francês foi Luciano Bonaparte, irmão de Napoleão.

²⁸ Ibid. p.143.

²⁹ Ibid. p.143.

meados do século XVIII, fez com que a França buscasse, a partir do Bloqueio Comercial, barrar a entrada de produtos ingleses no continente europeu.

Para a Espanha coube acatar o bloqueio francês, porém, a resposta britânica a esta provocação francesa foi à declaração de um bloqueio marítimo à França e seus aliados, ou seja, um combate à navegação de navios com bandeiras da França e de qualquer outro país em sua órbita política.

Deste modo, a Espanha, parceira política dos franceses, acabou sendo diretamente atingida, pois, o lucrativo e importante espaço comercial espanhol encontrava-se em suas colônias na América do Sul, as quais ficavam agora mais distantes. Além disso, suas frotas marítimas ficaram profundamente atingidas na batalha de Trafalgar, o que por si só já dificultava o contato com as colônias americanas. Também, a Espanha passou a enfrentar uma forte resistência britânica na manutenção das navegações militares e comerciais com a América, em decorrência do bloqueio marítimo.

Se não fosse o bastante, a “grande pérola” da coroa hispânica acabou sendo fortemente atingida nos anos de 1806 e 1807 com as invasões inglesas nos territórios platinos, na América do Sul, a partir da tomada de Buenos Aires e Montevideu pelas tropas inglesas. No mês de junho de 1806, Beresford, general da marinha inglesa, comandou a ocupação da cidade de Buenos Aires.

Com o recuo das tropas portenhas sob comando do marquês de Sobremonte, coube a milícias formadas por *criollos* efetuar a defesa e expulsão dos britânicos já no mês de agosto do mesmo ano. Cabe destacar que estas milícias foram comandadas por Santiago de Liniers, um militar francês, o que reforçava as aparências da colaboração entre França e Espanha, sendo que Liniers tornar-se-ia, alguns anos mais tarde, o Vice-Rei em Buenos Aires.

Após esta derrota dos britânicos, a segurança na região platina ainda não estava assegurada diante das constantes ameaças inglesas, pois conquistar esta região seria uma

forma de escoar os produtos britânicos, os quais enfrentavam as adversidades para entrar no comércio europeu devido o Bloqueio Continental.

Neste contexto da primeira invasão britânica, Fernando Camargo, em sua obra “Britânicos no Prata – Caminhos da Hegemonia”, aponta que os hispano-plateanos não podiam, diante desta vitória preliminar, tranquilizarem-se, pois, as notícias que chegavam a Inglaterra motivavam ainda mais os ingleses. Além disso, o estuário de Montevideu continuava bloqueado pela marinha britânica que não havia sofrido danos na batalha. Assim, a Inglaterra reforçava seus projetos de conquista na região enviando novos reforços para o Prata e, até mesmo para a Capitania Geral do Chile.³⁰

Mesmo recebendo as informações da derrota de Beresford, o governo britânico optou pela manutenção do projeto de ocupação, uma vez que, os efetivos que estavam sendo enviados para o Prata não poderiam mais regressar. Uma nova tentativa de invasão estava traçada. Com o reforço também chegou um novo general, Whitelocke, carregando consigo o faustoso título de Governador Geral da América do Sul. Assim, em junho de 1807, um ano após a primeira invasão, Whitelocke e seus comandados desembarcaram nos arredores de Buenos Aires e, após vencer as penúrias do terreno, foram ruidosamente derrotados pelas tropas portenhas capitaneadas por Liniers.³¹

Mesmo colhendo insucessos, os ingleses, na breve presença militar que tiveram na região platina, sobretudo, em Buenos Aires e Montevideu, conseguiram estabelecer um contato comercial e derramar produtos britânicos que iriam continuar chegando aos portos da região por meio do contrabando. Também divulgaram um espírito político e econômico que muito influenciou a elite política platina. Além disso, o fato de os hispano-portenhos terem conseguido derrotar uma potência militar sem a ajuda da metrópole, acabou reforçando um

³⁰ CAMARGO, 1996, op. cit. p. 62-63.

³¹ Ibid. p. 63-64.

espírito de autonomia e auto-suficiência, elemento circunstancial nos vindouros movimentos independentistas.

Ao retomar a discussão acerca do bloqueio marítimo declarado pelos ingleses como resposta a tentativa de Napoleão em fechar os portos europeus ao comércio britânico, deve-se perceber que a disputa travada entre a Grã-Bretanha e a França utilizando-se dos “bloqueios”, o marítimo e o continental, além de ter interferido na política espanhola, conforme já comentando, também acabou por ressoar, e de maneira uivante, na situação política portuguesa.

A guerra das Laranjas representou para Portugal um ataque da França com apoio espanhol em represália a íntima relação que os lusitanos mantinham com a Inglaterra. Mesmo após a assinatura da Paz de Badajóz os franceses continuaram insistindo para que o governo português recuasse e fechasse seus portos à nação britânica.

Com o bloqueio comercial esta insistência voltou a receber conotação de ameaça. Diante de tal conjuntura, a qual apresentava uma ameaça francesa para os aliados britânicos e uma intimidação britânica aos possíveis parceiros de Napoleão, a posição portuguesa tornou-se ainda mais delicada. O fechamento dos portos, nesta conjuntura política, representava uma agressão à Inglaterra. Isto seria tão trágico como uma repetida invasão franco-hispânica nos domínios lusitanos, visto que sofrer o bloqueio marítimo inglês significaria o comprometimento do comércio colonial, tão vital para as finanças portuguesas.³²

Assim, a melhor solução encontrada pelos diplomatas portugueses era buscar uma posição neutral, ou seja, tentar construir uma política que foi chamada de “bifronte”, a qual procurava contemplar, ou melhor, não desagradar nem aos inimigos, nem aos aliados. Tal postura vigorou no gabinete português também sob a influência das famosas indecisões de D.

³² CAMARGO, 2001, op. cit. p.177

João e, desta vez, por uma incerteza ainda maior, pois, Portugal era conhecedor da fraqueza de seu exército frente às tropas francesas e da sua dependência comercial frente à Inglaterra.³³

Diante da iminência da invasão do território português pelas tropas francesas, já em 1806 a marinha britânica moveu-se em direção a Lisboa com o intuito de transferir a corte portuguesa para o Brasil, reascendendo um antigo projeto que circulava nos bastidores da diplomacia anglo-lusitana. D. João continuou a apostar nos meios diplomáticos e a negociar uma saída plausível que não o obrigasse a acatar o bloqueio continental.

Porém, as ameaças se tornavam cada vez mais constantes e em 27 de outubro de 1807 este temor ganhou uma maior concretude. Espanha e França assinaram um tratado em Fontainebleau o qual definiu a invasão do território português sob a força de uma nova aliança militar franco-hispânica.

Napoleão, ao articular tal tratado com o governo de Madri, além de reforçar suas exigências em torno do isolamento britânico no continente europeu ao barrar o contato através de Portugal, também buscou aumentar a dependência da Espanha em relação ao seu Império.

Neste sentido, Demetrio Ramos evidencia que ao se acordar, por este tratado, a entrada das tropas franco-hispânicas em Portugal, Napoleão colocou as duas nações ibéricas sob sua órbita: a portuguesa através da ocupação, e a espanhola pela aliança político-militar. Sua estratégia primava pelo conluio de suas tropas com os exércitos hispânicos, barrando assim qualquer tentativa de motim do povo espanhol, assegurando o sucesso da invasão de Portugal.³⁴

Ao adotar esta postura, a França de Bonaparte atuou em duas frentes: atacou Portugal vislumbrando, com esta ação, danos à Inglaterra; do mesmo modo, persuadiu o governo espanhol ao oferecer vantagens em troca da parceria militar e do corredor para as tropas ao longo do território espanhol preparando, assim, mecanismos de ataque e defesa dentro da

³³ LIMA, 1996, p.35.

³⁴ RAMOS (1996), p. 105.

própria Espanha, pois já previa uma possível resistência popular dos espanhóis ou, até mesmo, como viria a se confirmar mais tarde, alterações na postura política externa da Espanha.

As vantagens oferecidas por Napoleão, e aqui há que se reforçar a sua figura, pois neste momento já ditava sua política como Imperador, parecem ter seduzido sobremaneira os diplomatas espanhóis, sobretudo o ministro de Estado Manuel de Godoy³⁵, figura prestigiada e decisiva nas políticas do gabinete de Madri.

Tais regalias plantadas por Bonaparte constam no artigo de número 12 do Tratado de Fontainebleau no qual aponta uma repartição dos territórios portugueses em três zonas: a primeira para os reis da Etrúria, neste caso a filha de Carlos IV e seu marido; a segunda para o ministro espanhol Manuel Godoy e, por fim, a parte central do território português ficaria para ser utilizado em futuras negociações. E foi o que de fato ocorreu, pois Napoleão ofereceu a região à Espanha em troca dos territórios espanhóis ao norte do Ebro.³⁶

Assim estabelecido, a oferta de Napoleão empolgou alguns nomes do comando político espanhol, visto que o projeto agraciava, além da família dos reis espanhóis, também o primeiro ministro de Estado, Manuel de Godoy. Segundo Penner da Cunha, tal proposta permitiu que o ministro espanhol prelibasse seu sonho de algum dia ser rei de uma unidade política.³⁷

Após a homologação deste tratado, a invasão de Portugal deixou de ser ameaça para se tornar realidade. As ordens de Napoleão foram claras: conquistar Lisboa até o dia 1º de

³⁵ Manuel de Godoy tornou-se um dos mais “afrancesados” políticos espanhóis do período, além de ser constantemente lembrado por suas possíveis aventuras amorosas com a rainha Maria Luisa. “(...) Godoy, el joven y polémico ministro de Carlos IV y Maria Luisa. Nacido en Badajoz en 1767, hijo de un coronel de escasa fortuna, a los diecisiete años fue enviado a la Corte, siguiendo los pasos de su hermano Luis que había ingresado en la guardia de coros, a probar fortuna. Allí fue ascendiendo rápidamente, gracias a la benevolencia de los reyes, hasta ser nombrado teniente general en 1791, con 24 años. Apenas dos años más tarde se convirtió en el sustituto del conde de Aranda como primer secretario de Estado. Con independencia de las anécdotas sobre el origen de esta rápida ascensión y del carácter espurio de un nombramiento propiciado por la voluntad de la reina, es indudable que Carlos IV sentía un profundo afecto por él y que siempre le consideró una persona fiel e insustituible.” LÓPEZ-CORDÓN, 2000, op. cit. p. 348.

³⁶ RAMOS, 1996, op.cit. p.105-106

³⁷ CUNHA, 1988, op. cit. p.72

dezembro. Para isso, em Paris, foi destacado o general Andoche Junot que, após seguir até Baiona, comandaria um exército de 20 mil homens com a missão de cruzar os Pirineus e dar início às chamadas Guerras Peninsulares, tendo como primeiro alvo o território português e seu frágil sistema de defesa.

Se as linhas de defesa militar dos portugueses não podiam fazer frente à implacável competência da *Grande Armée*, a astuta morosidade de D. João encontraria na sua histórica aliada Grã-Bretanha a chave para escapar da clausura arquitetada por Napoleão. Chegara à hora de colocar em prática o plano de refugiar a família real fora do território europeu, enfim, transferir a corte para um dos territórios coloniais de Portugal, neste caso o Brasil.³⁸

Tal projeto, como já foi visto, recebia há tempos a aprovação e incentivo do governo britânico, o qual oferecia todo o aporte necessário para que esta jornada, de proporções épicas, haja vista tratar-se da transferência continental de toda uma família real, pudesse alcançar o sucesso.

Esta insistência não somente tinha a ver com uma solidariedade aos parceiros portugueses, mas também como uma necessidade de superar os empecilhos, cada vez mais constantes, plantados por Napoleão, no horizonte político e comercial inglês. Há tempos que os ingleses apontavam esta saída para o impasse português já disponibilizando sua marinha para proteger a viagem da corte portuguesa para a colônia. Pedia em troca o título de parceiro comercial titular do Brasil. Foi uma forma encontrada pelos dirigentes britânicos de reaver os mercados sul-americanos, sobretudo após os fracassos militares de 1806 e 1807 no Rio da Prata e, também de facilitar o escoamento de seus produtos que encontravam barreiras para serem comercializados no continente europeu.

³⁸ Cabe lembrar que D. João, além de receber conselhos favoráveis a fuga para o Brasil, vindos, por exemplo, de Sousa Coutinho, também foi influenciado por Antonio Araújo Azevedo, o então ministro português das Relações Exteriores, o qual defendia uma negociação direta com Junot. Tal projeto foi colocado em prática, porém Junot recusou as ofertas portuguesas levadas até ele por uma missão formada por Barreto e Branchamp ratificando as exigências francesas para que Portugal rompesse suas relações com a Inglaterra.

É bem verdade que o auxílio britânico recebido por Portugal não foi resultado de um pedido urgente ou de súplicas constantes de D. João. Pelo contrário, além dos diplomatas ingleses terem plantado por anos este pretenso projeto, foi nos momentos que antecederam o aceite do príncipe regente em rumar para o Brasil que a diplomacia britânica vociferou a premência pela fuga.

Strangford, emissário britânico em Lisboa, quando partiu no mês de setembro de 1807 para o palácio de Mafra foi com a missão de convencer, a todo o custo, o Conselho de Estado Português e o Regente pela concretização do projeto. Utilizando-se de uma estratégia formada por auxílios, ofertas e, até mesmo, intimidações, o ministro inglês advertiu D. João sobre as nefastas conseqüências que poderiam acontecer caso o príncipe regente se curvasse ou não resistisse aos franceses.³⁹

Dom João VI não encontrou outra saída. Não havia mais espaço para suas constantes protelações e indecisões acerca da medida a ser tomada. Agora, diante de pressões cada vez mais sólidas da diplomacia inglesa e da presença cada vez mais próxima das tropas de Junot a Lisboa, a única saída encontrada foi à retirada estratégica e urgente para a América. O projeto que já havia sido defendido por Sousa Coutinho, ainda no ano de 1803, era colocado em prática: com o auxílio da marinha inglesa, toda a corte lusitana era transferida para o Brasil, a mais importante das colônias portuguesas, e o Rio de Janeiro tornar-se-ia a capital do Império português.

Assim, na manhã do dia 29 de novembro de 1807, ao levantar âncora, a fuga da família real portuguesa se concretizava deixando para trás Lisboa, que seria tomada pelas tropas de Junot no dia seguinte. Iniciava-se aqui uma viagem que se estenderia até 07 de março de 1808, data da chegada oficial de D. João VI à cidade do Rio de Janeiro, após ter feito breve parada na Bahia.

³⁹ Ibid. p. 31

A Europa continuava sendo dominada pelas tropas de Napoleão; a península ibérica ainda era ocupada pela aliança franco-hispânica e a América, por sua vez, tornava-se a sede de um Império o qual passaria a ditar novas respostas à conturbada conjuntura européia. Se a aliança entre Portugal e Inglaterra fortalecia-se ainda mais com a transferência da família real para o Brasil não pode-se dizer o mesmo do acordo entre França e Espanha.

Estes dois países motivaram uma mudança na direção dos ventos políticos que sopravam no velho continente, pois a aliança entre eles pouco duraria. O olhar sedento de Napoleão se voltaria diretamente para o território espanhol e como não poderia ser diferente, a América continuou a ser um tabuleiro onde as peças do jogo político europeu eram movimentadas.

1.3 A Espanha de Bonaparte

Como é sabido, quando da assinatura do Tratado de Fontainebleau ficou estabelecido não apenas a cooperação de tropas hispânicas na invasão, mas, sobretudo, permissão para que os exércitos franceses pudessem cruzar o território espanhol. Este fato possibilitou que grupos militares franceses pudessem se estabelecer em pontos determinados da Espanha, pois, embora ambos os países estivessem politicamente coligados, a relação era nitidamente instável. Isto levou Napoleão a se aproveitar da situação para “minar” o espaço hispânico com suas tropas. Além disso, colocou uma pessoa de sua confiança política, Murat, o duque de Berg, em Madri.

Porém, a campanha militar que procurava barrar a fuga do Regente português e fazer de Portugal um reduto francês não acabaria tão facilmente. Embora não tenha sido possível evitar a fuga de D. João e sua família para o Brasil, a ocupação militar ficou prejudicada pela

resistência portuguesa e, sobretudo, pela força dos exércitos britânicos que desembarcaram no continente dificultando o sucesso das tropas napoleônicas. O exército francês, além de sofrer a oposição das tropas inglesas viu em todo o território peninsular uma resistência voraz contra sua ocupação.

Mas foi em território espanhol, ou melhor, no espaço político dos Bourbons da Espanha que novas motivações fizeram Napoleão radicalizar sua posição diante dos espanhóis, resultando em um novo contexto político para a Espanha, e também para os territórios hispano-americanos.

Longe dos campos de batalhas e fora das disputas diplomáticas e do conturbado cenário da política externa européia, foi no interior dos palácios bourbônicos da Espanha que tais modificações iriam ocorrer. As disputas e manipulações palacianas nos quartos do palácio de Aranjuez foram o pretexto que faltava para que Napoleão materializasse seu projeto de poder para toda a península ibérica.

Já vinha de alguns anos o mal-estar nas relações internas da Corte de Madri, onde o relacionamento do primogênito Fernando com seus pais, os reis Carlos IV e Maria Luísa, enfrentava sérios distúrbios. Se não bastasse a oposição que D. Fernando já fazia a seus pais e, sobretudo, ao poderoso Manuel de Godoy, na tentativa de apaziguar as relações dos Bourbons espanhóis com os de Nápoles, o gabinete madrilenho potencializou o casamento dos filhos de Carlos IV, Fernando e Maria Isabel com os herdeiros do trono napolitano, Maria Antônia e Francisco de Nápoles. Com esta medida, inicialmente apaziguadora, as relações conturbadas entre a família real espanhola passaram a gerar confabulações e intrigas internas, as quais acabaram desencadeando o famoso motim de Aranjuez.

Depois do casamento de Fernando com Maria Antonia, o quarto do herdeiro espanhol se transformou em um espaço de confabulações e intrigas contra o ministro Godoy, grande desafeto do príncipe. Maria Antônia, por sua vez, exerceu bastante influência sobre Fernando,

pois ela também possuía divergências com o valido de Carlos IV, uma vez que mantinha um pensamento político contrário à França e simpatizante da Inglaterra.⁴⁰

A morte da princesa Maria Antônia em 21 de maio de 1806 não encerrou o ciclo de confabulações regido pelo príncipe de Astúrias. Estas se tornaram mais intensas e o relacionamento com seus pais cada vez mais conturbado, justamente em um quadro de profunda instabilidade na política internacional.

Mesmo diante disso, Fernando buscava construir uma imagem de monarca ilustrado ao traduzir obras do francês para o espanhol, porém, toda a corte e, sobretudo, Carlos IV foi pego de surpresa com um bilhete anônimo o qual resumia os perigos que o cercava vindos de seu filho primogênito, o herdeiro do trono Fernando. Alertava o bilhete que o príncipe preparava um movimento para tomar o poder de seus pais.⁴¹

De acordo com López-Cordón, logo após tomar conhecimento desta denúncia anônima, Carlos IV se dirigiu ao quarto de seu filho Fernando, onde encontrou papéis que comprometiam o Príncipe, além de uma carta que seria emitida ao próprio Rei condenando o excessivo poder concedido ao ministro Godoy e de documentos que apontavam infidelidades da rainha Maria Luísa.⁴² Logo após esta descoberta, Fernando apontou seus cúmplices e pediu perdão pela sua tentativa de golpe. Os reis aceitaram os pedidos de perdão de seu primogênito, porém isso não bastou para tranquilizar a efervescência causada por este plano.

Isto porque, os envolvidos no plano de golpe a Carlos IV, ou seja, os cúmplices do príncipe Fernando foram declarados culpados devido à arbitrariedade imposta por Manuel de Godoy no julgamento do caso. Com tal atitude do primeiro ministro somado ao momento

⁴⁰ LÓPEZ-CORDÓN, 2000, op. cit. p. 359

⁴¹ “El príncipe Fernando prepara un movimiento en Palacio; la corona de V.M. pelagra; la reina Maria Luisa corre peligro de morir envenenada, urge impedir tales intentos sin dejar perder instantes; el vasallo fiel que da este aviso, no se encuentra en posición ni en circunstancias para poder cumplir de otra manera sus deberes” GODOY apud LÓPEZ-CORDÓN, Ibid. p. 361.

⁴² Ibid. p.361

confuso já instalado na Corte deu-se origem a uma rebelião que culminou com a renúncia de Carlos IV em favor de seu filho Fernando.

Os partidários do príncipe de Astúrias e opositores de Manuel de Godoy aproveitaram este quadro de desconfiças no interior do governo espanhol e as temerosas notícias que davam conta de um autorizado avanço das tropas francesas no território espanhol, uma vez que estas já estavam instaladas na Espanha desde a ocupação de Portugal, para forçar a entrega dos poderes reais de Carlos IV.

Miguel Artola expõe que o motim de Aranjuez, que se desenvolveu da noite do dia 17 até a tarde do dia 19 de março, é o auge da política individual de D. Fernando que, fazendo proveito de um movimento revolucionário organizado por seus partidários, forçou seu pai a abdicar em seu nome, tornado-se rei sem ter que esperar a morte de Carlos IV.⁴³

Frente aos violentos ataques que, inclusive, atingiram a residência de Manuel de Godoy, as incertezas do momento político, o isolamento que ficou submetido e apontando problemas de saúde, o próprio Carlos IV formalizou sua renúncia em 19 de março de 1808. Assim, transferiu os poderes ao seu primogênito, o príncipe das Astúrias, Dom Fernando, o qual comunicou prontamente a aceitação e deu início a primeira e breve parte de seu reinado.

Umas das principais temáticas enfrentadas por Fernando VII já em seus primeiros momentos como novo monarca espanhol disse respeito à política espanhola em relação aos franceses. Como já foi visto, o Tratado de Fontainebleau permitiu com que Napoleão instalasse vários corpos de seu exército em diferentes regiões da Espanha, os quais se dividiram entre as tarefas de ocupar Lisboa, de se posicionar em praças fronteiriças e, até mesmo, de entrar na sede da Corte, a cidade de Madri. Com isso, o novo gabinete espanhol, ficou diante de duas alternativas: distanciar-se da órbita política francesa e combater as tropas napoleônicas ou manter-se aliado e colaborador dos desejos e ditames do Imperador.

⁴³ ARTOLA, 1999, p.41

Imediatamente, Escoiquiz⁴⁴, um dos colaboradores de Fernando VII, apontou que os exércitos franceses contavam na Espanha com aproximadamente 60.000 homens, ao contrário dos espanhóis, que poderiam fazer frente com uma tropa de no máximo 4.000 soldados.⁴⁵ Deste modo, a única saída plausível era permanecer acatando a política imperial e auxiliando os projetos franceses. Neste sentido, Fernando VII afirmava que seguindo os mesmos desejos de seu pai, não iria alterar em nada a relação política entre Espanha e França, procurando reforçar e estreitar cada vez mais os vínculos de amizade e aliança entre os dois países.⁴⁶

Embora a ascensão de Fernando VII ao trono tenha sido após a abdicação espontânea de seu pai, dias após de renunciar em nome de seu filho, Carlos IV reuniu-se com o enviado de Murat, lugar-tenente de Napoleão em Madri, e invalidou sua renúncia ao declarar ter tomado tal atitude sobre pressões e, no mesmo momento, culpou seu filho por tais acontecimentos e solicitou de Napoleão a manutenção de seus direitos.⁴⁷ Com esta atitude, ao mesmo tempo em que Napoleão era bajulado por Fernando VII, o qual buscava o reconhecimento do Imperador, Carlos IV se aproximava de Bonaparte na tentativa de recuperar o trono.

Esta situação confusa e instável da corte espanhola, radicalizada pelas rebeliões de Aranjuez e seguida pela renúncia de Carlos IV, influenciou uma mudança nos rumos da política de Napoleão para a Espanha, a qual passou a buscar o domínio de toda a jurisdição espanhola, fazendo-se valer da substituição dinástica.⁴⁸

Seguindo esta perspectiva, Napoleão Bonaparte, em 24 de abril de 1808, manifestou a necessidade de colocar um membro de sua família no trono espanhol. Se baseando em

⁴⁴ Escoiquiz foi um dos principais responsáveis pela educação de Don Fernando e esteve presente, ao lado do príncipe, em todos os momentos que antecederam as confusões de Aranjuez.

⁴⁵ ARTOLA, 1999, op.cit. p.43.

⁴⁶ Ibid, p.43.

⁴⁷ LÓPEZ-CORDÓN, 2000, op. cit. p.364.

⁴⁸ ARTOLA, 1999, op. cit. p.44.

considerações histórias, sobretudo na política de Luís XVI, Bonaparte procurou demonstrar a necessidade de manter as boas relações com a Espanha, a qual, além de ser importante para a segurança do Império, reforçava a posição francesa, obrigando a Inglaterra a pedir a paz. O Imperador, por sua vez, via como impossível restabelecer Carlos IV no trono, uma vez que, a opinião popular era favorável a Fernando VII e contrária a França. Assim, Napoleão viu a possibilidade de arquitetar um plano capaz de acabar com a sublevação na Espanha ao mesmo tempo de afastar a Inglaterra daqueles domínios.⁴⁹

Com a decisão tomada em substituir a dinastia bourbônica na Espanha, Napoleão passou a colocar em prática planos que pudessem tornar possíveis a execução deste projeto. Para isso, era necessário atrair para fora do território espanhol todos aqueles que pudessem liderar ou representar uma resistência à dinastia dos Bourbons. A cidade escolhida foi Baiona, zona limítrofe entre os dois países e cidade na qual Fernando VII já se dirigia, desde o dia 10 de abril na intenção de se encontrar com o Imperador para receber dele o reconhecimento formal de seu reinado e fortalecer os vínculos entre os dois países.

Os pais de Fernando VII, Carlos IV e Maria Luisa, até agora recolhidos em El Escorial, convencidos de que a restituição da coroa a eles era a vontade de Napoleão, também rumaram, no dia 23 de abril, para Baiona, com vistas a fazer parte do mesmo encontro com o Imperador dos franceses. Se não bastasse, para legitimar ainda mais as pretensões de Bonaparte em reunir em solo francês todos os possíveis herdeiros do trono espanhol, as pressões feitas pelo duque de Berg, em nome de Carlos IV e Maria Luisa, solicitando a viagem da Rainha da Etrúria e de Don Francisco e Don Antonio surtiram efeito. No dia 2 de maio os últimos herdeiros Bourbons deixaram a Espanha rumo a Baiona, onde o futuro da Espanha foi decidido.

⁴⁹ Ibid, p.44.

Nos últimos dias que antecederam a tomada do trono espanhol por Bonaparte, os diplomatas de Madri, reiteradas vezes, tentaram convencer Napoleão em mudar seus planos de substituir a dinastia no trono espanhol, alegando inconstitucionalidade no ato dos reis espanhóis em abdicar em nome de outra dinastia.

A partir da chegada de Carlos IV e Maria Luisa a Baiona, os quais demonstraram profundo ódio pelo filho Fernando, que havia buscado o encontro do Imperador com o intuito de receber o reconhecimento de seu poder, fruto dos episódios de Aranjuez, acabou potencializando o ultimato do projeto napoleônico. Assim, no dia 5 de maio de 1808, ocorreu um dos mais contundentes episódios do período quando, reunidos todos os principais personagens deste capítulo da história espanhola, Carlos IV culpou D. Fernando pelos episódios de 2 de maio em Madri, solicitando a devolução da Coroa sob a ameaça de ser detido juntamente com seus colaboradores.⁵⁰

Encurralado, no mesmo dia Fernando VII renunciou em nome de seu pai, Carlos IV, que retornaria ao trono após sua abdicação, segundo ele, forçada. Tendo a primeira parte do projeto de Napoleão se concretizado, ou seja, a renúncia de Fernando em nome de Carlos IV, coube ao próprio rei legitimar a totalidade do plano imperial: ainda em 5 de maio, sob a coerção de Napoleão, Carlos IV assinou um tratado no qual cedeu o trono espanhol aos Bonaparte.

1.4 Os movimentos da resistência espanhola

Toda a crise vivenciada pela Espanha neste período, muito além de uma substituição forçada da dinastia governante, culminou, em maio de 1808, com a quebra das estruturas

⁵⁰ Ibid, p.67.

políticas seculares do Antigo Regime. O rei havia abdicado; a Junta de Governo deixada por Fernando VII quando de sua partida a Baiona sofria a influência da política francesa a partir da presença de Murat, o qual estendia seus ditames em todas as estruturas do governo espanhol, ou seja, passando pelo Conselho de Castela, pelas Audiências até chegar aos capitães gerais.

Desta forma, a estrutura governamental estava subordinada aos ditames de Murat, diga-se, de Napoleão. É nesta situação em que se pode afirmar a existência de um vázio de poder, o qual é resultado do desaparecimento de uma estrutura política histórica, que se extinguiu com os episódios de maio de 1808 e, que será substituída imediatamente por uma nova esfera: a popular, nascida de uma rebelião e que se definiu como o ponto de partida da resistência espanhola.⁵¹

Foi diante da ocupação das tropas francesas e das notícias que chegavam acerca dos episódios de Baiona que a população das províncias sentiu a ausência de um poder soberano e moveu-se em armas pela defesa da dinastia bourbônica, sobretudo, em nome do rei Fernando VII, que contava com forte popularidade. É certo que as Audiências recebiam instruções de acatamento e subordinação à política de Napoleão vindas do Conselho de Estado e, em vão, tentavam manter a ordem pública no interior do país.

Um povo decidido a pegar em armas e iniciar a resistência, que reclamava o direito soberano de declarar guerra aos franceses, vistos como usurpadores, será a grande base para o movimento de resistência militar e política ao avanço e instalação do poder francês em território espanhol.

A Espanha passou a assistir o levantamento espontâneo das Juntas Provinciais as quais reclamaram em seus nomes a posse do poder, na tentativa de mais do que resistir ao ataque francês, também tentar fazer com que Napoleão desistisse de seu projeto, mostrando-o a

⁵¹ Ibid, p.69.

impossibilidade das cessões da Coroa para outra dinastia. Manifestavam que com uma renúncia deste perfil, a soberania voltava aos povos, os quais poderiam designar um novo sucessor.⁵²

Neste sentindo a renúncia do poder em prol de uma dinastia externa representava, para os partidários dos movimentos juntistas, o retorno do poder ao povo. As Juntas Supremas “diziam estar assumindo o governo local ou regional em nome do rei Fernando VII, preso na França”.⁵³ Este fenômeno foi à válvula mantenedora da resistência política e militar em resposta à tomada do poder na Espanha pelos franceses, primeiramente ao negar e se opor as tradicionais instituições políticas espanholas e, seguidamente, organizando e estimulando os grupos militares que enfrentaram os exércitos imperiais.

Este enfrentamento das Juntas Provinciais, em um primeiro momento, dar-se-á contra o Conselho de Castela, no momento influenciado pelo duque de Berg, lugar-tenente de Napoleão. Porém, no dia 6 de junho Bonaparte assinou um decreto em que nomeou seu irmão, José, até então rei de Nápoles e da Sicília, como substituto dos Bourbons no trono espanhol. Assim, a presença dos Bonaparte na política espanhola assumiu novas proporções ao iniciar, através de um novo rei, uma tentativa de organização estatal e, sobretudo, de apaziguamento dos distúrbios que estavam sendo plantados pelo movimento de resistência capitaneado pelas juntas.

Ainda no que se refere aos levantamentos populares e a posterior criação de juntas provinciais, cabe destacar que estas se autoproclamavam, sem exceção, defensoras dos direitos de Fernando VII e autônomas frente a qualquer outra instituição política brotando naturalmente de movimentos populares.

No que cabe a aparição das Juntas Provinciais, Artola aponta que, para estas chegarem a este ponto, tiveram que vencer a forte oposição da Real Audiência e não dar atenção as

⁵² RAMOS, 1996, op. cit. p.116.

⁵³ CAMARGO, 2001, op. cit. p.179

opiniões do General do Principado. Este novo poder que se instituiu foi duplamente revolucionário: primeiramente, pela forma com que se constituiu, se opondo radicalmente as autoridades do Antigo Regime; em seguida, pela característica que se atribuiu. Sua soberania era encontrada no povo e as juntas sempre interpretarão esta soberania como conquistada e pertencente a elas por inteiro.⁵⁴

Desse modo, ao perceber a tenacidade com que as juntas proclamaram sua autonomia e, mais do que isso, ao destacarem o integral pertencimento do poder a elas, pode-se dizer que a Espanha, em meados do ano de 1808 transformou-se em um todo fracionado, onde diversas e diferentes ilhas de poder se formaram reclamando para si um método e uma postura própria de administração.

A resposta *juntista* à ocupação francesa do território espanhol, indiscutivelmente, assumiu importância ímpar e fundamental ao desencadeamento de todo o movimento de resistência ao ter deixado consigo esta tarefa. Porém, a fragmentação e desordenamento político promovido pela existência de múltiplos focos independentes de poder acabou por dificultar, já nos primeiros meses após maio de 1808, a organização do enfrentamento com as tropas francesas e, até mesmo, a disputa com as instituições políticas pró-francesas, caso do Conselho de Castela.

No que se refere à fragmentação política das juntas e a necessidade de centralizar a resistência político-militar espanhola, Miguel Artola afirma que a necessidade administrativa de um governo centralizado, juntamente com uma consciência nacional, deu as juntas provinciais um perfil interino, característica sentida desde o início dos movimentos de resistência em maio de 1808.⁵⁵

Neste sentido, ainda em junho de 1808 começaram a brotar manifestações de diversas juntas provinciais em favor da construção de uma unidade nacional capaz de fortalecer os

⁵⁴ ARTOLA, 1999, op. cit. p.81.

⁵⁵ Ibid, p. 291.

movimentos de reestruturação política e administrativa da Espanha. No entanto, era impossível alcançar uma unanimidade natural em torno de como atingir tal unidade.

Assim, as manifestações das juntas provinciais apontaram três diferentes caminhos para a composição desta nova estrutura de governo: alguns defendiam a criação de uma Regência⁵⁶; outros propuseram a criação de um corpo administrativo misto⁵⁷ e, por fim, houve aqueles que não concordavam em depositar em mãos diferentes das Juntas o poder que brotava daquele cenário incerto.

A grande maioria das Juntas, frente a estas proposições, colocaram-se completamente contrárias a qualquer conduta que fosse de encontro à soberania delas próprias. Assim, a proposta de regência e de conselho misto foi prontamente negada por grande parte das províncias as quais argumentavam que a soberania foi depositada pelo povo nas juntas e estas não poderiam transferi-la a qualquer outra instituição que não fosse procedente dela própria.⁵⁸

Deste modo, a alternativa acabou sendo a constituição de um poder supremo, constituído por representantes das juntas provinciais, as quais haviam recebido o poder que, após as abdições de Baiona, voltou ao povo. As juntas provinciais passaram a constituir uma Junta Central, a qual, segundo Artola, se formou como uma proveniência das juntas provinciais, com a missão de continuar a exercer um poder revolucionário, dando prosseguimento às intenções iniciais destes movimentos, ou seja, dos levantamentos populares. Esta foi uma linha que se seguiu ao longo dos seis anos de guerra, quebrando sistematicamente as estruturas marcantes do Antigo Regime.⁵⁹

No dia 25 de setembro de 1808, seis meses após os episódios de Baiona, constituía-se a Junta Central Suprema e Governativa do Reino, a qual passou a centralizar as demandas

⁵⁶ Esta hipótese, a menos considerada neste processo, foi divulgada e proposta pelo Bispo de Orense e defendia a escolha, através dos deputados provinciais, de um Regente que concentraria o governo em si até a volta de Fernando VII.

⁵⁷ Defenderam este projeto o Conselho de Castela e a Junta de Valência. Nele representantes do Conselho de Castela e das Juntas provinciais formariam um corpo administrativo responsável pela manutenção da ordem e pela busca da estabilidade política da Espanha.

⁵⁸ Ibid, p.294.

⁵⁹ Ibid. p.295.

políticas e sociais de uma Espanha em verdadeira convulsão, mergulhada em sua Guerra de Independência e órfã de sua família Real. Este fato marcou uma mudança radical não somente naquela conturbada conjuntura, mas, sobretudo, estabeleceu o ponto de partida de um novo modelo político. Novamente Artola aponta que a soberania das juntas era absoluta em seu exercício e limitada em sua zona de ação e, a partir de 25 de setembro, ao formar uma nova instituição, atribuiu-se uma soberania nacional criando um novo estado espanhol.⁶⁰

Os trabalhos da Junta Central, composta por 35 membros eleitos pelas juntas provinciais, pelo restante do ano de 1808 e, sobretudo em 1809, pautaram-se basicamente em três grandes eixos: o primeiro deles foi reorganizar e fazer funcionar a máquina estatal espanhola, no que se refere à própria administração pública, independente do reinado de José Bonaparte; em seguida nos preparativos da instalação das Cortes, sob a orientação de uma comissão especial que cuidou deste trabalho, resultando na reunião das Cortes de Cádiz a partir de 1810 e culminando com a Constituição de 1812. Por fim, coube a Junta Suprema organizar os espanhóis na luta pela resistência frente ao avanço, cada vez mais intenso, das tropas napoleônicas.

Em relação ao movimento militar de resistência frente aos avanços das tropas de Napoleão é mister destacar a participação britânica ao lado dos espanhóis. Após décadas de turbulências diplomáticas, a conjuntura nascida após as abdições de Baiona fez com que Espanha e Inglaterra transpusessem o colossal abismo diplomático que os separava com a assinatura de tratados de paz e aliança no dia 14 de janeiro de 1809⁶¹.

Embora esta aliança tenha sido assinada apenas no ano de 1809, Penner da Cunha destaca que esta aproximação anglo-hispânica surgiu em seguida aos episódios de maio de

⁶⁰ Ibid, p.296.

⁶¹ Inclusive é necessário frisar que, segundo Penner da Cunha, os britânicos foram fundamentais com suas pressões na constituição da Junta Central Suprema, pois, desde o início das negociações logo após maio de 1808, quando muitos representantes das Juntas provinciais foram até Londres, o gabinete britânico apontava a necessidade de um organismo centralizado para operacionalizar a guerra e se responsabilizar pelas contrapartidas exigidas pelos ingleses em troca da aliança e do auxílio.

1808. Representantes de algumas juntas provinciais viajaram a Londres e, em junho, se encontraram com George Canning no intuito de estabelecer uma parceria na luta contra os franceses. O primeiro e principal pedido feito ao ministro inglês foi o de socorro financeiro das juntas.⁶²

Com esta medida, a Inglaterra motivou uma nova ofensiva contra os exércitos de Napoleão, na tentativa de consolidar a expulsão das tropas de Bonaparte da Península Ibérica. Esta aliança, mais uma vez fortaleceu a presença constante e decisiva dos ingleses no futuro da política, não somente portuguesa como também espanhola. Embora este pacto tenha sido, ao longo da campanha ibérica, decisiva em favor dos luso-anglo-hispânicos, não se pode definir como uma campanha vitoriosa logo após a aproximação entre espanhóis e britânicos.

Isto ficou claro quando em meados de 1809, quando o próprio Napoleão Bonaparte rumou para a península ibérica onde liderou uma ofensiva a qual obrigou a Junta Central Suprema, até então sediada em Sevilha, após sua fundação em Aranjuez, a fugir às pressas, no dia 13 de janeiro de 1810, para a cidade de Cádiz, um dos poucos pontos que estavam protegidos e imunes à força dos exércitos bonapartistas.

Este recuo forçado da Junta Central para a Ilha de Leon significou uma ineficiência na gestão, principalmente militar, da Central. Ao mesmo tempo, lembravam-se os sucessos iniciais conquistados pelas Juntas provinciais, independentes e autônomas, logo após a abdicação dos Bourbons.

Neste momento, os componentes mais radicais da Junta Central aspiraram à possibilidade de restaurar a autonomia das juntas provinciais, enquanto os deputados absolutistas promoveram a defesa de uma regência para substituir a Junta Central. Neste contexto, no dia 14 de janeiro, um dia após a fuga da Central para Cádiz, a junta de Sevilha se

⁶² CUNHA, 1988, op. cit. p.168.

autoproclamou autônoma e manifestou a necessidade de criar um governo centralizado, agora sob forma de uma regência.⁶³

Diante desta reação interna à própria Junta Central, em 31 de janeiro de 1810 ela se dissolveu nomeando um Conselho de Regência composto por cinco membros⁶⁴ e, no decreto de nomeação deixou claro que toda a autoridade e poder até então exercido pela Junta Central se transferia para o Conselho de Regência, sem nenhuma limitação.⁶⁵

Deste modo, a Junta Suprema deu lugar a Regência, projeto defendido pela ala absolutista da Central desde o início dos movimentos políticos pós-Baiona, porém deixou em andamento a Constituição das Cortes, que representou, anos mais tarde, outra dinâmica na política espanhola, de caráter revolucionário em relação a esta reação absolutista.

1.5 Os reflexos da crise espanhola no Prata

Os episódios de Baiona, que definiram a abdicação do trono espanhol pelos Bourbons em favor dos Bonaparte, levaram para a América espanhola, mais especificamente, neste caso, para a América platina, uma série de contratempos que inaugurou o processo que culminaria com as independências hispano-americanas.

Ao chegar ao continente americano às notícias que davam conta da renúncia borbônica na península, o ambiente platino imediatamente mergulhou profundamente em uma crise política, resultado do vazio de poder deixado pela ação napoleônica. Os laços nobiliárquicos e de ligação do Vice-reinado do Rio da Prata com a metrópole romperam-se, deixando um cenário de instabilidade e incertezas no futuro político do Vice-Reinado.

⁶³ ARTOLA, 1999, op. cit. p. 312-313.

⁶⁴ Inicialmente, o Conselho de regência foi composto pelo Bispo de Orense, Saavedra, Escamo, Castaños e Fernández de Leon.

⁶⁵ Ibid, p.313.

Para Artola, as notícias das abdições de Baiona, a colocação de José Bonaparte no trono espanhol e o surgimento, primeiramente das juntas provinciais e, em seguida, da Junta Central estremeceram o ambiente político dos espaços hispano-americanos. Da mesma forma que os peninsulares, os americanos espanhóis se encontraram frente à quebra do Antigo Regime e diante dos poderes que se constituíam na Península.⁶⁶

Imediatamente, os líderes políticos sul-americanos declararam fidelidade ao rei Fernando VII e o apoio aos movimentos de resistência na Península. Em vista disso, reconheceram a Junta Suprema de Sevilha, uma provincial na Espanha, porém, o território platino mergulhou em uma profunda crise política.

Segundo Edmundo Narancio, o cenário político da região do Vice-Reinado do Rio da Prata se encontrou em uma delicada situação. Por um lado, os ingleses mantiveram sua atenção política nos domínios espanhóis na América, o que estava facilitado pela presença da corte portuguesa no Brasil, um antigo e fiel aliado. De outro lado, havia Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII e esposa de D. João VI, príncipe regente do Brasil. Ela, por sua vez, entendia ser a única pessoa livre da família real espanhola que poderia herdar o trono de seu irmão. Além disso, a França atenta a importância da América, queria ver reconhecida, também neste espaço, a entronização de José Bonaparte.⁶⁷

Neste tempo, o Vice-Rei do Rio da Prata era Santiago de Liniers, um francês que colaborou com as forças platinas quando da ocupação britânica da região. Este fato potencializou um ataque diplomático lusitano junto ao Governador de Montevideu, Francisco Javier Elío, onde alertaram a possibilidade de Liniers poder favorecer os interesses de Napoleão e, sugeriram que a região platina, frente a estes perigos, ficasse “em depósito” de Portugal. Elío, tentando amenizar a temor português sobre o perigo de um francês ditar a

⁶⁶ Ibid, p. 352.

⁶⁷ NARANCIO, 1992, p. 55-56

política na região e poder favorecer os interesses franceses, diga-se, de Napoleão, iniciou uma campanha pela destituição de Liniers.

Assim, em setembro de 1808, Elío autorizou a abertura de um *cabildo abierto* o qual definiu pela proclamação de uma junta em Montevideu, independente de Buenos Aires, pois, alegavam insegurança e suspeita na presença do francês Santiago de Liniers, como Vice-Rei do Rio da Prata. Desta forma, a disputa política particular entre Elío e Liniers provocou o acirramento de uma antiga rivalidade entre as duas cidades dando início a uma contenda que viria a culminar, meses depois, em desdobramentos bélicos.

Frente a tal cenário de desordem e agitação política que eclodia por toda a região do Prata, já em 1º de janeiro de 1809, em Buenos Aires, os descontentamentos montevidianos ganharam voz também na Capital do Vice-Reinado, o que resultou na deposição de Liniers e a criação de uma Junta que ocuparia o poder até a nomeação e chegada de um novo Vice-Rei. Este foi Baltasar Hidalgo de Cisneros que, nomeado pela Junta Central, instituição reconhecida no Vice-Reinado do Prata, chegou a Buenos Aires em 2 de julho de 1809.

Se à chegada das notícias referentes às abdicações de Baiona e ao movimento *juntista* na Península a partir de maio de 1808, as lideranças políticas platinas reagiram com aprovação ao reconhecer a legitimidade daquelas instâncias peninsulares, em janeiro de 1810, a reação dos portenhos foi diferente frente à dissolução da Junta Suprema e da criação de uma Regência.

Neste sentido, Edmundo Narancio aduz que com a informação da crise da Junta Central, a posterior criação de um Conselho de Regência e os sucessos franceses na Europa, motivou uma ampla discussão em Buenos Aires, capital do vice-reinado platino, referente à legitimidade da Regência. Assim, o Congresso Geral de 22 de maio deliberou posição

contrária a Regência, criando no dia 25 uma Junta, sustentada pelas milícias portenhas e que passou a governar autonomamente, embora se proclamasse em nome do rei cativo.⁶⁸

Para os hispano-americanos, a cessão do poder por parte da Junta Suprema em favor da Regência representou uma nova quebra nas relações políticas e motivou, em 1810, nas colônias hispano-americanas, um fenômeno *juntista* similar ao acontecido na Espanha em 1808. Assim, a Regência era recusada da mesma forma com que foram rechaçadas as abdições de Baiona, isto porque, a soberania não podia ser cedida, pois, ao ser extinguida, ela deveria reverter aos povos.⁶⁹ Assim, foram declaradas diversas Juntas Supremas Governativas, autônomas em relação à Regência, porém, mantendo a fidelidade ao monarca Fernando VII, destronado e mantido preso por Napoleão.

A criação das Juntas na América hispânica representou a ascensão política dos grupos crioulos marcadamente partidários da Independência que, ao terem assumido o poder destas juntas procuraram isolar os grupos hispânicos e, como exemplo de uma clara tendência autonomista e independentista, abriram relações diplomáticas com a Inglaterra e outras nações. A que se considerar que neste momento foi impossível para o conturbado governo espanhol frear estes movimentos, pois todas suas atenções, sobretudo as militares, estavam focadas na guerra de independência na península ibérica.

A elite política crioula de Buenos Aires havia conquistado prestígio e autoconfiança quando da expulsão dos britânicos de Buenos Aires em 1805 e 1806. Em 25 de maio de 1810, um *cabildo abierto* declarou a criação de uma Junta Suprema, inicialmente presidida por Cornélio Saavedra, a qual negava o poder da Regência e das Cortes na Espanha e, mantinha a declaração de fidelidade a Fernando VII.

Cabe ressaltar que a criação da Junta autônoma em relação à Regência espanhola não foi alcançada de maneira harmoniosa. Neste sentido, Miguel Artola lembra que a oposição

⁶⁸ Ibid, p. 65-66.

⁶⁹ RAMOS, 1996, op.cit. p.242.

hispânica do interior das províncias platinas foi liquidada sem grandes dificuldades, porém mantiveram-se fortes núcleos de oposição em Montevideu e Charcas, liderados por Elío e Goyeneche.⁷⁰

Embora a Junta de Buenos Aires tenha procurado receber o reconhecimento de Montevideu, até mesmo solicitando o envio de um deputado para se incorporar à Junta, a reação montevidiana foi diferente. Em um primeiro momento, Elío chegou a aceitar a idéia de reconhecer a Junta de Buenos Aires, porém, em 1º de junho de 1810, conforme destaca Edmundo Narancio, recebeu notícias sobre a força da Regência e os sucessos conquistados por ela nas lutas pela Independência espanhola.⁷¹ Frente a estas informações e a movimentações dos setores hispânicos de Montevideu, em 2 de junho um novo *cabildo abierto* resolveu fazer juras à Regência e não reconhecer a Junta de Buenos Aires.

O rompimento político entre Buenos Aires e Montevideu basicamente reflete a dicotomia nos projetos e aspirações políticas entre diferentes grupos políticos da região. Artola inclusive aponta que esta contenda foi resultado da disputa entre a burguesia bonaerense de tendência centralista e autoritária contra a resistência das províncias interioranas, criando assim uma luta entre dois modelos distintos: o unitário e o federal.⁷²

Assim, a Junta de Buenos Aires procurou, além de conter todos os focos hispânicos e de resistência ao movimento *juntista*, lutar pela manutenção territorial do Vice-Reinado do Rio da Prata e, não obstante, aos grupos federalistas que se espalhavam, principalmente pelos campos da Banda Oriental. Desta forma constituía-se uma luta voraz entre uma Buenos Aires centralista, unitária e revolucionária e uma Montevideu contrária, fiel não somente ao rei Fernando VII, o que também era Buenos Aires, mas, acima de tudo, partidária da Regência espanhola.

⁷⁰ ARTOLA, 1999, op. cit. p.357.

⁷¹ NARANCIO, 1992, op.cit. p.66.

⁷² ARTOLA, 1999, op.cit p.357..

Montevideu, portanto, constituiu-se como o maior obstáculo às pretensões autonomistas, embora de possível solução monárquica, da Junta de Buenos Aires, a qual teve que enfrentar não somente os exércitos realistas liderados por Elío e Goyeneche, mas também o alvoroço promovido por Artigas na Banda Oriental e, sobretudo, a intervenção portuguesa que reclamava os eventuais direitos de Carlota Joaquina ao trono espanhol.

CAPÍTULO II

A intervenção portuguesa de 1811

Em agosto de 1811, tropas portuguesas lideradas por D. Diogo de Souza, capitão-general do Rio Grande do Sul, adentraram os territórios orientais em direção a Montevideú. Aproveitando-se da debilidade dos movimentos independentistas portenhos de maio do ano anterior e com o acordo cooperacionista do Vice-rei Francisco Javier Elío, de Montevideú, sitiado e partidário da manutenção dos direitos do rei aprisionado Fernando VII, Portugal colocou em prática suas estratégias em relação à Banda Oriental do Uruguai.

Embora a intervenção de 1811 tenha durado pouco tempo, apenas dois meses, já foi possível perceber algumas das características e intenções colocadas em jogo por Portugal. O armistício de 20 de outubro de 1811, sob a mediação da Inglaterra, definiu pela pacificação entre Buenos Aires e a praça de Montevideú, acordando também a retirada do exército português, que recuaria até os territórios do Rio Grande do Sul.

Os interesses portugueses na intervenção militar na Banda Oriental, em 1811, inicialmente, conjugam interesses econômicos e políticos. Esta ação militar poderia contemplar os interesses econômicos de determinados setores comerciais e mercantis do Rio de Janeiro, além de servir de ação preventiva em relação às fronteiras do território brasileiro.

Neste sentido, Moniz Bandeira afirma que, com esta ação militar, Portugal, além de se propor a sufocar os movimentos independentistas na região, também tentou realizar determinados objetivos de ordem econômica. O general D. Diego, aproveitou o avanço das tropas para apoderar-se de grande zona de pastagens, distribuindo sesmarias onde a posse ainda não estava reconhecida, além de permitir arreadas de gado pela campanha.⁷³

Mesmo considerando estes apontamentos de natureza econômica, advertidos por Bandeira, chama atenção a afirmação de João Paulo Pimenta, quando este afirma que a proteção manifestada por Portugal em direção a coroa espanhola, estabelecia uma espécie de solidariedade ideológica, uma tentativa em defender um perfil político que se encontrava

⁷³ BANDEIRA, 1998, p.42.

ameaçado pelas conjunturas do período.⁷⁴ Desta forma, ele sustenta que a intervenção de 1811 foi uma colaboração portuguesa em favor da manutenção dos direitos espanhóis, de Fernando VII, sobre os territórios da América Meridional, ou seja, uma fidelidade em torno da confluência monárquica de hispânicos e lusitanos na região.

Porém, cabe a pergunta: será uma cooperação lúcida de Portugal para com a Espanha ou se trataria aqui de uma ardilosa atitude que, ao aproveitar-se da crise dinástica espanhola e da ausência de seu legítimo soberano no trono, estaria utilizando-se deste precedente para conjugar sua política de apropriação dos territórios orientais com a legitimidade de Dona Carlota Joaquina, esposa de D. João e herdeira direta dos Bourbons espanhóis? Até que ponto pode-se confiar no discurso lusitano de “ocupar” para “proteger”?

Sobre esta posição do gabinete português em torno da proteção das colônias espanholas, torna-se necessário perceber, segundo Azevedo, que o discurso do príncipe regente além de exprimir intenções, também sugerem um acordo entre Portugal e Espanha para manter a integridade das colônias hispano-americanas, enquanto ficaria a Espanha comprometida em defender a integridade do território português. Porém, conhecendo as históricas vontades da corte lusitana pelas colônias platinas, este acordo muito mais parece uma ameaça.⁷⁵

É verdade que uma das bases discursivas explicitadas pelo gabinete português em vista da ocupação da Banda Oriental, neste período, remonta a tese de defender as fronteiras brasileiras das idéias revoltosas tão presentes na região platina. Diante disso, Francisca de Azevedo expõe que a ameaça do contágio de projetos revolucionários para os territórios brasileiros assustaram a corte de Portugal, inclusive havendo envios de panfletos que

⁷⁴ PIMENTA, 2002, p.108.

⁷⁵ AZEVEDO, 2003, p.58.

questionavam os avanços do país com a chegada de D. João e exortando os brasileiros a se unirem pelo fim do sistema político monárquico.⁷⁶

A função e o papel de Carlota Joaquina no episódio de 1811 assume, porém, proporções ainda maiores, pois não é apenas o gabinete português que passa a ver nela a possibilidade de materializar seus desejos e interesses pelos territórios platinos, mas também e sobretudo a própria intenção dela, a Princesa, de tornar-se figura central nas questões relativas a crise dinástica da Espanha européia e colonial, tratando de maneira direta e com profundo zelo as negociações a respeito destes assuntos.

Ademais, pode-se pensar que o projeto “carlotista” é diferente do projeto lusitano para a Banda Oriental. O que parece cada vez mais claro é a utilização de Carlota por parte do gabinete português para, indiretamente, colocar em prática a política expansionista lusitana. Tal perspectiva pode ser percebida quando Oliveira Lima diz que, D. João, espertamente, se dispunha a trocar os direitos sucessórios de sua esposa por um aumento de seus territórios, sobretudo em direção ao Rio da Prata.⁷⁷

Por outro lado, em relação ao projeto de Carlota Joaquina, ou seja, aos seus desejos na jornada política em relação à região platina, cabe destacar que a vontade da princesa é defender a causa de sua família, da Espanha. Mesmo ela tendo conhecimento das dúvidas que a junta central tem em relação ao seu nome, os direitos de sua família são maiores do que tais intrigas políticas. Seu desejo, conforme, Azevedo, não é apenas o vice-reinado platino ou a América. Quando propõe viajar ao Rio da Prata quer imitar a fuga portuguesa, neste caso para salvar o Império espanhol.⁷⁸

Diante disso, pode-se apontar que o processo político que motivou diretamente a intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai no ano de 1811 é um exemplo latente dos interesses expansionistas de Portugal em direção ao Prata, porém pautados e

⁷⁶ Ibid, p.293-294.

⁷⁷ LIMA, 1996, p.189.

⁷⁸ AZEVEDO, 2003, op.cit. p185.

fundamentados, primeiramente, na segurança e na ordem política dos territórios portugueses limítrofes com aquela região, à defesa da integridade territorial da Espanha, agora sua aliada política e, sobretudo, da possível herança monárquica de Carlota Joaquina.

2.1 Os eventuais direitos sucessórios de Carlota Joaquina

Os episódios de Baiona, em maio de 1808 foram decisivos para o desenrolar político na região do Prata. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV e irmã de Fernando VII, ao tomar conhecimento de tais fatos, imediatamente agiu em defesa dos direitos de sua família, manifestando seu desagrado ao episódio, desqualificando a usurpação do trono pelos franceses, partindo em busca do apoio britânico para reaver o poder dos Bourbons e declarando guerra à França.⁷⁹

A tomada do trono espanhol por Bonaparte foi, recebida, porém, em outro tom pelos diplomatas britânicos e portugueses. Isto porque, segundo Francisca de Azevedo, há anos que o governo britânico cogitava a hipótese de invadir a região platina para facilitar as trocas comerciais, as quais eram feitas a partir da chegada dos gêneros britânicos no porto do Rio de Janeiro e, em seguida, enviadas a bacia platina, utilizando-se de uma rede de contrabando muito forte na fronteira dos domínios luso-hispânicos.

Tais tentativas, embora frustradas, de ocupação da região nos anos de 1806 e 1807, acabaram motivando a tese britânica de tomar a região meridional da América com auxílio dos portugueses. Soma-se a isto, o fato de que com o domínio francês na península, com

⁷⁹ AZEVEDO, 2003, op.cit. p.75

Portugal invadido e a Espanha aliada dos franceses, avançar nos territórios platinos poderia ser justificado como uma retaliação contra a França.⁸⁰

Cabe lembrar que este plano de coligação luso-britânica na região platina vinha sendo planejado há algum tempo entre os diplomatas de ambos os países, sendo inclusive um dos pontos relevantes no projeto que permitiu a fuga da família portuguesa para o Brasil. Assim, logo após a chegada de D. João VI às terras americanas e antes mesmo da própria queda bourbônica na Espanha, D. Rodrigo de Souza Coutinho, ou Conde de Linhares, remeteu-se por ofício de 13 de março de 1808 ao Cabildo de Buenos Aires, lançando uma forte crítica a aliança entre o governo espanhol e a França e ofereceu auxílios do príncipe regente ao Vice-Reinado do Rio da Prata.⁸¹

Na seqüência utilizou-se de tons ameaçadores caso o Cabildo não aceitasse a ajuda oferecida, exaltando até mesmo uma ação militar na região e, cabe destacar que, ao declarar a Espanha aniquilada e ao escrever diretamente ao Cabildo e não ao Vice-Rei, D. Rodrigo expôs que Portugal não mais reconhecia o território platino como jurisdição espanhola, necessitando apenas dos dirigentes políticos de Buenos Aires a autorização para estabelecer o livre comércio na região e, conseqüentemente, a anexação do território.⁸²

Por sua vez, o Cabildo de Buenos Aires ao receber o ofício de D. Rodrigo e a “missão Curado”⁸³, manifestou sua posição contrária as pretensões lusitanas, alegando que com tais atos Portugal era vista como inimiga. Além disso, demonstrou indignação em relação à atuação do gabinete português e reafirmou sua fidelidade ao rei da Espanha.⁸⁴

Diante de uma represália do próprio Cabildo de Buenos Aires e, também, da própria Carlota Joaquina, que desaprovava as insinuações e ofensivas diplomáticas feitas pelo

⁸⁰ Ibid, p.77.

⁸¹ LIMA, 1996, op.cit. p.196.

⁸² Ibid, 1996, p.196.

⁸³ Refere-se ao envio de Joaquim Javier Curado por parte do Conde Linhares à Buenos Aires sob o pretexto de reforçar o diálogo comercial entre eles. Porém, para o Cabildo e o Vice-rei Santiago de Liniers Curado se dirigiu aos domínios espanhóis com o intuito de observar a região e levar informações para a corte do Rio, para o fim de organizar uma ofensiva militar à região.

⁸⁴ AZEVEDO, 2003, op.cit. p.82.

gabinete português em direção a Buenos Aires e, sobretudo diante da nova conjuntura apresentada pelas abdições em Baiona, a estratégia britânica necessitou mudar de direção. A invasão da Espanha por Bonaparte e, sobretudo, a reação da população espanhola em armas organizando-se em juntas administrativas, recusando o poder bonapartista, fez da Espanha não mais uma aliada dos franceses e, sim, uma nova parceira para a Grã-Bretanha.

A política britânica relativa ao Prata não pôde mais ter a Espanha como inimiga. Deixou-se de lado o plano de associação com Portugal para agredir os territórios hispano-platinos e passou-se a reclamar os direitos de descendência dinástica dos Bourbons, favorecendo a princesa Carlota e aos interesses de Portugal. Assim, D. João VI apresentou-se como defensor dos direitos dos Bourbons da Espanha além de atender as expectativas portuguesas. Também favoreceu a Inglaterra, que ficou com a parceria política e econômica das duas monarquias.⁸⁵

Com a estratégia renovada, porém sem perder o horizonte de seus objetivos mercantis no Prata, a monarquia britânica enviou o almirante Sidney Smith ao Rio de Janeiro, no ano de 1808, para rearticular a atuação da diplomacia britânica a partir da aproximação estratégia das duas dinastias ibéricas. Neste sentido, Smith iniciou um longo processo de confabulações ao mesclar os interesses de Carlota Joaquina e da corte portuguesa. O grande objetivo destes trabalhos de Sir Smith era alcançar, por parte da Junta Central, na Espanha, o reconhecimento dos direitos dinásticos da princesa alçando-a a Regente de um governo a ser formatado na região platina.

A intenção primeira do almirante britânico era pautar às reivindicações dinásticas sobre o nome da princesa, porém há de se destacar dois fatos relevantes: o primeiro deles se refere à presença no Rio de Janeiro do infante espanhol D. Pedro Carlos, primo/sobrinho de Carlota, criado na corte portuguesa. O outro dos motivos compete à presença marcante e

⁸⁵ Ibid, 2003, p.89.

decisiva de D. Rodrigo na corte lusitana e sua total inimizade e desconfiança recíproca com Carlota.

Frente a tais fatos, o conde de Linhares exigiu a introdução do nome do infante espanhol no projeto, pois, conforme Azevedo, Linhares tinha a certeza de que Carlota, tendo o poder em suas mãos, favoreceria totalmente os interesses da Espanha, não contribuindo pela consolidação do antigo projeto luso-inglês de apropriação da região platina.”⁸⁶ Assim, Sidney Smith fez convergir às aspirações da princesa com as intenções do gabinete português.

Embora o projeto de D. Carlota, administrado por Sidney Smith, tenha pontos em comum com os interesses de D. João VI, este, ao tomar conhecimento formal dos planos da princesa e do infante espanhol, mesmo admitindo incentivar e defender os eventuais direitos de sua esposa, alertou, no mesmo tom em que se dirigiu anteriormente ao Cabildo de Buenos Aires, que frente a uma resistência espanhola a tal projeto, a invasão militar poderia ser a saída para resolver as dúvidas que emergiam no Prata e, por fim, consolidar seu projeto de expansão territorial.

Para D. João VI, muito mais do que defender os direitos de sua esposa, importavam os passos a serem dados em direção ao sul, ao Prata. Oliveira Lima aponta que o Príncipe Regente esperava algo de mais proveitoso para seu Império, ou seja, acrescentar terras em direção “as bandas do sul, por exemplo, envolvendo a reincorporação de Montevideú, idéia sempre cara ao seu coração de príncipe que sangrava pelo sangue que a Portugal custara a malfadada Colônia do Sacramento”⁸⁷. Embora sempre tenha sido clara a intenção portuguesa de avançar seus domínios para o Prata, não pode-se, assim como Oliveira Lima aponta, diminuir os interesses lusitanos pela região ao simples desejo do príncipe regente em tal projeto.

⁸⁶ Ibid, 2003, p.92.

⁸⁷ LIMA, 1996, op.cit. p.189.

A princesa Carlota, desejosa de alcançar o poder e motivada ainda mais pelas circunstâncias em que a política européia e sul-americana apresentavam, partiu em busca de apoios e em tentativas de convencimentos para sua causa. Assim, remeteu ofícios aos vice-reis em Buenos Aires, Lima, México. Manteve contato direto com a Junta Central na Espanha, generais espanhóis e lideranças políticas de relevância na península hispânica, casos de Eusébio de Bardaxi, do conde Floridablanca, D. Pedro Rivero, entre outros.

Agindo de maneira arrojada frente à desesperada situação política vivenciada pela sua terra natal, Dona Carlota conquistou apoiadores e simpatizantes para atuar dentro do governo espanhol a favor de sua causa. Ainda mais pelo fato de que D. Carlota ao assumir a Regência da Espanha poderia vir a materializar antigos projetos e intenções de lideranças políticas espanholas em restabelecer uma nova união ibérica, o que seria de uma importância ímpar no cenário diplomático europeu, pois Espanha e Portugal unidos teriam em si não apenas a Península Ibérica em um todo, mas também grande parte da América, o que resultaria no maior Império do mundo. Isto feito, ambas as nações ganhariam maior independência, não necessitando se sujeitar às tão contínuas manipulações das então potências, Inglaterra e França.

D. Rodrigo de Souza Coutinho ao tomar conhecimento da boa acolhida que lideranças espanholas davam à causa da princesa Carlota Joaquina e frente a esta possibilidade que se abria de ver Portugal se tornar um gigantesco império, aparentemente deixou de lado suas diferenças com a princesa e solicitou ao então embaixador de Portugal na Espanha, D. Pedro de Souza Holstein, que viria se tornar o importante e decisivo duque de Palmella, que atuasse em favor dos eventuais direitos da consorte de D. João VI.⁸⁸

Conde de Linhares, ao dar atenção à possibilidade de utilizar Carlota Joaquina como mecanismo para as pretensões lusitanas na região do Prata, agiu com um olhar de similitude

⁸⁸ AZEVEDO, 2003, op.cit, p.104.

entre Carlota Joaquina e os célebres Fernando e Isabel, que com sua descendência uniram castelhanos e aragoneses. Agora, o gabinete português almejava ver os descendentes de Carlos IV, rei de uma Espanha unitária, e os seus, filhos do casamento de D. João VI e Carlota, possuidores de um Império vasto e grandioso, resultado da união dos dois países ibéricos.⁸⁹

Diante de uma ordem de tamanha envergadura, de articular a ascensão de Carlota Joaquina à Regência espanhola, D. Pedro de Souza necessitou administrar interesses distintos, pois tal projeto não era unânime, havendo resistência entre membros da Junta e, principalmente, oposição da Inglaterra, a qual apoiara a idéia de Carlota vir a ser proclamada regente em um governo independente na América, e não regedora de uma nova União Ibérica. Frente a estas dissensões, Holstein se utilizou até de mecanismos rasteiros para angariar apoios em prol da causa de sua princesa, “esbanja[ndo] fortunas comprando informações, subornando deputados e oferecendo festas e jantares à fidalguia espanhola.”⁹⁰

Os esforços do embaixador português eram em vão. As insistências da corte lusitana em ver os direitos de Carlota Joaquina reconhecidos só fizeram aumentar as desavenças e idéias opostas na Junta Central, provocando um sentimento de desconfiança com as intenções de Portugal. O efeito deste cenário acabou por levar a Junta a protelar sua decisão em relação aos direitos de D. Carlota.

Neste sentido, relatório enviado por D. Pedro de Souza ao conde de Linhares aponta três pontos que levaram a Junta a tomar esta decisão: o desejo da Junta Central em reunir as Cortes em breve espaço de tempo, a vontade de estudar com maior clareza a decisão a ser tomada e o receio de desagradar a corte britânica, neste momento fundamental para o país, com suas tropas defendendo o território espanhol das agressões francesas.⁹¹

⁸⁹ LIMA, 1996, op.cit. p.202.

⁹⁰ Ibid, 2003, p.109.

⁹¹ Ibid, 2003, p.115.

Porém os tempos continuavam sombrios sobre as terras ibéricas. A Espanha prosseguia ocupada e em guerra. A família real permanecia cativa na França. O povo espanhol se mantinha órfão de um rei. Carlota Joaquina ainda alimentava sua sede pelo poder e a corte portuguesa continuava com seus olhos voltados para as turvas águas do Rio da Prata.

Deste modo, mesmo diante das protelações e recusas da Junta Central em direção ao reconhecimento dos direitos de Carlota, a princesa continuou seu trabalho, mantendo contatos com lideranças espanholas em busca do reconhecimento daquilo que ela achava que lhe pertencia: o direito sucessório na corte da Espanha. Para isso, constantemente utilizou a estratégia de desvincular-se do governo português, pois ressaltando sua nacionalidade espanhola, se distanciava, aparentemente, dos interesses lusos nesta questão.

D. Carlota, ante a primeira recusa da Junta Central, não foi considerada carta fora do baralho das lideranças espanholas, primeiramente, porque ela própria não permitiu que assim fosse e, depois, pelo fato dos espanhóis levarem em consideração que a regência da princesa poderia resolver uma série de questões, como aproximar ainda mais a Espanha e a Inglaterra⁹², acabar com a crise de legitimidade encontrada pelo Conselho de Regência e frear os movimentos de caráter republicano no Prata.⁹³

O projeto longamente executado por Carlota Joaquina em articulação com o embaixador português na Espanha, D. Pedro de Souza Holstein, constituía-se de três partes, onde, primeiramente, deveria convencer a Junta Central em confirmar a revogação da Lei Sálica⁹⁴, para em seguida, o poder espanhol reconhecer os direitos sucessórios da princesa; por fim, faltaria à Dona Carlota receber do poder então constituído na Espanha, a indicação para a regência espanhola.

⁹² Mesmo com a oposição do embaixador britânico na Espanha à regência de Carlota Joaquina, circulavam teses entre políticos espanhóis de que uma união com Portugal poderia melhorar o relacionamento entre Espanha e Inglaterra, posto a íntima relação entre lusitanos e britânicos

⁹³ Ibid, 2003, p.127.

⁹⁴ No ano de 1725, Felipe V decretou a chamada Lei Sálica a qual proibia a subida de mulheres ao trono espanhol. Porém, no ano de 1789, Carlos IV revogou a Lei, porém, temendo a reação dos Bourbons da França e de Nápoles, manteve em segredo este trabalho. Daí resultou dúvidas em torno da Lei e a necessidade de estudo dela para decidir sobre a possibilidade de Carlota Joaquina ascender ao poder.

Embora fossem remotas as chances da Espanha aceitar a regência da princesa de Bourbon e Bragança, tendo em vista a conjuntura do momento que deixaria a Espanha em posição inferior a Portugal em uma suposta união das monarquias, Carlota Joaquina e as articulações de Holstein na Espanha acabaram obtendo alguns sucessos. Em 13 de janeiro de 1810, dias antes da substituição da Junta Central por uma Regência⁹⁵, houve a confirmação da revogação da Lei Sálica, passo este que possibilitou um novo fôlego às pretensões da princesa. Depois, em 1812, já constituídas as Cortes, Carlota Joaquina teve seus eventuais direitos sucessórios reconhecidos pelo governo espanhol.

Assim, ficou faltando a última das partes do projeto, ou seja, o chamado para assumir a regência. Porém a longa protelação da Espanha, temendo as conseqüências que poderiam resultar nesta radical proximidade com Portugal, foi suficiente para retardar os desejos de Carlota até a chegada de novos ventos que soprassem na Europa a favor de Fernando VII, o rei cativo.

No mesmo íterim relativo aos esforços lusitanos na Espanha para o reconhecimento dos direitos dinásticos de Carlota Joaquina, tanto a princesa como o gabinete português e os emissários ingleses estiveram voltados para a América Platina, território colonial hispânico limítrofe do espaço português e de densa importância política e mercantil para os envolvidos.

Naquele momento, Buenos Aires gozava de um crescimento invejável, que vinha desde a segunda metade do século XVIII, após a aplicação das chamadas reformas borbônicas na região, sobretudo a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata em 1778 e o “Regulamento para o Comércio Livre” do mesmo ano, as quais dinamizaram de maneira surpreendente o comércio e a população da região. A abertura dos portos trouxe crescimento urbano e comercial à cidade, pois a localização estratégica dela favoreceu as trocas comerciais

⁹⁵ Ocorreu no dia 31 de janeiro de 1810.

com o interior das províncias, centralizando na capital portenha um grande volume de negócios, transformando-a em uma importante cidade colonial da América do Sul.⁹⁶

Ao mesmo tempo em que criava uma grande rede de comunicação com políticos e lideranças na Espanha, sobretudo, na Junta Central, Carlota também partiu para uma ofensiva diplomática nas colônias espanholas, principalmente Buenos Aires, tão próxima e de profunda relevância para a corte do Rio de Janeiro e os representantes britânicos.⁹⁷ Assim, Carlota, além de almejar a tão sonhada e quase utópica Regência de toda a Espanha, também passa a se ver envolta de projetos para um governo regencial a partir da cidade de Buenos Aires, capital do Vice-reinado do Rio da Prata e alvo das pretensões luso-inglesas.

A chegada de notícias provenientes da Europa que apontavam constantes vitórias francesas sobre os focos da resistência espanhola fizeram aumentar ainda mais a vontade do gabinete português em avançar com seu exército rumo ao Rio da Prata. Mas as novas circunstâncias da política européia, a qual colocava a Espanha, até então aliada dos franceses, como parceira da Inglaterra, fez com que os representantes da política britânica freassem este projeto militar.

Este fato acabou por fortalecer o projeto do almirante Sidney Smith e os interesses da infanta Carlota Joaquina. As vantagens britânicas na região, de acordo com alguns setores da corte de Londres, passavam agora por uma monarquia no Rio da Prata, tendo Carlota Joaquina como Regente. Mas, nem mesmo as vozes dos representantes ingleses no Rio de Janeiro foram semelhantes.

⁹⁶ Tal reforma econômica, a liberalização e habilitação de portos nas trocas comerciais inter-coloniais e metropolitanas aliado à estratégica posição do Porto de Buenos Aires, acabou por inverter a lógica e a dinâmica do comércio na região. Até então era exercido um predomínio limenho-tucumênio nas relações comerciais inter-coloniais. Porém, com a habilitação do Porto de Buenos Aires a chegada e partida de produtos se tornou muito mais facilitada através de Buenos Aires e, desta forma, surgiu um predomínio portenho na entrada e saída de produtos na região colonial sul-americana. O Porto de Buenos Aires, além de aproveitar a Rota das Filipinas também isentava o tráfego comercial de enfrentar a rota através do atual Panamá, onde o transporte em certo momento, chegava a ser via terrestre para atravessar o atual Canal do Panamá.

⁹⁷ LIMA, 1996, op.cit. p.193

Enquanto Smith confabulava com Carlota Joaquina e planejava minuciosamente cada passo a ser dado em direção da regência da Infanta, também cabia aos seus interesses pessoais disputar com outros representantes britânicos o maior prestígio possível frente ao Rei da Inglaterra. Seu maior obstáculo era o chefe da missão diplomática inglesa no Rio de Janeiro Lord Strangford, embaixador da Inglaterra que acompanhara a família real portuguesa na sua fuga de Lisboa.

O comandante da esquadra inglesa, Sidney Smith, foi o principal nome ao lado da própria Carlota a defender a regência da Princesa no Rio da Prata. Porém, a leitura de Strangford era diferente. Para ele, com as mudanças conjunturais na política européia o que melhor cabia aos interesses britânicos era o de se eximir de qualquer participação direta no governo de um país, apontando assim para uma solução antipatizada pelo governo lusitano: a criação de uma república independente no Rio da Prata, o que impedia os desejos do Conde de Linhares de ampliar os domínios portugueses.

O embaixador britânico julgava ser mais fácil e cômodo negociar interesses mercantis com uma república, pois, para a Grã-Bretanha, neste momento, o livre comércio na região platina seria mais atraente aos seus produtos e um governo republicano poderia imunizar as trocas comerciais de exigências mercantilistas tão próprias das monarquias ibéricas.

As diferenças de projetos e interesses acabaram aprofundando ainda mais as tensões e atritos dentro da corte portuguesa. De um lado, havia a princesa Carlota Joaquina e Sidney Smith defendendo uma saída regencial para os domínios platinos enquanto o governo espanhol, ou o que restara dele, definia o impasse sobre a Regência de Carlota para toda a Espanha.

Em um outro ponto, Conde de Linhares e o restante do gabinete português defendiam o nome do infante D. Pedro Carlos para assumir a regência, afrontando os interesses de

Carlota e esperando o momento certo para colocar em marcha suas tropas tendo em vista anexar as terras que margeiam o Rio da Prata.

Havia, também, o embaixador Lord Strangford, defensor de uma república para as províncias platinas, e que tentava convencer D. João VI de abandonar qualquer idéia de ocupação militar do Prata. Strangford, ao criar obstáculos para a efetivação dos desejos da princesa, também barrava o crescimento político de seu rival inglês, o almirante Smith.

As partes discordantes não se resumiam apenas às articulações luso-inglesas. O vice-reinado apresentava soluções e grupos políticos destoantes que se iniciavam pelos realistas, defensores dos direitos integrais da casa de Bourbon. Havia, também, os defensores dos descendentes da nobreza Inca do Peru pré-hispânico e que contavam com apoio das camadas mais pobres e de grande número de republicanos. Por fim, haviam alguns poucos partidários da regência do infante D. Pedro Carlos e os “carlotistas”, defensores dos direitos de Carlota Joaquina, que ganhava cada vez mais força, resultado da insistência dos contatos da princesa com lideranças políticas da região.⁹⁸

Acima de tudo, Carlota Joaquina era infanta da Espanha. Precisava mostrar para todos na América do Sul e no vice-reinado platino que ela não estava do lado dos ambiciosos projetos lusitanos. Que sua única vontade era defender a manutenção dos domínios de sua família, proteger a nação espanhola e preservar os direitos sagrados dos Bourbons da Espanha. Seus manifestos se propagavam por toda a América ainda nos primeiros meses após os episódios de Baiona. Mas as respostas que chegavam não eram tão animadoras.

A grande maioria das províncias hispânicas, embora até reconhecessem os direitos sucessórios de Carlota, juravam fidelidade ao rei Fernando VII. O Cabildo de Buenos Aires, por exemplo, em resposta a um dos primeiros manifestos da princesa diz que mesmo reconhecendo “o direito que neste caso tem VV.AA.RR à coroa de Castela e se glorifica

⁹⁸ Cf. AZEVEDO, 2003, op.cit. p.147.

disso... prestou juramento de obediência e fidelidade a seu Rei e Senhor D. Fernando VII, e nada pode alterar esta decisão...”⁹⁹

Se não bastassem as intrigas palacianas na corte do Rio de Janeiro e o longo trabalho de convencimento e conquista política em toda a América a ser enfrentada por Carlota Joaquina, as intrigas platinas ganhavam, a cada novo dia, maiores proporções. As disputas entre o então vice-rei Santiago de Liniers e o governador de Montevideu, Francisco Javier de Elío, preocupavam a princesa, pois ela via que esta divisão só atrapalhava o combate aos republicanos e o seu projeto de regência.

Carlota Joaquina inclusive mantinha contato com a Junta Central comunicando sobre os episódios que envolviam as duas lideranças platinas, justamente para mostrar sua preocupação com a região e com a manutenção dos domínios espanhóis na América. Ao se inteirar dos fatos que apontavam Liniers como colaborador dos franceses, ela voltou-se a Elío, dando início a uma aliança política que ganharia maior importância quando o então governador de Montevideu tornou-se vice-rei.

Com o almirante Sidney Smith ao seu lado, motivando seu projeto, e com a chegada de notícias favoráveis do Rio da Prata, sobretudo enviadas por Felipe Contucci, uma espécie de promotor dos direitos da princesa na região, Carlota Joaquina se sentia pronta para embarcar para Buenos Aires. Queria ir à capital do vice-reinado para legitimar ainda mais seu projeto e assumir a regência desta parte dos territórios platinos.

O almirante inglês, por sua vez, tentou convencer D. João VI a não se opor a viagem da infanta, porém o príncipe deixou claro que uma viagem de Carlota a Buenos Aires só poderia acontecer após o chamado dos dirigentes espanhóis e a aprovação da coroa britânica, sempre atenta a todo e qualquer movimento em relação à América meridional.

⁹⁹ Carta do Cabildo de Buenos Aires à Carlota Joaquina. Buenos Aires, 13/09/1808. Política Lusitana em el Rio de la Plata. Colección Lavradio, Archivo General de la Nación: v.1, p.139.

A natural proximidade da princesa Carlota Joaquina com o gabinete português, mesmo havendo atritos e discordâncias entre ambos, parecia não convencer a Junta Central de que chamar Carlota Joaquina a assumir a regência fosse um ato de total segurança. Os olhares portugueses para o Prata estavam próximos demais da princesa. A Junta Central não queria arriscar.

Fato que demonstra com maior nitidez esta desconfiança deu-se quando das intrigas entre Santiago de Liniers e Javier Elío. Esta contenda particular dentro do vice-reinado estava servindo a Carlota, pois ela argumentava que tal disputa só prejudicava a manutenção dos domínios espanhóis e, assim, o melhor a ser feito era ela, a princesa, se dirigir até Buenos Aires para assumir as rédeas do poder e, principalmente, afastar Liniers, o qual era acusado de manter contato com os franceses.

No entanto, a Junta Central, sob o pretexto de colocar limites nesta briga ordenou a substituição tanto do vice-rei, como do governador de Montevideu e, em contrapartida, desarticulou o principal argumento utilizado no momento por D. Carlota para se dirigir ao Prata. Se não bastasse, em ordens dirigidas ao novo vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros, a Junta Central orientou para que a princesa não se dirigisse a capital do vice-reinado.

Outra medida aplicada pela Junta Central com vistas a barrar o avanço de simpatias a favor de Carlota e para dificultar as articulações da princesa, foi à designação do marquês de Casa Irujo como novo embaixador da Espanha na corte do Rio de Janeiro, em julho de 1809. Este trouxe consigo ordens expressas de ser o único responsável pelas negociações da Espanha com as províncias platinas, justamente para afastar Carlota Joaquina das tramas pela regência.

No entanto, os movimentos na América platina são destoantes com as tentativas da Junta Central em barrar os projetos da princesa. Em meados de 1809 se multiplicaram e se fortaleceram os manifestos e chamados pela princesa Carlota para assumir a regência no Rio

da Prata. Felipe Contucci¹⁰⁰ incitou constantemente Carlota em se dirigir até Buenos Aires. Manuel Belgrano, formado em direito e considerado um dos mais brilhantes intelectuais e políticos de seu país se manifestou como um radical “carlotista”, se dirigindo diretamente a princesa e solicitando sua ida a capital do vice-reino.

Manuel Belgrano, juntamente com outros líderes políticos, como Castelli, Puyrredon e Mariano Moreno defendiam os direitos de Carlota Joaquina, pois preferiam seguir uma legítima sucessora espanhola a ter como líder supremo liberais franceses que dominavam a Espanha a partir de José Bonaparte e, nem mesmo conservadores realistas que gozavam de grande força no Prata. Assim, viam em Carlota Joaquina a possibilidade em formar uma monarquia constitucional, coligando a tradição monárquica ao progresso.¹⁰¹

Conforme Francisca de Azevedo, Carlota Joaquina não cedeu às insistências de Belgrano, seu maior apoiador em Buenos Aires, pois perdeu a confiança em seus parceiros políticos, além de temer que ao se dirigir a Buenos Aires sem o consentimento da Junta Central poderia estar ela anulando qualquer hipótese de ainda ser chamada pelo governo espanhol para assumir a regência de toda Espanha, tarefa esta que D. Pedro de Souza Holstein se debruçava a negociar incansavelmente em território europeu.¹⁰²

Ao tomar conhecimento do crescimento do número de partidários de Carlota no Rio da Prata e dos chamados feitos a princesa para que ela se dirigisse a Buenos Aires, o ministro português D. Rodrigo e o embaixador britânico Lord Strangford, opositores dos planos da princesa, convenceram o príncipe D. João VI a delatar o almirante Sidney Smith à corte britânica.

Smith, principal articulador e colaborador da princesa Carlota foi acusado de interferir em assuntos internos de Portugal, os quais eram impróprios para sua função de chefe da

¹⁰⁰ Importante comerciante português que vive no vice-reino do Rio da Prata e se intitulava como Agente dos Direitos Sagrados da Augusta Casa Reinante da Espanha. Para ele, era de muito bom proveito à reunião das duas coroas ibéricas, o que viria representar menores entraves para o seu comércio entre o Brasil e o Prata.

¹⁰¹ Cf. LIMA, 1996, op.cit. p.199

¹⁰² AZEVEDO, 2003, op.cit. p.225.

esquadra naval britânica. Meses depois, a corte britânica solicitou a volta de Sidney Smith à Inglaterra, deixando a situação de Carlota Joaquina mais delicada, pois ela não poderia mais contar com seu principal aliado. Com esta confabulação, o conde de Linhares atrapalhava os planos de sua rival na corte e Strangford vencida sua disputa particular com o almirante inglês.

Após inúmeros avanços e recuos nas estratégias de Carlota em se tornar regente nas províncias do Rio da Prata, o ano de 1809 chegava ao fim com a região platina mergulhada em um confuso cenário. Na corte portuguesa o ambiente não era diferente. Carlota Joaquina se sentia isolada após a saída de seu braço direito Sidney Smith. E com o aumento dos apelos pela viagem da princesa a Buenos Aires, o gabinete português acabou por abandonar a defesa da regência de D. Pedro Carlos e, enfim, passou a sugerir o nome de Carlota Joaquina à regência no Prata. Para os olhos do embaixador espanhol na corte do Rio de Janeiro, marquês de Casa Irujo “essa atitude apenas mascara a real intenção de ocupar os territórios platinos”.¹⁰³

O ano de 1810 marcou a chegada da revolução ao Rio da Prata. Ao não reconhecer o poder da regência deliberada na Espanha, a elite política de Buenos Aires destituiu o vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros e, a partir da instalação de um “Cabildo Abierto”, constituiu, em 25 de maio de 1810, a Junta Provisional do Rio da Prata. Montevideu inicialmente se inclinou a aderir a Junta de Buenos Aires, porém, em seguida, acabou reconhecendo o Conselho de Regência da monarquia espanhola.

Mesmo diante da revolução de Buenos Aires e a radical iminência da perda dos domínios platinos, o Conselho de Regência se manteve contrário à hipótese de chamar Carlota Joaquina para assumir o poder e, se não bastasse, buscou barrar o crescimento da popularidade da infanta.

¹⁰³ Ibid, p.253.

Assim, a capital portenha, mesmo que alegando estar fiel ao rei Fernando VII, sustentou a causa revolucionária e de rompimento com as instituições coloniais, enquanto Montevideú passou a ser o elo da manutenção da coroa hispânica. Automaticamente Carlota Joaquina voltou seu olhar à capital da Banda Oriental, o novo endereço em que desejou constituir sua regência para a América do Sul, onde prometeu instalar um governo capaz de combater os revolucionários da Junta Provisional e auxiliar a guerra peninsular contra os exércitos franceses.

Montevideú, como reduto dos defensores dos direitos da coroa hispânica, passou a ser a chave para os planos de Carlota, pois caso a cidade caísse sobre as garras do governo de Buenos Aires se perderia todo o território espanhol na América meridional. Seus esforços, neste momento, voltaram-se às lideranças da capital da Banda Oriental, inclusive com auxílios financeiros, recorrendo até mesmo à venda de jóias pessoais para financiar a defesa da cidade.¹⁰⁴

Com a revolução de maio em Buenos Aires e o contágio do movimento nas províncias do interior, o até então opositor da regência de Carlota, marquês de Casa Irujo, passou a advertir o Conselho de Regência sobre a necessidade de enviar Carlota ao Prata. O embaixador espanhol chegou a solicitar ao governo português auxílio financeiro para socorrer a cidade de Montevideú. Por sua vez, o gabinete do Rio advertiu que só ofereceria o auxílio solicitado se a princesa fosse chamada a assumir a regência. Já a Inglaterra se manteve contrária à regência de Carlota, vendo como melhor saída para seus interesses à independência das províncias platinas.

Um projeto que corria entre algumas lideranças do governo de Buenos Aires dizia respeito em ter Carlota Joaquina como regente de um novo reino, independente da metrópole

¹⁰⁴ Cf. LIMA, 1996, op.cit, p.205.

espanhola, porém, tal idéia ficou praticamente nula diante dos movimentos da princesa em direção da unidade dos domínios de sua real família.

Enfim, o ano de 1810 chegou ao fim assistindo a divisão dos domínios platinos, os quais ficaram sob uma vasta luta política e militar, entre as tropas da Junta de Buenos Aires e os realistas de Montevideú. Estes, encurralados pela força dos exércitos portenhos e, próximos politicamente de Carlota e dos supostos interesses de pacificação do gabinete português acabariam por solicitar a ajuda militar dos exércitos lusos, provocando enormes contradições na esfera política da região.

2.2 Buenos Aires versus Montevideú

Em maio de 1810 chegaram notícias a Buenos Aires informando sobre o sucesso dos ataques franceses à Península, bem como sobre a crise da Junta Central na Espanha e a posterior criação de uma Regência. No congresso geral em 22 de maio de 1810 na capital portenha negou-se a legitimidade da Regência e criou-se, já no dia 25 de maio, a Junta de Buenos Aires, denominada de “Junta Provisional Governativa”. Em nome de Fernando VII, a Junta reclamava para si os direitos do Estado na região do Vice-reinado do Rio da Prata.

A junta foi arquitetada pela elite política dos patrícios de Buenos Aires, os quais esperavam há anos o momento oportuno para a tomada do poder. Sua constituição foi o resultado dos esforços de dois grupos políticos que, embora distintos, unificavam-se em alguns aspectos.

Por um lado havia a chamada “ala crioula”, que liderados por Cornélio de Saavedra era formada pela grande parcela do povo e pelos corpos militares. Estes foram responsáveis diretos pela tomada do poder, ou seja, encabeçaram a marcha até a deposição do vice-rei. O

outro grupo ficou denominado como “ala ilustrada”, possuindo figuras do porte de Manuel Belgrano, Hipólito Vieytes e Juan José Paso, além de congregar os setores defensores do livre comércio. Foram estes os articuladores do cabildo aberto, que decidiu pela formação da Junta Governativa.

Cabe destacar que estes dois grupos políticos divergiam na interpretação do movimento. Os “crioulos” interpretavam o movimento como uma reação nativista contra funcionários do governo de tendência “afrancesada”, afirmavam a defesa dos direitos de Fernando VII e defendiam um governo independente dos conselhos e juntas da metrópole. A “ala ilustrada”, por sua vez, escondia por trás de seus discursos de fidelidade ao rei Fernando VII a idéia de ruptura com a Monarquia Nacional, de independência sob o olhar convidativo da Inglaterra. Apesar das diferenças, havia um projeto comum: “governo próprio e comércio livre”.¹⁰⁵

É importante lembrar que o movimento não foi unânime em Buenos Aires. O cabildo, por exemplo, era formado na sua grande maioria por comerciantes ligados ao sistema comercial de Cádiz e, assim, intimamente ligados aos antigos laços de poder. Soma-se a estes os principais funcionários demitidos, o ex-vice-rei e a Real Audiência, estrutura representante do poder metropolitano. Coube ao movimento de Maio sufocar estes focos de resistência, o que ocorreu no dia 22 de junho.

É mister levar em consideração a estrutura administrativa proposta pela Junta para o interior das províncias e o centralismo político sugerido, o qual será um dos motivos geradores de inúmeras pendengas ao longo do processo de reconhecimento da Junta e a independência da região.

¹⁰⁵ ABADIE, 1998, v.2, p.8

A proposta da Junta de Buenos Aires foi formar, em cada capital de Província¹⁰⁶, uma Junta Principal, composta por cinco membros e seu presidente nomeado pelo governo de Buenos Aires. Já nas cidades ou vilas com direito de enviar deputados à Junta Provisional, haveria três membros, sendo dois eleitos pela própria cidade e o presidente também nomeado por Buenos Aires. Assim, a Junta portenha teria o controle efetivo de toda a política da região, centralizando para si o poder que, segundo eles, ao ser retirado do rei, retornava ao povo.

Era de profundo interesse da recém criada Junta de Buenos Aires receber o reconhecimento de Montevideú, em razão da importância política e geográfica desta cidade. A capital da Banda Oriental era interinamente comandada por Joaquín de Soria e D. Cristóbal Salvañach, os quais, desde o dia 20 de maio já recebiam informações sobre os movimentos políticos de Buenos Aires, pois, o próprio vice-rei deposto remeteu notícias através da missão de Vargas.¹⁰⁷

Em 31 de maio, Montevideú recebeu as notícias que davam conta da instalação da Junta presidida por Saavedra e a circular de 27 de maio que solicitava a eleição de deputados à serem enviados a Buenos Aires. Em 1º de junho as lideranças de Montevideú convocaram um “cabildo aberto” que resolveu pelo seguinte: a) reconhecer a Junta de Buenos Aires; b) nomear uma comissão para acertar as condições do reconhecimento; c) formar um novo “cabildo aberto” para informar sobre as bases do reconhecimento e eleger os deputados.

Em um primeiro momento Buenos Aires conseguiu o apoio e o reconhecimento da importante Montevideú. Porém, os ventos que sopravam no Rio da Prata levaram a Montevideú, na noite do dia 1º para o dia 2 de junho, o bergantim “Nuevo Filipino”, o qual, com sua chegada, mudou os rumos da região. Procedente de Cádiz, trazia notícias otimistas

¹⁰⁶ “Las provincias eran todavía, en 1811, las establecidas en la Instrucción de 1782, a saber: Buenos Aires, que comprendía el territorio de la actual provincia de este nombre y las tenencias de gobierno de Santa Fe y Corrientes, las Comandancias militares de Entre Ríos y Misiones y la campana oriental, fuera de la jurisdicción del gobierno de Montevideo; Córdoba con el territorio de su actual jurisdicción, Mendoza, San Juan, San Luís y La Rioja; Salta del Tucumán, que integraban la actual provincia de este nombre, Tucumán, Jujuy, Santiago del Estero y Catamarca; el Paraguay, las cuatro del Alto Perú: Charcas o La Plata; Potosí; Cochabamba y La Paz; y los gobiernos subordinados de Mojos y Chiquitos. Ibid, p.17

¹⁰⁷ NARANCIO, 1992, p.65.

sobre a guerra na Europa apontando sucessos da resistência luso-hispânica e agregava informações sobre a instalação do Conselho de Regência.

Diante das mais novas notícias provenientes da metrópole, convocou-se um novo “cabildo aberto” em 02 de junho, onde foi manifestado a todos os presentes as notícias chegadas da Europa e tomou-se uma nova deliberação, decisiva para os novos episódios e “imbróglios” da política platina. Decidiu-se pela nulidade das decisões tomadas no dia anterior, agora então, aceitando o Conselho de Regência da metrópole e suspendendo o reconhecimento da Junta de Buenos Aires, caso esta não aceitasse a Regência como nova autoridade da Espanha.¹⁰⁸

Imediatamente ao tomar conhecimento da mudança de posição do governo de Montevideu, a Junta de Buenos Aires enviou o Dr. Juan José Paso, secretário da Junta, à capital oriental para tentar reaver as posições do Cabildo da cidade. A “Missão Paso”, como ficou conhecida, chegou a Montevideu em 11 de junho de 1810 e no dia 13 apresentou-se ao Cabildo, entregando os papéis da Junta que justificavam a decisão dos bonaerenses. A posição de Buenos Aires era decisiva em considerar ilegítimo o Conselho de Regência e reforçar o pedido de união entre as duas cidades.

O Cabildo, ao receber Paso, convocou para o dia 15 de junho mais um “cabildo aberto”, no qual, em tórrida discussão, deliberou pela negação ao poder da Junta de Buenos Aires e pela manutenção do reconhecimento do Conselho de Regência da Espanha. A Junta, por sua vez, ao receber por Juan José Paso a negativa de Montevideu em aceitar o governo de Buenos Aires, ratificou sua adesão à Fernando VII e negou seu caráter independentista, deixando clara sua posição de não se submeter ao poder da Regência. Deste momento em diante, “Montevideo se transformaría en uno de los principales centros contrarrevolucionarios en el Río de la Plata.”¹⁰⁹

¹⁰⁸ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.50.

¹⁰⁹ Ibid, p.52.

O Conselho de Regência, a fim de conter o processo de desmoronamento do império hispano-americano em 7 de outubro de 1810, fez chegar a Montevideu José Gaspar de Vigodet para assumir as funções de Governador, substituindo os dirigentes interinos, Salvañach e Soria. Meses antes da chegada de Vigodet ao Rio da Prata, a Regência havia expedido, em 10 de agosto, a nomeação de Francisco Javier Elío, até então em território espanhol, como novo Vice-rei das Províncias do Rio da Prata. A data de 12 de janeiro de 1811 marcou a chegada de Elío ao porto de Montevideu e a radicalização da política opositora aos movimentos de Buenos Aires.

Javier Elío apresentou-se imediatamente ao governador Vigodet e ao cabildo da cidade. Prestou seu juramento ao rei Fernando VII e a nação espanhola. Em seguida, partiu para o ataque: enviou ofício à Junta, à Audiência e ao cabildo de Buenos Aires exigindo o reconhecimento das “Cortes Gerais e Extraordinárias do Reino”. A resposta dos dirigentes portenhos foi negativa. Elío, sem delongas, acusou o governo portenho de rebelde, revolucionário e traidor e, em 12 de fevereiro de 1811 declarou guerra a Buenos Aires.

Com a guerra posta, iniciaram-se os movimentos de ambos os exércitos. Já em 28 de fevereiro de 1811, as tropas portenhas avançaram pela campanha oriental ocupando a Vila de Mercedes e, logo em seguida, Santo Domingo Soriano, San Salvador e Dolores. De fato, os ideais revolucionários proclamados pela Junta de Buenos Aires espalharam-se por toda a campanha uruguaia, colocando em risco a política do vice-rei Elío que, até então, menosprezava a força das tropas adversárias, pois acreditava que se tratavam de grupos desorganizados perdidos nos campos orientais.

Neste sentido, D. José Maria Salazar, capitão da Marinha e defensor voraz da causa regentista, em 19 de novembro de 1811, fez a seu superior na Espanha um balanço referente aos episódios vividos pela Banda Oriental nos meses anteriores. Neste relato criticou a

postura tomada por Elío diante do movimento revolucionário que se espalhou por toda a campanha:

el S.^{or} Virrey desde el principio miro todos estos movimientos con el desprecio que le es característico creyendo, que con un Sargento y doce Soldados estaba todo sofocado, tal era su language y lo que respondia à los que le hablaban de los primeros movimientos insurreccionales en la falsa creencia de que los habitantes se hallaban en el mismo estado de sumision y apocamiento que anteriormente.¹¹⁰

Mas havia motivos sólidos e relevantes responsáveis pela motivação do povo oriental em se levantar contra o regime hispânico. É possível destacar diferentes fatores em cada setor daquela população. Para os proprietários de terras e bens na campanha, para se erguer contra o regime metropolitano bastava a promessa de constituir um governo próprio e romper com os entraves monopolistas vindos da Espanha.

No caso dos religiosos, intelectuais e tribunos havia a convicção e a teoria jurídica que apontava que em caso do monarca se ausentar, o poder, até então delegado ao rei, retornaria aos povos.

Já para os “gauchos”, os “tupamaros”, e para a gente “solta” da campanha era a chance concreta de extravasar seus instintos de rebeldia e repulsa àqueles que não faziam parte de seu espaço.¹¹¹ Porém, para todos havia um centro de motivação comum, que conseguia fazer convergir em si, em um projeto um tanto abstrato toda aquela gente espalhada pela campanha: era José Gervásio Artigas.¹¹²

O apoio popular que a Junta bonaerense conquistava no território platino somava-se ao sucesso do avanço militar de suas tropas em busca do reconhecimento daqueles que ousaram não aceitar seu poder. Além das vozes que se propagavam pela campanha uruguaia

¹¹⁰ Archivo Artigas, Tomo IV, pg. 371.

¹¹¹ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.60.

¹¹² O líder da campanha, ao início das agressões entre Montevideu e Buenos Aires, em 1810, era defensor da Regência e atuava contra os movimentos “juntistas”. Porém em 15 de fevereiro de 1811, logo após a declaração de guerra entre as duas cidades, Artigas abandonou o lado de Montevideu e aderiu a Junta de Buenos Aires.

difundindo os ideais políticos daquela causa que, até o momento, fazia convergir Buenos Aires e o povo do interior, havia também o tilintar de adagas afiadas e a originalidade das tropas, tão acostumadas às hostilidades daqueles campos.¹¹³

Os exércitos revolucionários grassavam por todo o território oriental e seus líderes planejavam tomar Montevideú, o maior reduto da resistência hispânica na região, cidade onde se organizava a reação “regentista” sob o comando do vice-rei Elío. Na direção da capital oriental, as tropas foram tomando as cidades e vilas por onde passavam, por meio de acordos políticos, rendições ou derramamento de sangue.

Foi no mês de abril de 1811 que as forças bonaerenses conquistaram o maior número de êxitos na sua marcha pela conquista do espaço platino. No dia 20, Colla del Rosário, e as vilas de Víboras e Espinillo foram conquistadas pelas tropas lideradas por Benavídez. Enquanto isso, Manuel Antonio Artigas liderava a força que derrotou a guarnição montevideana em Trinidad. Montevideú se aproximava. Os exércitos juntistas não encontravam resistência eficiente na defesa organizada por Elío.

No dia 21 do mesmo mês, os “regentistas” sofriram nova derrota, desta vez em Paso del Rey. San José caiu definitivamente diante do ataque de Buenos Aires no dia 25. Um dia antes, as tropas de Montevideú perdiam a vila de Minas e, no dia 28 de San Carlos. Se não bastasse, Maldonado foi atacada em 29 de abril e rendeu-se em 5 de maio. Logo em seguida a fortaleza de Santa Teresa e a vila de Rocha sucumbiram diante do exército portenho.

Uma derrota maior nas campanhas uruguaias ainda estava por chegar. E aconteceu no dia 18 de maio. As tropas lideradas por Artigas, buscando se aproximar ainda mais da capital oriental, provocaram a maior derrota regentista nestes primeiros momentos da guerra. As

¹¹³ “Cada hombre aportaba su caballo y sus armas, y así se formó un abigarrado muestrario que comprendía desde las boleadoras y el lazo hasta los fusiles de cargar por la boca y alguna carabina, con enorme predominio de las armas blancas, tales como lanzas de tacuara, cuchillos enastados y sables. En los primeros encuentros lograron arrebatarse al enemigo armas de fuego y algunos cañones, con los que aumentaron su poder combativo. En cuanto a la táctica, se concedió preferencia a la acción de la caballería, lo que contemplaba la idiosincrasia de los paisanos y les permitía desenvolverse con la mayor eficacia.” Ibid. p.59

tropas de Artigas e Rondeau que haviam perdido batalhas em Paraguarí e Tacuarí, após se resolverem com os paraguaios, retornaram a campanha oriental até se encontrarem frente a frente com os “regentistas” na chamada “Batalha de las Piedras”¹¹⁴. Esta era a cidade e fortaleza que melhor protegia, por sua estratégica localização, a bem amuralhada Montevideu e representava um importante passo para se chegar à cidade-porto.¹¹⁵

Em relação à “batalha de las Piedras”, a qual representou a conquista de melhores espaços para as tropas revolucionárias nas imediações de Montevideu, o capitão da Marinha, D. Salazar, em correspondência aos seus superiores na Espanha, informou sobre as grandes perdas sofridas pelas forças montevidéanas, dizendo ele que “es difícil pintar una noche de tanta consternación como la pasada”¹¹⁶ e, segue Salazar, tecendo críticas a Elío por sua falta de postura e ação diante da guerra. Por fim, expõe a situação crítica de Montevideu, destacando que

la plaza se encuentra sin tropa, ni marina, sin embargo aparentamos tenerla, sin carnes, y lo q^e. es peor de todo sin trigo, de modo q^e. si la mision del Capitan de Navio Ingles no surte el efecto q^e. se desea, la plaza q^e. podia resistir muchos meses à un fuerte exercito europeo, puede caer en vrebte en manos delos insurgentes con la perdida de todos los buq^s. y quanto encierra, y tan desgraçado suceso es incalculable el influxo q^e. tendra en toda la America del S.¹¹⁷

Aos “regentistas” restavam apenas dois pontos estrategicamente importantes: Colônia e Montevideu. Porém, após a derrota em “las Piedras”, Vigodet, que protegia Colônia, foi chamado de volta à capital e Colônia foi ocupada por Benavídez no dia 27 de maio. Assim,

¹¹⁴ “La batalla, comenzada a las once del día y concluida al ponerse el sol, fue desastrosa para los montevidéanos, cuyas fuerzas, en total, estimó Artigas, en 1.230 hombres, siendo los efectivos orientales, aproximadamente, de unos 1.000; el recuento de pérdidas dio 150 bajas, entre muertos y heridos, para los “regentistas”, y 482 prisioneros, incluidos 23 oficiales, entre los cuales el propio comandante en jefe, José Posadas.

¹¹⁵ RIBEIRO, 2003, p.31

¹¹⁶ Archivo Artigas, Tomo IV, p.396

¹¹⁷ Ibid.

coube a Montevideu ser o último reduto do poder espanhol, ou do que restara dele, na região platina.¹¹⁸

2.2.1 O sítio de Montevideu

A vitória em “las Piedras” representou o triunfo dos exércitos portenhas por toda a campanha oriental e deixou a cidade de Montevideu isolada do restante dos domínios platinos. Era uma ilha “regentista” cercada por revolucionários, milícias portenhas ou simples paisanos simpatizantes da causa bonaerense.

O sitio da Praça de Montevideu deu-se início no dia 20 de maio de 1811 sob as ordens do general Artigas que, já no primeiro dia do isolamento da cidade, veio a receber do vice-rei Elío carta em tom sereno, demonstrando interesse em negociar a paz ou de apenas ganhar tempo para aguardar o socorro português. Elío, no mesmo dia 20 informou a Artigas que Heywood, capitão da fragata inglesa “Neneurs”, se dirigia a Buenos Aires a fim de abrir negociações com a Junta. Elío expôs a Artigas que

entre una de las proposiciones q^e. se le hacen á aquella, es la de un armisticio y suspension de armas, interin se arreglan ntras actuales diferencias. Espero de un dia á otro, las consecuencias de la negociacion, e interin las resivo, debo prevenir a V. acorde conlos sentimientos humanos q^e. me animan, se suspenda toda hostilidad entre mis tropas y las de su mando, porq^e. solo produce una efusion de sangre dolorosa, y tal vez inutil, debiendo la junta adherirse a las proposiciones pacificas q^e. se le han propuesto p^r. los ingleses, y p^r. mi.¹¹⁹

¹¹⁸ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.73.

¹¹⁹ AGN – Gobierno Nacional – Ejército del Norte y Banda Oriental. Sala X, C.3 A.2 N°4, Legajo n°3, 1811.

Sem demora, no mesmo dia Artigas contestou a informação de Elío negando-se em cessar as ações belicosas, pois tal fato só poderia ser executado sob ordens da Junta. Artigas, inclusive, salientou que a “efusão de sangue” é culpa da postura do vice-rei e que seu “ejército concluirá en breve la obra en q^e. se halla tan adelantado, VS. hará apurar la copa de las desgracias á esos habitantes sino resuelve q^e. sea reconocida la autoridad de la Exma Junta.”¹²⁰

O vice-rei Elío, após ver frustrada sua tentativa de negociação direta com Artigas, recebeu do mesmo general oriental a intimação formal solicitando a rendição de Montevideú frente às tropas da Junta de Buenos Aires. Assim, no dia 21 de maio de 1811, desde seu acampamento no Cerrito de Montevideú, expôs a Elío à obrigação deste em entregar a cidade para, em seguida, estabelecer negociações para o bem da população que ali se encontrava.

Cabe destacar neste documento mais uma narrativa acerca das fraquezas da cidade de Montevideú, sobretudo de suas tropas, o que, além de confirmar a leitura de D. Salazar enviada à Espanha, acabou motivando os exércitos portenhos em sitiar Montevideú. Artigas provocou Elío informando que possuía “conocimiento pleno de sus pocos recursos; lo tenemos de su situacion, e inutiles esperanzas, y VS. le tiene de nosotros, que militando baxo los auspicios de un ymperio establecido, tenemos una fuente inagotable de auxilios”.¹²¹

Se já não bastava ao vice-rei Elío a fraqueza de seu sistema militar e o fechamento do cerco militar das tropas de Artigas em Montevideú, no dia 1º de junho de 1811 a situação ficou muito pior¹²². José Rondeau a frente de 2.800 homens se agregou às tropas de Artigas nas imediações de Montevideú e ordenou aos seus soldados: “ya estais al frente de los muros de Montevideo, de esa ciudad orgullosa que ha querido mas ser la victima de la ambicion de sus gobernantes, que unir su voto al de todos los pueblos americanos.”¹²³

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.75.

¹²³ Archico Artigas, Tomo V, p.25

2.3 Montevidéu e Portugal: negociações e preparativos

O sinal verde para o avanço das tropas portuguesas entrarem em território espanhol em socorro do exército de Montevidéu foi resultado de uma soma equacionada na conjuntura política pós-1810. Desde a criação da Junta de Buenos Aires a corte portuguesa passou a ver esta possibilidade com olhares mais intensos, pois, ao mesmo tempo em que articulava o discurso de socorrer o território de um aliado político e defender os direitos sucessórios de Carlota Joaquina, também colocava em campo seu velho projeto expansionista.

A princesa Carlota, por sua vez, após os episódios de maio de 1810, apressou o seu constante interesse de se transladar até o Rio da Prata e, com a guerra declarada entre as duas principais cidades platinas, passou a pressionar o gabinete português pelo auxílio à Montevidéu. Há que se lembrar também que, frente à demora portuguesa em liberar suas tropas rumo à Montevidéu, ela própria articulou negociações entre os envolvidos e buscou suporte financeiro para ajudar o financiamento da luta montevideana pela causa “regentista”.

Por parte de Montevidéu, as articulações com Portugal para o envio de um exército auxiliar aprofundaram-se sobremaneira com a chegada do vice-rei Javier Elío, em janeiro de 1811. As negociações evoluíram radicalmente após a “batalha de las Piedras” a qual aprofundou a crise montevideana e fez com as tropas lusitanas se tornassem a última esperança de salvaguardar os domínios políticos hispânicos.

Pelo lado português, o nome de D. Diego de Souza, então capitão das tropas do Rio Grande de São Pedro, se tornou o nome oficial do gabinete português na região, sendo responsável pela política e, sobretudo, pelas decisões militares no limite dos dois territórios.

No que diz respeito às articulações portuguesas sobre o avanço de suas tropas pela Banda Oriental, em documento de 7 de janeiro de 1811 de Diego de Souza à Felipe Contucci, partidário “carlotista” na região, ficam claras não apenas as negociações, como também o profundo interesse lusitano pelo avanço de suas tropas desde o ano de 1810. Ao narrar a Contucci o andar da guerra na campanha, D. Diego informava que a Junta vinha obtendo suas vitórias e adquirindo munições e armamentos capazes de, posteriormente, “suplantar Montevideo, q'em tal cazo deverá succumbir, se entretanto, e com maior presteza, não implorassem a proteção das Tropas Portuguezas que estão prontas a obrar em defeza desse Disctricto.”¹²⁴

Se com esta manifestação de D. Diego de Souza já se percebe que, muito mais do que atender o apelo de Elío, havia um preponderante interesse lusitano em avançar à região aproveitando-se daquela conjuntura. Em carta dirigida pelo Conde de Linhares ao comandante português no Rio Grande esta hipótese se torna mais clara.

Com data de 30 de janeiro de 1811, o ministro português apontava o “receio que deve inspirar o Systema revolucionário de Buenos Ayres”¹²⁵ e iniciou contatos com Diego de Souza com vistas de aprofundar os planos de auxílio à praça de Montevideú. Neste sentido, solicitou de D. Diego

em primeiro lugar, qual he a real Força dos Revolucionarios de Buenos Ayres sobre os diversos Pontos do Paraguay e do Paiz de Missoens: Em segundo lugar, se, reunindo Sua Alteza Real mayores forças no Paiz de Missoens, se poderia com probabilidade dar daquelle lado Golpes decisivos, e que, com Gloria das Sua Reaes Armas, segurassem a tranquilidade de toda a sua Fronteira, e que até extendendose ao Paraguay e Uruguay tirassem todo o susto deque os de Buenos Ayres podessem tentar coisa alguma daquelle lado, salvandoa o mesmo tempo os dois Governadores deMontevideo e do Paraguay.¹²⁶

¹²⁴ Ibid, p.110.

¹²⁵ Ibid, p.113.

¹²⁶ Ibid.

Ainda no que diz respeito à insistência portuguesa em levar suas tropas aos territórios pertencentes à Espanha e o oferecimento de tal auxílio já em meados de 1810, Oliveira Lima aponta que Montevideu recebia apoio político para se opor a Junta, porém, ao mesmo tempo, sob influência de Casa Irujo “não aceitava o oferecimento, o qual já em 1810 lhe era feito, de um contingente de 700 homens para guarnecer a sua praça e investir a de Buenos Aires, temendo que o socorro desse em conquista.”¹²⁷

Outra manifestação que aponta um esforço português na tentativa de convencer os líderes montevidéanos de aceitar a ajuda militar e, por outro lado, as recusas iniciais de Montevideu, ficam claras em carta dirigida por D. Diego de Souza a Francisco Javier Elío, em 3 de fevereiro de 1811. Nesta, adverte ao vice-rei ser conveniente a “V.Ex^a. de acordo com o Gov^{or}. de Paraguay, e protegido das Tropas de meu mando, entrasse sem delonga, no projecto de izentar da jurisdição d'aquella Junta o Territorio do Uruguay, e Parana, como supponho interesar asua, eminha pozição.”¹²⁸

Se por um lado, Portugal insistia no envio de suas tropas, inclusive aumentando o contingente militar nas fronteiras com os territórios hispânicos, Montevideu protelava a decisão e Elío, inclusive, solicitou às lideranças militares portuguesas que fizessem recuar suas tropas, as quais, nos preparativos para a intervenção, colocaram-se no limite da fronteira.

Com a intenção de protelar o avanço das tropas portuguesas, porém, sem repeli-las de sua esfera de prováveis parceiros políticos, o vice-rei Elío, ainda em 28 de janeiro de 1811, dias após sua chegada ao Rio da Prata, remeteu carta ao militar português Marques de Souza. Advertiu que está “autorizado por mi Empleo y por Instrucciones, y poderes extraordinarios para terminar este assumpto, sin hacer uso de la fuerza, pues no es la intencion de S.M. elque se derrame una sola gota de Sangre de unos vasalos(...)”.

¹²⁷ LIMA, 1996, op.cit. p.210.

¹²⁸ Archivo Artigas, Tomo V, p.116.

Seguiu solicitando o recuo das tropas lusitanas, uma vez que iria ele buscar uma saída diplomática com a Junta de Buenos Aires. Por fim, procurou convencer

los Gefes Portuguezes deque qualquiera adelante de sus Tropas, es opuesto al plan de dulzura con que me prometo haver entrar en su deber(...) el observar fiel, y religiosamente, el no transpasar mas alla de los limites estipulados; yo espero q. V.S. con la Tropa de su mando se restituya á sus antigos puestos e cuarteles(...).¹²⁹

Enquanto o vice-rei Elío procurava manter sua boa relação com Portugal, porém sem aceitar o oferecimento do auxílio militar constantemente feito pelas lideranças lusitanas, a princesa Carlota Joaquina prosseguia em sua tentativa de evitar o desmembramento dos domínios espanhóis da América do Sul.

Ela, por muitas vezes receosa diante das intenções do gabinete de seu esposo em enviar ajuda militar aos territórios hispânicos, agora mudava de opinião. As notícias sempre ruins vindas da Europa a perturbavam. A política revolucionária de Buenos Aires colocava em risco, muito mais do que seu projeto de regência, os territórios de sua família na região. Esta conjuntura a fez mudar de posição. A fez repensar a participação das tropas portuguesas na luta a favor dos direitos sagrados da família Bourbon.

E foi neste sentindo que ao tomar conhecimento da ratificação feita por Vigodet em não aceitar o auxílio de tropas portuguesas, que em 17 de fevereiro de 1811 remeteu a Elío informações que davam conta da impossibilidade de enviar maior ajuda de armas e dinheiro em socorro a cidade. Assim, sugeriu uma nova posição de Montevideu frente à guerra com Buenos Aires, manifestando que “ahora puedo asegurarte que habiendo mudado enteramente de opinion, puedes admitir la tropa/ que precises para livertar a los infelices, y fieles Españoles de Buenos Aires del poder que los oprime, y tiranisa.”¹³⁰

¹²⁹ Ibid. p.112

¹³⁰ Ibid, p.117

Deste modo, Carlota Joaquina passou a defender a entrada das tropas portuguesas em território espanhol, a fim de resguardar àqueles domínios para sua família. Nesse momento, a impressão que se tem é que a Corte do Rio passou a trabalhar do mesmo lado. A princípio, isto não é um equívoco. Porém, de um gabinete inclinado a ampliar seus poderes, e de uma princesa vista com maus olhos, pode-se esperar algo muito mais ardiloso do que uma aparente comum aliança.

Para a princesa, solicitar a Elío que aceitasse o auxílio militar português não bastava. Era necessário minimizar o principal temor da elite dirigente hispânica: o desejo lusitano de ocupar os territórios até a margem do Rio da Prata. E foi com este intuito que D. Carlota se dirigiu a D. Gaspar de Vigodet, em 28 de fevereiro de 1811, manifestando que a atitude do Príncipe Regente não requer nenhuma “sospecha de que las Tropas portuguesas que segun dispongas se pondran baxo tu direccion, y mando, puedan mientras jamas, abusar de la buena fée con que las llames, y admitas en el territorio de tu jurisdiccion.”¹³¹

O gabinete português, liderado pelo ministro D. Rodrigo deixou mais clara sua intenção de avançar aos territórios platinos em carta enviada a D. Diego de Souza em 21 de fevereiro. Nela, o Conde de Linhares deu demonstrações explícitas da vontade lusitana em socorrer as tropas montevidéanas, esperando apenas o chamado do vice-rei Elio.

O ministro português inicialmente ordenou a D. Diego que “se conserve nas Posições que tem tomado sobre a Fronteira, sem exceder os Limites do territorio de S.A.R., e que conserve a sua Tropa pronta a marchar a primeira Ordem, e no melhor pé de disciplina, e vigoroso serviço Militar.”¹³² Deste modo, os pedidos para que as tropas portuguesas recuassem, feitas pelas lideranças “regentistas” não foram levadas em consideração pelo gabinete lusitano.

¹³¹ Ibid, p.126.

¹³² Ibid, p.121.

Em seguida, D. Rodrigo mostrou a D. Diego que o príncipe regente estava convicto da necessidade, ou desejo, de fazer marchar suas tropas para àqueles domínios. D. João VI ordenou na mesma carta que D. Diego declarasse “ao Novo Vice-Rey e Governadores de Montevideo, e Paraguay que tem Ordens positivas de S.A.R. para fazer marchar ao Seu Soccorro toda a Força, que lhe pedirem para os soccorrer(...)”.¹³³

Embora as manifestações da corte portuguesa em relação ao auxílio militar à Montevideu fossem constantes, não se pode ter nesta postura lusitana a única linha de articulações políticas do príncipe regente. Isto por que a conjuntura não se apresentava de maneira tão simples ao ponto de exigir uma ação única. E não apenas o contexto, mas principalmente os interesses políticos envolvidos, tanto de Portugal, como da Inglaterra era o que determinavam as relações do gabinete do Rio de Janeiro com as lideranças platinas.

O gabinete lusitano, mesmo após ter dado declarações formais a favor do auxílio militar sob o chamado dos governadores espanhóis demonstrou, em seguida, o outro lado de sua política para o Prata. O ministro D. Rodrigo, em 20 de abril de 1811 comunicou a D. Diego de Souza considerações sobre as posições e dúvidas do príncipe regente para a política platina. Segundo D. Rodrigo, D. João VI colocou em dúvida suas ordens de socorro militar ao tomar conhecimento através de Felipe Contucci de negociações entre Elío e a Junta de Buenos Aires, na qual o vice-rei questionava os interesses portugueses neste provável auxílio.

Na mesma carta enviada a D. Diego, Conde de Linhares expôs as dúvidas que atormentavam D. João VI em relação às contendas platinas. Referente à posição do príncipe regente, segundo o ministro D. Rodrigo, “dehuma parte considera S.A.R. que de modo algum lhe convemproteger nem a independencia de Buenos Ayres nem os seus principios Revolucionarios que podem tomar huma terrivel extensão(...)”, porém, argumentava sobre a possibilidade de negociação com a Junta, propondo que esta adotasse posição em torno da

¹³³ Ibid.

proclamação da “Regencia de S.A.R. A Princesa Nossa Senhora, ou derecorrer a Mediação de S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor, ainda que fosse juntamente com a De S.M. Britanica, para concluir hum arrançamento pacifico, e permanente com Governo Espanhol.”¹³⁴

Estas últimas declarações do gabinete português pareciam afastar a política lusitana do envio de tropas para socorrer Montevideú. E foi o que de fato aconteceu. Já no dia 22 de abril Conde de Linhares comunicou a D. Diego de Souza que suspendesse a política de apoio militar até uma nova ordem oficial.¹³⁵

Este breve recuo da política lusitana revelou-se exatamente no momento em que Manuel de Sarratea se encontrava no Rio de Janeiro, o qual, nos dias antecedentes a 22 de abril, esteve reunido com Lord Strangford e D. João VI. Em correspondência de Carlota Joaquina a Javier Elío alertando sobre a missão de Sarratea no Rio de Janeiro e enviada ao vice-rei no mesmo dia 22 de abril, data da suspensão prévia dos portugueses em relação ao envio de tropas à Montevideú, a princesa prestou informações sobre as negociações entre o enviado da Junta, o ministro inglês e o gabinete português.

Segundo ela, Sarratea coligado à Lord Strangford “se dirige a obtener del Principe una suspension de las ordenes dadas al General de Porto Alegre, para que te auxilie, á fin de ir con dicha suspension ganando tiempo; pero espero que no la logran”.¹³⁶ No mesmo dia 22 de abril, o Conde de Linhares remeteu correspondência à Junta de Buenos Aires destacando a presença de Sarratea no Rio de Janeiro e, em tom cordial e amistoso, manifestou que o príncipe regente “deseja a conservação da Monarquia Espanhola, até para segurar os Direitos Eventuaes da Sua Augusta Esposa, econsequentemente V.Ex.^{as} podem bem suppôr, quando

¹³⁴ Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 2ª Seção, Avisos do Governo, 1811 – Prateleira 1, nº 9, Folha 72.

¹³⁵ “Depois de haver escrito a V.Sa. o que se conthem no Despacho de 20 de Abril, Ordena S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor, q. por justos motivos que aestreiteza do tempo não permite refferir a V.Sa., q. de modo algum athe segunda Ordem, dê soccorro algum ao Vice Rey e Governadores Hespanhoes, eq V.Sa. conserve a sua Tropa reunida eprompta aobrar nos Acampamentos q' julgar convenientes tendo sempre em vista, q' de hum momento ao outro pode receber Ordens de S.A.R para obrar com toda a energia, oq. tudo V.Sa. pode bem conhecer q. procede de circunstancias q. segundo oquadro de situação Politica, q. S.A.R. Manda refferir a V.Sa. tem acontecido depois das ultimas Ordens q. se lhe expedirão.” (Archivo Artigas, Tomo V, p.147)

¹³⁶ Archivo Artigas, Tomo V. p.149.

S.A.R. dezeja ver restabelecida abôa harmonia, e união entre todas as partes dos Dominios Espanhoes (...).¹³⁷

Dias depois, em 25 de abril, frente às constantes vitórias das tropas portenhas, o vice-rei D. Francisco Javier Elío solicitou oficialmente a D. Diego de Souza auxílio militar para conter as tropas da Junta. No pedido, Elío destacou que a ajuda das tropas portuguesas “pueden ayudarme a desvanecer esta insurreccion, si V.E. hace que octocientos hombres de Caballeria con dos piezas de tren bolante, vengan á situarse cerca de la costa del Rio Negro, a las inmediaciones dela Capilla de Mercedes, pueblo enq.^e tienen formada una Junta.”¹³⁸

O Capitão Geral do Rio Grande, ao tomar conhecimento do pedido de Elío respondeu ao vice-rei solicitando um mapa detalhado da situação militar na campanha, com vistas de organizar suas tropas para, em seguida, dar início à missão. Tal solicitação foi prontamente respondida pelo vice-rei, na qual elaborou um balanço de toda a estrutura militar das tropas montevidéanas e dos exércitos revolucionários.

Em seguida, D. Javier Elío expediu, em 29 de abril de 1811, um passaporte autorizando "que entre en los Dominios de S.M.C. una Division de Tropas Portuguesas para auxiliar las operaciones militares en esta parte de las Provincias de mi mando"¹³⁹. Era o que o gabinete do Rio tanto esperava: a autorização formal para que seus exércitos pudessem marchar nas terras da campanha uruguaia, rumo às margens do Rio da Prata.

As negociações sobre o avanço das tropas portuguesas, principalmente trocas de informações entre Elío, D. Diego de Souza e Conde de Linhares, prosseguiram ao longo do mês de maio. Porém, para Carlota Joaquina a boa vontade do gabinete de seu esposo ainda lhe soava com desconfiança. Em comunicação dirigida às Cortes espanholas, ela apontava que “a pesar de todas las protexas que por repetidas vezes me há hecho el expresado Conde de

¹³⁷ Ibid. p.150.

¹³⁸ Ibid. p.153.

¹³⁹ Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Nº 5, p.20-21, 1922.

Linhares temo que á la sombra de mis eventuales Dros. a la Corona de España, podrán cometer algun atentado contra la vanda oriental del Rio de la Plata (...)”¹⁴⁰

Neste sentido, avaliando o avanço português sobre a Banda Oriental no ano de 1811, Oliveira Lima expõe uma questão que em muito reforça a desconfiança da princesa Carlota. Para ele é contraditório o envio de tropas portuguesas para Montevideu, pois esta cidade se mantinha aliada da Espanha, e não enviou seus exércitos para Buenos Aires, cidade que liderava o movimento de emancipação.¹⁴¹

Prossegue o autor, argumentando que os direitos de Carlota Joaquina são válidos tanto na margem setentrional como na margem meridional do Rio da Prata. Talvez, tão importante como uma ousada política expansionista é o discurso que se forma em volta dela, pois o contexto da política européia fez Portugal reconsiderar, por muitas vezes, sua atuação no Prata.

Ao final do mês de maio, com a situação na campanha oriental estando mais agravada após a “batalha de las Piedras”, a posição do gabinete do Rio de Janeiro se tornou mais clara. No dia 30, Souza Coutinho enviou novas instruções a D. Diego de Souza relativas à entrada de um exército intitulado de pacificador nos domínios espanhóis. Fazendo-se valer do passaporte expedido por Elío em 29 de abril e argumentando que a anarquia que grassava a Banda Oriental poderia colocar em risco os territórios portugueses, ordenou o ministro português que as tropas portuguesas ficassem em prontidão na fronteira com os territórios hispânicos.

No mesmo documento o Conde de Linhares negou o auxílio solicitado por Elío advertindo que este “tem indisposto o animo de S.A.R., com os seus mal fundados ciúmes e com o seu comportamento injusto para os Portuguezes”¹⁴², mas, em contrapartida, ofereceu

¹⁴⁰ Archivo Artigas, Tomo V, p.177-178.

¹⁴¹ LIMA, 1996, op.cit. p.214

¹⁴² Archivo Artigas, Tomo V, p.181-183

mediação política entre Montevideu, a Junta de Buenos Aires e as Cortes da Espanha, desde já propondo que se estabelecesse

desde logo a libertad do Commercio de Montevideo, e de Buenos Ayres, e Renovando-se a Paz entre os Habitantes do Vice Reinado, ficando o Alto Paraguay sujeito ao Governador Velasco, e o territorio aquem do Uruguay debaixo das ordens do Vice Rey Elio sem ser inquietado pela Junta de Buenos Aires aqual ficará dominando o resto do Territorio do Vice-Reinado(...)¹⁴³

A decisão do ministro português em oferecer a intermediação política do príncipe regente foi tomada frente às dificuldades encontradas em fazer valer a política portuguesa no Prata. Além disso, foi uma forma de ganhar espaço no ambiente político platino, pois Strangford exercia forte influência política na Junta de Buenos Aires, estando ao ponto de conseguir resolver as pendências entre ambas às cidades sem a participação lusitana.

Assim, segundo Francisca de Azevedo, o gabinete português ofereceu seus serviços de mediadora para, de certa forma, se aproximar da Junta de Buenos Aires,¹⁴⁴ e não deixar que a Inglaterra desfrutasse sozinha deste serviço político.

Em contrapartida, esta postura mais tolerante em relação ao governo de Buenos Aires e de mediação pacífica do conflito desagradou Carlota Joaquina. Ao tomar conhecimento acerca da proposta encaminhada por Souza Coutinho à Elío, a princesa recomendou ao vice-rei que não aceitasse nenhuma proposta de mediação. Neste mesmo sentido, Carlota relatou sua contrariedade ao projeto para as Cortes na Espanha, advertindo que tal “propuesta no há podido merecer mi aprobacion, ni la merecerá mientras esté fundada sobre principios, contrarios á las Leyes de la Monarquia Española (...)”.¹⁴⁵

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ AZEVEDO, op.cit. p.290-291.

¹⁴⁵ Archivo Artigas, Tomo V, p.222.

A influência de Lord Strangford nos assuntos platinos procurando dificultar os projetos lusitanos para a região, como por exemplo, a sua tentativa de apaziguar Buenos Aires e Montevideu sem a participação de Portugal, motivou a mudança de postura da Corte do Rio. Assim, Portugal, além de oferecer sua mediação política, resolveu liberar suas tropas para marchar rumo aos territórios hispânicos. Em 09 de junho de 1811, o Conde de Linhares ordenou a D. Diego de Souza que

sem perda de tempo e com o maior esforço cuide V.Sa. em socorrer Montevideo, e que entre em Territorio Hespanhol com a maior Força que poder reunir fazendo declarar por hum Manifesto que entra somente para Socorrer a Montevideo e para restabelecer a pacificação do Territorio e Dominios de S.M.Catholica, e de modo algum para o invadir(...)¹⁴⁶

Neste mesmo sentido, Oliveira Lima destaca que Portugal ofereceu sua mediação política para resolver as querelas entre as duas cidades platinas, porém, esta ajuda estaria apoiada por suas tropas militares. Seguindo a observação de Lima, com a pacificação proposta, o vice-reinado ficaria dividido, tornando mais fácil para Portugal adquirir a sua cobiçada Banda Oriental.¹⁴⁷ E de fato, ao perceber que a ajuda portuguesa não representava uma maior segurança aos seus planos, Javier Elío acabou por assinar um armistício com a Junta de Buenos Aires em outubro de 1811.

Mesmo com a oficialização do avanço das tropas portuguesas em socorro da cidade de Montevideu, Carlota Joaquina não aprovou as condições propostas pelo gabinete de seu marido. Em 2 de julho ela se correspondeu com Elío manifestando sua inconformidade com a proposta de mediação feita por D. João VI, pois agredia os princípios da Monarquia Espanhola. Por fim apontou sua discordância com a “orden para la espontanea entrada de las Tropas sin ir baxo tus ordenes, y direccion, considero justamente exonerada de la

¹⁴⁶ Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 2ª Seção, Avisos do Governo, 1811 – Prateleira 1, nº 9, Folha 107.

¹⁴⁷ LIMA, 1996, op.cit. p.214.

responsabilidad que puede resultar de sus conseqüencias(...).”¹⁴⁸ Deste modo, Carlota desaprovou a negativa do governo português em deixar o exército pacificador sob as ordens de Elío e Vigodet, conforme solicitações constantemente feitas por ela.

Assim feito, foi no mês de agosto de 1811 que se dava a primeira intervenção militar portuguesa na Banda Oriental após os episódios de 1810. D. Diego de Souza comandou um exército chamado de “pacificador” que marchou pelas campanhas uruguaias a pedido de Javeir Elío para fazer frente ao avanço militar de Buenos Aires.

2.4 A breve ocupação portuguesa

Após definido os planos portugueses em torno da ocupação militar da campanha de Montevideú, D. Diego de Souza em manifestação dirigida aos habitantes da Campanha uruguaia em 19 de julho, declarou os objetivos de sua operação militar. Denominando suas forças militares como um exército pacificador, expôs que o único interesse de suas tropas era de “apaziguar as querelas de huma revolução que desgraçadamente vós tras inquietadas, e vos obriga a derramar o sangue dos vossos proprios compatriotas.”¹⁴⁹

Ao seguir sua nota D. Diego, além de fortalecer o espírito “pacificador” de sua missão, advertiu que este procedimento visava a manutenção dos territórios portugueses que se encontravam ameaçados por “bandoleiros e salteadores”¹⁵⁰ soltos na campanha e que projetavam as idéias revolucionárias da Junta de Buenos Aires.

Da mesma forma em que apontava os bons motivos de sua intervenção, o militar português, seguindo ordens expressas da Corte do Rio de Janeiro, declarava que seus soldados

¹⁴⁸ Archivo Artigas, Tomo V, p.224-225.

¹⁴⁹ Ibid. p.236-237.

¹⁵⁰ PIMENTA, 2002, op.cit. p.103.

voltariam aos quartéis “logo que eu possa conseguir entre os diferentes partidos agitados navossa Campanha huma apaziguação consolidada, e permanente.”¹⁵¹

Embora a entrada do exército português em território oriental tenha sido efetuada após um pedido formal do vice-rei Javier Elío e, mesmo com as declarações de cunho pacifista das tropas de D. Diego, não foi suficiente para acalmar a população que apoiava o governo de Montevideú. Era muito claro para todos no Rio da Prata que a presença militar lusitana na região representava uma ameaça aos territórios platinos, uma vez que, veladamente, o exército português trazia consigo seu histórico interesse expansionista na região e o desejo de sucessão monárquica de Carlota Joaquina.

Os meses escolhidos para a operação militar dificultaram o projeto português, pois, além dos inóspitos e rudes caminhos da campanha oriental, a estação também trazia o rigoroso frio da região. Os cortantes ventos que sopravam naquele período se mostravam como escudos invencíveis e as gélidas gotas das fortes chuvas que castigavam as tropas, pareciam lâminas afiadas que perfuravam todas as fileiras portuguesas.

Porém, mesmo com as dificuldades naturais encontradas pelas tropas de D. Diego, o avanço do exército foi encontrando pequena resistência na campanha oriental. Já em 23 de julho Melo era ocupada por D. Diego; Cerro Largo e Serrito logo na sequência; em 5 de setembro foi a vez da fortaleza de Santa Teresa ser tomada pelas divisões lusitanas já unificadas; no dia 7 do mesmo mês as tropas ocupavam Rocha. Seguindo a marcha, em 10 de outubro San Carlos foi evacuada pelos comandados de Souza. Por fim, em 12 de outubro o exército português se instalava em Maldonado, montando seu acampamento com vistas de preparar o ataque às forças bonaerenses sitiadoras de Montevideú.¹⁵²

Se por um lado, as tropas de Buenos Aires colheram sucessos na marcha pelo sítio de Montevideú, derrotando todas as tropas realistas que encontraram pela campanha, o mesmo

¹⁵¹ Archivo Artigas, Tomo V, p.236-237.

¹⁵² ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.75-76.

não se pode falar em relação à chegada das tropas portuguesas. Desde o início da instalação de suas tropas nas portas de Montevidéu, o exército sitiador foi demonstrando fraquezas e uma urgente necessidade de se reforçar para manter a ocupação das redondezas da capital oriental.

Foi neste sentido que Miguel Soler, um dos personagens do sítio de Montevidéu, escreveu para o presidente da Junta de Buenos Aires, Cornélio de Saavedra, em 11 de agosto, alertando pela fraqueza das tropas sitiadoras e criticando a Junta pelos poucos auxílios enviados. Já temendo a chegada das tropas portuguesas, Soler questionou a Junta se “vds.sin duda creen que podemos hacer con los Portugueses lo mismo que con estos picaros” manifestando que isto “es un engaño, son enemigos mui distintos”.¹⁵³

A dificuldade encontrada em tomar a cidade de Montevidéu, devido ao forte esquema de defesa montado pelos “realistas”¹⁵⁴ e a iminente chegada dos portugueses começou a preocupar os chefes militares de Buenos Aires. De um lado o sítio não se transformava em ocupação de Montevidéu que, segundo Eusébio Valdenegro, testemunha da operação, era resultado da morosidade do ataque. De outro, as forças de Buenos Aires pareciam não estar convencidas de sua força, pois eram constantes os pedidos de reforços e comentários que davam conta de um provável abandono das tropas sitiadoras por parte da Junta.

Inclusive, em meados de agosto de 1811, José Antônio Melián escreveu a Joaquín Belgrano apontando a fraqueza das tropas de Buenos Aires, advertindo que “el exercito de la banda oriental no tiene mas que mil hombres escasos de infanteria, esta es toda la fuerza, mal armada, y sin municiones”, e orientou para que esta notícia não chegasse aos “gauchos de caballeria de D. José Artigas, de estos se desertan muchos, y se ván a los portugueses(...)”¹⁵⁵

E tal preocupação era amplamente aceita por todos, inclusive pelo general Rondeau, que liderava o sítio a Montevidéu. Ainda em 1º de agosto ele escrevia a Junta Governativa

¹⁵³ Archivo Artigas, Tomo V, p.88

¹⁵⁴ Ibid. p.84

¹⁵⁵ Ibid. p.90-91

solicitando o envio de mil homens, armas e munições, pois os portugueses, neste momento, já estariam ultrapassando Cerro Largo e era necessário além de conter este avanço não perder as rédeas do sítio a cidade “realista”.

De fato, as pretensões bonaerenses se comprometeram no mês de julho. No dia 19 os exércitos portenhos passaram a ser ameaçados pelo avanço português. Um dia depois, foi à vez das forças “regentistas” de Lima derrotar o exército de Buenos Aires dirigido ao Alto Peru, na batalha de Huaquí. Ainda no dia 15, uma esquadra de Montevideú havia assustado Buenos Aires com um forte bombardeio que culminou com o bloqueio de seu porto.¹⁵⁶

As circunstâncias eram desfavoráveis à Junta de Buenos Aires. Continuar com a guerra contra Montevideú representava um desgaste brutal, além de que, para a Junta, a presença portuguesa na campanha oriental representava uma ameaça aos domínios que a ela julgava pertencer. Deste modo, em 11 de agosto a Junta enviou a Montevideú uma comissão formada por José Julián Perez, Juan José Paso e Gregório Funes, na tentativa de negociar a interrupção das hostilidades.

2.5 O armistício

Na tentativa de fazer cessar as divergências entre as duas principais cidades platinas, a Junta de Buenos Aires em 11 de agosto estendeu uma credencial aos seus três representantes para estes buscarem um entendimento com Montevideú. De acordo com este documento, pode-se perceber uma grande temeridade por parte do governo bonaerense em relação ao

¹⁵⁶ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.76.

avanço das tropas portuguesas que, a cada dia, se aproximavam cada vez mais de Montevideu.¹⁵⁷

Porém, a resposta do vice-rei Elío foi desanimadora para os desejosos da paz. No dia 14, o vice-rei respondeu as manifestações iniciais dos comissários da Junta advertindo que não iria ceder em absolutamente nada daquilo que já vinha defendendo: o reconhecimento por parte da Junta de Buenos Aires do governo espanhol, no caso, das Cortes da Espanha reunidas em Cádiz. Nem sequer o pedido de conferência feito pelos representantes da Junta foi atendido pelo vice-rei Elío.¹⁵⁸

Ao receber as notícias da negativa dada por Elío aos seus enviados, a Junta Governativa de Buenos Aires imediatamente, em 27 de agosto, se dirigiu oficialmente ao vice-rei manifestando sua preocupação com a recusa de Elío em estabelecer uma trégua entre as duas cidades. Mais uma vez, exortando a ameaça portuguesa, advertiu o governo de Buenos Aires à Montevideu que não eram mais “vagos y generales estos recelos, ni equívocos sus designios en las marchas con que caminan sus ejércitos en esas tierras, aprovechándose de nuestras divisiones; la unión que, removiéndolas, concentrase nuestras fuerzas, sería el medio más eficaz y seguro de reprimirle.”¹⁵⁹

Em seguida, no primeiro dia de setembro, Elío, em uma repentina mudança de idéia, possivelmente sofrendo pressões políticas da Inglaterra, procurou a junta de Buenos Aires para iniciar um acordo de pacificação. Nomeou três representantes para se dirigirem a Buenos Aires com a proposta central de exigir a suspensão do sítio de Montevideu em troca de seu

¹⁵⁷ “Siendo absolutamente necesario que este Superior gobierno adopte todos los medios de conciliacion y pacificación con el Pueblo de Montevideo, ya por consideracion a la humanidad, como tambien por los grandes peligros que se deven precaver en las intenciones del Principe Regente de Portugal con la aproximacion de las tropas que entran ya al territorio Español, ha resuelto nombrar al Sr. Dean Dr. D. Gregorio Funes Diputado de Cordoba, al Sr. Dr. D. Jose Julian Perez Diputado de Tarija, y al Sr. Dr. D. Juan Jose Paso, Secretario de Gobierno, autorizandolos con toda la plenitud de sus poderes para tratár con el Sr. D. Francisco Xavier Elio, y Cabildo de Montevideo los medios de conciliacion de aquel pueblo con estos y de unirle al gobierno hasta concluir este tratado con las condiciones que estimen propias y convenientes (...)” Archivo Artigas, Tomo V, p.343.

¹⁵⁸ AGN, Sección Gobierno, Sala 10, Cuerpo 1, Anaquel 5, Número 10.

¹⁵⁹ Archivo Artigas, Tomo V, p.351-353.

pedido formal para que as tropas portuguesas recuassem, abandonando o território hispano-americano.¹⁶⁰

Os três representantes montevidéanos foram D. Manuel Sierra, D. José de Acevedo e D. Antonio Garfias que a bordo do bergantim “Belén”, no dia 02 de setembro chegaram a Buenos Aires manifestando os objetivos da missão diplomática. No mesmo dia, estes se reuniram com os comissionados da Junta, Gregório Funes, Simón Garcia de Cossio, José Julián Pérez e Juan José Paso e estipularam os primeiros itens de um acordo que colocasse fim às contendas entre as duas cidades.

No dia seguinte, este rascunho inicial do armistício foi levado a uma reunião do Cabildo de Buenos Aires para estudo de cada um dos dez itens. Após a leitura e debate das propostas o Cabildo, em sua ata de reunião, manifestou posições e contrariedades a alguns pontos. O mais relevante de todos dizia respeito ao quarto artigo do Tratado.

Na proposta inicial constava que o poder de Montevideu ficaria sob as mãos de Elío e a área de sua influência seria de acordo com os territórios do vice-reino, ou seja, sob toda a Banda Oriental. Porém, os cabildantes bonaerenses, de acordo com a ata da reunião, propuseram que o governo de Montevideu ficasse “a cargo del Exmo. Señor Don Francisco Javier Elio, y la autoridad de este, á que se contrahe el articulo cuarto sea reconocida y respectada unicamente dentro de aquella Plaza, y en lo que alcance el tiro de Cañon.”¹⁶¹

Após as alterações propostas pelo cabildo os sete representantes das duas cidades se reuniram no dia 5 de setembro para dar prosseguimento à elaboração do tratado de pacificação. Mas as diferenças encontradas não permitiram que o acordo fosse estabelecido.

Porém, a vontade de por fim as hostilidades entre as duas cidades levou os deputados a

¹⁶⁰ “Si la enunciada Junta se aviene a conferenciar y tratar bajo de esta precisa base, se exigirá, ante todas cosas, una orden clara y terminante que debe aquella dar para que cese toda hostilidad, y las tropas que se hallan a la vista de esta plaza se retiren pasado el arroyo de San José, dejando libre la comunicación y comercio de esta con la campaña; protestando yo también expedir al momento las que me corresponden, para que las tropas portuguesas no den un paso adelante en el territorio de mi mando, y para que el bloqueo se retire y quede expedito y libre el comercio del extranjero con Buenos Aires, a reserva del de esta banda, que estará suspenso hasta que se arreglen los artículos sobre este asunto, con las formalidades correspondientes.” Ibid, p.353-354.

¹⁶¹ Ibid, p. 358-362.

definirem a viagem de todos à Montevideu, a fim de dar prosseguimento nas negociações e ajustes do desejado convênio. Ficou estabelecido também que os dois governos fariam cessar as hostilidades enquanto as negociações eram feitas.¹⁶²

De fato, logo após este acordo preliminar e a viagem dos representantes da Junta para Montevideu, as hostilidades entre os dois exércitos foram interrompidas. Porém, no dia 12 de setembro, durante as tratativas para o início das negociações, inesperadamente, o vice-rei Elío declarou nula a interrupção das agressões.

Mesmo assim, as tentativas de pacificação não foram abortadas, embora tenham demorado até o dia 5 de outubro para que as reuniões entre as duas cidades fossem retomadas. No dia 7 ficou estabelecido que Buenos Aires imediatamente levantasse o sítio da cidade de Montevideu e que o Vice-rei Elío providenciasse o desbloqueio de todos os rios e vias necessárias para o comércio de Buenos Aires, além de notificar D. Diego de Souza para que suspendesse o avanço das tropas portuguesas, as quais ainda estavam a caminho de Montevideu.

Assim, foi no dia 10 que Elío escreveu à D. Diego de Souza informando sobre as negociações de paz com Buenos Aires e solicitando a suspensão da marcha portuguesa. O vice-rei, fazendo uso da preocupação de D. João VI em relação às tensões políticas no Prata, apresentou ao comandante português sua decisão de interromper a guerra com Buenos Aires.

Neste sentido, comunicou que “solo resta por mi parte este preciso paso, que es dirigido apedir a V.Ex.^a se sirva disponer la suspension de las marchas de las Tropas de su mando, y que no abanzen un paso adelante mientras se llega al termino de un avenimiento reciproco (...).”¹⁶³. Assim, o vice-rei procurava mostrar que esta decisão era consonante com os interesses lusitanos, uma vez que foi à Portugal que Elío pediu socorro no início das tensões com a capital portenha.

¹⁶² Ibid, p.363.

¹⁶³ Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Nº 5, p.42-43, 1922.

Tendo os representantes de ambas as cidades acertado os pontos discordantes e, após averiguação da Junta de Buenos Aires, no dia 20 de outubro de 1811 foi assinado o tratado de pacificação entre Buenos Aires e Montevideú. O tratado ficou composto por 24 artigos, os quais representaram cessões de ambas às partes. Os termos foram os seguintes:

1º Ambas partes contratantes á nombre de todos los habitantes sujetos á su mando protestan solemnemente á la paz del Universo, que no reconocen, ni reconocerán jamás otro Soberano, que al S.^{or} Fernando 7º, y a sus legítimos sucesores, y descendientes.

2º Sin embargo de considerarse la Exma Junta sin las facultades necesarias en su actual estado, y que en consecuencia debe reservarse para la deliberación del Congreso gral de las Provincias, que está para reunirse, la determinación sobre el grave e importante asunto del reconocimiento de las Cortes generales, y Extraordinarias de la Monarquía; Se declara con todo, que el dho Gobierno reconoce la unidad indivisible de la Nación Española de la qual forman parte integrante las Provincias del Rio de la Plata en unión con la Peninsula, y con las demás partes de America, que no tienen otro Soberano, que el S.^{or} D.ⁿ Fernando 7º.

3º Persuadido firmemente el Gobierno de B.^s Ay.^s de la justicia, y necesidad de auxiliar, y Sostener á la Madre Patria en la Santa Guerra, que tanto tesón y gloria hace al usurpador de la Europa; conviene gustosísima en procurar remitir á España a la mayor brevedad todos los Socorros pecuniarios, q.^e permita el presente estado de las rentas, y los que puedan recogerse de la franqueta, y generosidad de los habitantes, a que el Gobierno propenderá con las mas eficaces providencias, e insinuaciones.

4º En demostración de la sinceridad de sus sentimientos y principios, el Gobierno de Buenos Ayres ofrece dirigir prontam.^{te} un manifiesto a las Cortes, explicando las causas, que le han obligado a suspender el embio a ellas de sus Diputados hasta la antedicha deliberacion del Congreso general.

5º El insinuado Gov.^{no} nombrará una, o más personas de su confianza que pasen a la Peninsula a manifestar á las Cortes generales, y Extraordinarias sus intenciones y deseos.

6º Las Tropas de B.^s Ay.^s desocuparán enteram.^{te} la vanda Oriental del Rio de la Plata hasta el Uruguay sin que en toda ella se reconozca otra autoridad, que la del Exmo S.^{or} Virrey.

7º Los Pueblos del Arroyo de la China, Gualeguay, y Gualeguaichú situados entre rios, quedarán de la propia suerte sujetos al Gobierno del Exmo S.^{or} Virrey; y al de la Exma Junta los demás pueblos; no pudiendo entrar jamas en aquella Provincia, o distrito, tropas de uno de los dos Gov.^{nos} sin previa anuencia del otro.

8º En dichos Gobiernos no se perseguira a persona alguna sea de la esfera, estado, o condicion que fuese por las opiniones politicas que haya tenido, ni por haber escrito papeles, tomado las armas, ni otro cualquiera motivo, olvidando enteramente la conducta observada por causa de las desavenencias ocurridas por una y otra parte.

9º Toda la Artilleria perteneciente a la banda Oriental quedará en los propios puntos donde actualmente se halle, y la artilleria que tenian los Buques de Buenos Ayres aprehendidos por los Del Cruzero, se restituira igualmente a la posible brevedad.

10º Del mismo modo se devolverán todos los prisioneros de qualquiera clase que sean, echos por uno, y otro Gobierno.

11º El Exmo S.^{or} Virrey se ofrece àquelas Tropas Portuguesas se retiren a sus fronteras, y dejen libre el territorio Español conforme a las intenciones del S.^{or} Principe Regente manifestadas á ambos Gobiernos.

12º Queda tambien el Exmo S.^{or} Virrey en librar las ordenes precisas para que desde luego cese toda hostilidad, y bloqueo en los rios, y costas de estas Provincias.

13º Igualmente su Excelencia oficiará al Exmo S.^r Virrey del Perú, y al Señor General Goyeneche, participandole el presente acomodamiento.

14º Todo vecino de la banda Oriental se restituirá, si gusta a sus hogares, y podrán pasarse mutuamente de uno a otro Territorio quantos lo deseén; dejandoseles de todos modos en quieta, y pacifica posesion de sus fortunas.

15º Se restablecerá enteramente como se hallaba antes de las actuales desavenencias, la comunicacion, correspondencia y Comercio por tierra, y por mar entre Buenos Ayres y Montevideo, y sus respectivas dependencias.

16º En consecuencia del antecedente articulo, todo Buque Nacional o Extranjero podrá libremente entrar en los puertos de uno y otro territorio pagando respectivamente en ellos los correspondientes R.^s derechos conforme aun arreglo particular que se acordará entre los citados Gobiernos.

17º En el caso de invasion por una Potencia Extranjera se obligan reciprocamente ambos Gobiernos a prestarse todos los auxilios necesarios para rechazar las fuerzas enemigas.

18º El Exmo S.^{or} Virrey protexta no variar de Sistema hasta que las Cortes declaren su voluntad, que en todo caso se manifestará oportunamente al Gov.^{no} de Buenos Ayres.

19° Los mencionados Gobiernos se obligan a la religiosa observancia de lo estipulado, contituyendose en la responsabilidad de las resultas que pudiese ocasionar su infraccion.

20° El Exmo S.^{or} Virrey, y el S.^{or} Diputado de Buenos Ayres nombrarán los oficiales que acuerden el modo de dar cumplimiento al artículo sobre la evacuacion de Tropas de la Vanda Oriental, que se efectuará con la mayor anticipacion embarcandose en la Colonia todo el numero posible.

21° Las presas q.^e se hagan desde la firma del presente tratado serán restituidas; y respecto a las anteriores, se estará a lo estipulado en el armisticio de 7 del corriente.

22° Todas las propiedades existentes de qualquiera especie que sean correspondientes a los vecinos de la banda Oriental, quedarán en poder de sus respectivos dueños, a reserva de los Esclavos comprehendidos en las listas manifestadas por el S.^{or} Diputado de Buenos Ayres, que ofrece dejar en libertad, para que vuelva a poder de sus amos, a qualquiera de los expresados negros que lo desée; y la execucion de este articulo será del cargo y cuidado de los oficiales de que se hace merito en el 20.

23° Si ocurriese en adelante alguna duda acerca de la observancia de qualquiera art.^o del presente tratado, se resolverá amigablemente por una y otra parte.

24° El presente convenio tendrá todo su efecto desde el momento que sé firme, y será ratificado en el termino de ocho dias, o antes si se pudiese.¹⁶⁴

Por parte de Buenos Aires coube, além de reconhecer a indivisibilidade da nação espanhola e a autoridade das Cortes, a qual ela vinha se negando a fazer, também reconhecer

¹⁶⁴ AGN – Gobierno Nacional – Sección Gobierno. Sala X, C.1 A.5 N°10, Correspondencia del Gobierno de Buenos Aires com Elío y Vigodet. Sitio e rendición de Montevideo.

o poder do vice-rei sob toda a jurisdição da Banda Oriental. Além, é claro, de levantar o sítio de Montevideú e desocupar toda a região oriental.

Já ao vice-rei de Montevideú, o reconhecimento da Junta de Buenos Aires foi inevitável, além do comprometimento de desbloquear os caminhos por terra e água de Buenos Aires. No que se refere à invasão lusitana, Elío ficou encarregado, pelo Tratado, em solicitar a retirada das tropas portuguesas dos territórios hispano-americanos.

No artigo 16 do Tratado, podem-se ver claramente os interesses britânicos e sua interferência neste acordo de paz. Ao se acordar a liberdade para a entrada de navios mercantes estrangeiros, deixava-se o caminho livre para a Inglaterra, principal país comerciante na região, fazer suas trocas comerciais independentemente das relações, cada vez mais desgastadas, das colônias americanas com a metrópole.

Ainda sob os itens do tratado, o artigo 17 demonstra uma preocupação eminente com a presença portuguesa nos territórios hispânicos e, sobretudo, a desconfiança sobre a reação lusitana diante do tratado entre as duas cidades. Isto porque, embora o discurso lusitano fosse pela pacificação da região, queria D. João que Portugal fizesse parte das negociações, pois, pensava o príncipe regente em articular os direitos de sua esposa nos termos do Tratado, o que acabou não acontecendo.

No que se refere à Carlota Joaquina, a pacificação entre Buenos Aires e Montevideú foi vista com indignação e contrariedade. Em carta enviada às Cortes espanholas, a princesa considerou indecoroso o tratado de pacificação assinado pelo vice-rei com a Junta de Buenos Aires, considerando que tal medida era insuficiente para disseminar os movimentos dissidentes na região platina. Carlota, inclusive, insinuou sua vontade de “acabar con ella[a Junta], unico medio de poner fin a tantos males, y travajos que el Virrey Elio siendo hombre, siendo español, y siendo militar, no debia dejar para una Muger.”¹⁶⁵

¹⁶⁵ Archivo Artigas, Tomo V, p.425.

A partir de novembro de 1811 as tropas portuguesas começaram a recuar para seus domínios¹⁶⁶, seguindo ordens do ministro Souza Coutinho, porém o projeto de estender os domínios lusitanos para o sul não acabaram com o armistício de outubro. Carlota Joaquina continuaria sendo um importante trunfo para o gabinete de D. João, porém novos desdobramentos iriam redimensionar a conjuntura política da região. A ascensão política de José Gervásio Artigas na América platina e o retorno de Fernando VII ao trono espanhol mudariam além do contexto político, as estratégias portuguesas em direção ao Rio da Prata.

¹⁶⁶ AZEVEDO, 2003, op.cit., p.300.

CAPÍTULO III

A intervenção portuguesa de 1816

Os anos seguintes ao armistício de outubro de 1811 foram palco da ascensão política de José Gervásio Artigas. Sua imensa influência nos territórios orientais representou uma mudança drástica nas relações da própria região. Artigas, até então colaborador da Junta de Buenos Aires, tornou-se, com a seqüência dos rumos políticos, um feroz opositor da Junta de Buenos Aires.

O crescimento da popularidade de Artigas e o alastramento de sua política por toda a região do Prata permitiu ao gabinete português elaborar um novo discurso para justificar uma nova ação militar na região. O antigo argumento sustentado nos direitos sucessórios de Carlota Joaquina aos territórios hispânicos não mais poderiam ser utilizados. Fernando VI, em 1813, retornou ao trono espanhol e consigo o projeto de Carlota Joaquina perdeu relevância.

Ao mesmo tempo em que o Prata oferecia o argumento em torno de Artigas para Portugal avançar suas tropas, a Europa começava a assistir as negociações do Congresso de Viena. Foi o espaço escolhido pelas potências européias para reordenar o balanço de forças na diplomacia do continente e restabelecer antigas fronteiras e territórios, que haviam sido desconfigurados pelo império napoleônico.

Além disso, a conjugação de interesses entre Portugal e Buenos Aires apresenta uma importante margem de observação, pois, as idéias federalistas de Artigas também perturbavam a elite política bonaerense, desejosa de um governo centralista. Assim, a coligação de interesses entre ambos os governos tornava-se oportuno em vistas de derrotar o movimento artiguista.

Assim, todos estes fatores relativos a política platina e européia se somavam no rol do discurso e da estratégia portuguesa de ampliar seus domínios na América do Sul. Porém, tudo indica que a antiga pendenga entre Espanha e Portugal em relação à região de Jurumenha, na Europa, foi o elemento decisivo para fazer da intervenção portuguesa na Banda Oriental uma

realidade. Ocupar as terras orientais ao rio Uruguai e levar os domínios portugueses até o Rio da Prata, além de contemplar o ímpeto expansionista português, também fornecia argumentos e “cartas” para serem manipuladas durante o Congresso de Viena, sobretudo duelos diplomáticos travados com a Espanha.

3.1 O “Êxodo do Povo Oriental” e o novo sítio de Montevideu

O processo político que se desencadeou nos anos posteriores a 1811, na Banda Oriental do Uruguai, serviu como bases de inspiração da vindoura independência da região. Este movimento, nascido a partir da oposição de Buenos Aires ao governo espanhol, sediado na própria Montevideu, inicialmente possuía um caráter autonomista, apenas reclamando maiores poderes e autonomia diante do governo que se criava em Buenos Aires. Porém, a evolução do movimento resultou em uma postura independentista, fato este fortemente presente nas instruções dadas aos deputados orientais enviados ao Congresso Geral de 1813.

Assim, a postura que visava criar um território independente de Buenos Aires na banda oriental foi resultado da resistência dos setores orientais que opuseram às intenções centralizadoras da política vinda da Junta de Buenos Aires. Os orientais, antes de tudo, pretendiam uma maioria autonomia política para a província, só depois, com a radicalização centralista do Segundo Triunvirato, vieram a sustentar um movimento de caráter independentista.

No que se refere à denominada “revolução oriental”, Lincoln Casas, aponta que ao contrário dos demais movimentos similares na América, este foi o único que sustentou-se com

o apoio e participação efetiva das massas do meio rural, que seguiam seus caudilhos e, sobretudo, ao general Artigas.¹⁶⁷

Este fenômeno só foi possível pelo fato de ter na liderança de Artigas um centro identificador daquelas massas populares e, sobretudo, pelas características e reivindicações sustentadas pelo movimento que, novamente, segundo Casas, tinham como fundamentos o caráter *rural*, pois se difundiu e se espalhou de maneira determinada pelo interior da região; *agrário*, por incluir reivindicações em torno da posse das terras; *republicano*, o que promovia um afastamento do velho modelo político; e, por fim, *federal*, buscando autonomia política em relação à Junta de Buenos Aires.¹⁶⁸

Como já fora visto, o espírito revolucionário dos grupos orientais evoluiu ao longo do processo político que se desencadeou a partir dos eventos de maio de 1810, em Buenos Aires. Assim, foi a partir da ocupação portuguesa da banda oriental, em 1811, e do armistício assinado entre o governo de Buenos Aires com os portugueses que o perfil revolucionário se expandiu na Banda Oriental.

Em 23 de outubro de 1811, três dias após a assinatura do armistício, nas margens do rio *San Jose*, correu uma assembléia espontânea dos povos orientais, onde ficou manifestada a vontade popular de se manter em armas contra os representantes espanhóis de Montevideu e aos invasores portugueses.¹⁶⁹ Porém, Artigas ratificou o acordo assinado no dia 20 e se retirou para o norte da região. A população, então, optou em seguir o caudilho dando início ao chamado “*êxodo del pueblo oriental*”.

Sobre o famoso êxodo, Casas descreve que tratou-se de um movimento autônomo do povo oriental que, contrariando a vontade de Artigas, emigrou para a outra margem do Uruguai, seguindo os passos do general.

¹⁶⁷ CASAS, 2004, p.77.

¹⁶⁸ Ibid. p. 78.

¹⁶⁹ ABADIE, 1998, v.1, op.cit. p. 79.

De acordo com o próprio Artigas, foram 846 carros e carretas e 4.435 pessoas que o seguiram nesta marcha. Porém, Casas estima que mais de 16.000 pessoas se agregaram a retirada, uma vez que ao longo da caminhada muitos foram aqueles que se somaram ao movimento. Índios, *gauchos* e toda os setores sociais que habitavam a campanha fizeram parte deste grande êxodo, deixando para trás suas propriedades e pertences para seguir Artigas.¹⁷⁰

Coube à Artigas, além de coordenar a população que emigrava ao seu lado, também combater aos portugueses, pois as tropas lusitanas que ainda ocupavam o território oriental, mesmo após a assinatura do armistício de outubro de 1811, praticavam saques e depredações por onde passavam, durante sua lenta marcha de retirada dos territórios da Banda Oriental.

O processo de emigração desta população até a outra margem do Uruguai durou desde 23 de outubro de 1811 até janeiro de 1812, quando estes firmaram acampamento no atual território de Entre Rios. Segundo relatos do próprio Artigas o acampamento contava com muitas privações, pois os seguidores desta marcha, ao deixarem para trás seus bens e pertencem, enfrentaram um forte estado de penúria e pobreza durante este episódio.

Uma tarefa intrigante é compreender os motivos que fizeram com que esta leva de pessoas deixassem para trás tudo para seguir o General Artigas. Segundo Lincoln Casas, estes setores da população oriental viviam com um sentimento de medo, temiam que o governo espanhol, sediado em Montevideu, os perseguisse, em represálias ao apoiado dado por eles à Junta de Buenos Aires. Assim, ao seguir Artigas, encontraram a proteção de tropas militares e alento em um discurso que se constituiria em favor de seus interesses.¹⁷¹

Além disso, há que se destacar que a população no interior da Banda Oriental tinha a Espanha como um adversário, portanto, não se sentiam espanhóis. Também, carregavam consigo o sentimento de terem sido traídos pelo governo da Junta de Buenos Aires,

¹⁷⁰ CASAS, 2005, op.cit. p.82

¹⁷¹ Ibid. p. 83.

principalmente em relação ao armistício de outubro de 1811. Assim, o sentimento de medo, rebeldia e de dor, causado pelas penúrias enfrentadas durante o processo emigratório, serviram como base na formação de uma consciência distinta, que consolidava naquelas pessoas um sentimento de “orientalidade”.

No que se refere à esta rebeldia oriental em torno do governo bonaerense, é bom destacar que, a população da Banda Oriental, após terem lutado e apoiado as tropas portenhas e o movimento de maio de 1810, após o armistício de outubro ficaram sob a jurisdição do governo de Montevideú, ou seja, do até então, adversário. Isto ocorreu pois segundo o acordado do Tratado de Pacificação entre a Junta e o governo lusitano, o território da Banda Oriental ficava sob ordens do governo espanhol sediado em Montevideú.

Foi justamente este contexto construído a partir da primeira intervenção portuguesa que, somado aos acordos de paz entre Portugal e Buenos Aires criaram, inicialmente, o sentimento de rebeldia em relação ao governo da Junta de Buenos Aires.

Conforme Casas, o período em que Artigas liderou o acampamento da população oriental, na margem ocidental do Uruguai, foi responsável pela maturação do pensamento “artiguista”. O caudilho percebeu que aquelas pessoas que o seguiram, deixando para trás todos seus bens, eram os mais fiéis. A partir deste momento, em que Artigas coordena o acampamento, a idéia de rompimento com o governo de Buenos Aires começa a ser gestado.¹⁷²

Um claro exemplo do início destes movimentos políticos organizados por Artigas, visando um possível e futuro desligamento com o governo bonaerense, se deu em sua relação diplomática com o governo do Paraguai. Gaspar Rodríguez de Francia já dirigia os territórios paraguaios com grande autonomia, praticamente caracterizando um território independente. Artigas, então, propôs a Francia uma aliança capaz de fazer frente à tendência centralista de

¹⁷² Ibid. p. 85.

Buenos Aires. Porém, Francia manteve sua postura neutra, não acolhendo os projetos do caudilho oriental.

Ao mesmo tempo em que o movimento “artiguista” ganhava força pela campanha uruguaia, o combate aos portugueses continuava. Mesmo após a assinatura do armistício de outubro de 1811, as tropas portuguesas continuavam vagando pelos campos da Banda Oriental, promovendo saques e pilhagens por onde passavam. Efetivamente, as tropas de Diego de Souza não cumpriram um dos principais pontos do acordo: a retirada imediata das forças portuguesas em direção aos domínios de D. João VI.

Artigas, como chefe dos orientais e governador de Yapeyú articulou diversas alianças com chefes e caudilhos de Entre Rios e Corrientes com o propósito de fazer frente às incursões lusitanas naqueles campos. Apenas em 26 de maio de 1812, se daria fim a este problema.

Neste dia, Nicolás Herrera, secretário do Triunvirato de Buenos Aires assinou novo tratado com o representante português João Rademaker, colocando um ponto final na questão relativa à presença portuguesa na Banda Oriental, efetivando o recuo das tropas de D. Diego de Souza aos domínios lusitanos.¹⁷³

As posturas adotadas por Artigas durante este período, como por exemplo, a tentativa de aproximação com o governo do general Francia, colocaram o governo bonaerense em alerta. O triunvirato, ameaçado por tais articulações do caudilho, enviou Manuel Sarratea, então General do Exército do Oriente e Governador da Banda Oriental do Paraná até a margem ocidental do Uruguai, estabelecendo acampamento muito próximo daquele comandado por Artigas.¹⁷⁴

Esta medida adotada pela Junta de Buenos Aires se deu porque, para os portenhos, Artigas nada mais era do que um servidor daquele governo. Já Artigas, além de ser ver como

¹⁷³ AZEVEDO, 2003, op.cit. p.310

¹⁷⁴ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.82.

um militar de Buenos Aires, também se entendia como líder de um grupo social e político distinto: os “orientais”.

Além disso, conforme Reyes Abadie aponta, os exércitos orientais serviam como uma espécie de “antemuro” de proteção à Buenos Aires, em relação as tropas portuguesas. Com a assinatura do Tratado “Herrera-Rademaker” e a evacuação das forças lusitanas, Artigas deixava de ser de todo fundamental para o governo de Buenos Aires, possibilitando assim, que a Junta retomasse suas operações na Banda Oriental, no intuito de abranger todo o território na órbita de sua política.¹⁷⁵

Manuel de Sarratea, inimigo de Artigas, antes de diplomaticamente tentar acertar as pendências com o caudilho oriental, passa a cooptar partidários da causa oriental para seu lado, oferecendo cargos e vantagens para todos que trocassem o acampamento artiguista pelo seu. Tal medida foi responsável por várias baixas nas tropas de Artigas, porém, ajudou ao líder oriental identificar quais setores eram os mais leais a sua causa.

Diante de tais atitudes praticadas por Sarratea, alguns partidários de Artigas apontaram como caminho o rompimento formal com o governo de Buenos Aires e a criação da Junta de Governo do Povo Oriental. Artigas, por sua vez, radicalmente se opôs a tal idéia, inclusive ordenando a prisão de Miguel Barreiro e Fernando Otorgués, os quais haviam fervorosamente defendido tal idéia.¹⁷⁶

Por sua vez, o governo espanhol sediado em Montevideú, em 1812 voltou a adotar uma postura política mais ofensiva em relação ao cenário do Prata. Em novembro de 1811, logo após a assinatura do armistício, Elío retornou a Europa e, coube ao general Gaspar de Vigodet assumir o cargo de Capitão Geral e Governador da Banda Oriental, representando o governo espanhol na região.

¹⁷⁵ Ibid. p. 81.

¹⁷⁶ Ibid. p.83.

Juntamente com Vigodet veio seu espírito combativo e sua postura mais contundente em defesa dos interesses hispânicos na região. Ao perceber as inquietudes e o movimento não somente de Buenos Aires, mas agora também de Artigas nos territórios da Banda Oriental, Vigodet solicitou diversos auxílios ao governo espanhol, o qual ainda se encontrava debilitado e dirigindo todos seus esforços no combate às tropas napoleônicas.¹⁷⁷

Diante disso, Vigodet recorreu por inúmeras e repetidas vezes à Carlota Joaquina, a princesa portuguesa que continuava sua campanha visando ocupar o trono vago deixado por seu irmão, Fernando VII.

Como é sabida, a insistente campanha feita por Carlota Joaquina em favor de seu nome para atenuar a crise vivida pela Espanha, conquistou inúmeros simpatizantes e partidários da causa no Prata, sobretudo, personagens ligados ao setor comercial. Estes viam com bons olhos para seus negócios a possível restauração da “união ibérica”, representada pela regência da esposa de D. João VI na América, ou até mesmo na Espanha.

Um destes partidários da princesa Carlota era Julian Gregório Espinosa que em carta de 10 de novembro de 1811 ao Conde de Linhares incentivava o gabinete do Rio de Janeiro em conquistar cidades do interior da região platina, como Córdoba e Santa Fé, instalando governos portugueses nestes locais.¹⁷⁸

Na mesma carta, Espinosa adverte ao governo português que os planos portugueses na região teriam outro obstáculo além do governo de Buenos Aires. Era José Gervásio Artigas. Segundo o “carlotista” Artigas e seus milhares de homens andavam “matando, matando e roubando tudo pela outra banda: não quer obedecer nem a este governo, nem ao de Montevideu – O dito Artigas disse à sua gente que quantos portugueses apanhassem que os matassem...”¹⁷⁹

¹⁷⁷ AZEVEDO, 2003, op.cit. p. 311.

¹⁷⁸ Colección Lavradio, Archivo General de la Nación: v.2, p.436.

¹⁷⁹ Ibid.

A assinatura do tratado “Rademaker-Herrera” e a pronta retirada das tropas portuguesas da Banda Oriental permitiram com que o governo bonaerense deixasse de temer a presença militar lusitana e pudesse retomar sua diplomacia agressiva em relação ao governo de Montevideú, o qual se mantinha fiel à coroa hispânica.

Deste modo, a Junta de Buenos Aires abriu negociações com Gaspar de Vigodet, propondo que este aceitasse a autoridade da Junta em troca de garantias e cargos, destacando que tal medida era necessária para manter a unidade da nação espanhola.

De imediato, Vigodet rechaçou as propostas vindas de Buenos Aires destacando que tais medidas iam de encontro aos interesses e a honra da coroa hispânica. Ao receber a resposta do governador de Montevideú, o Triunvirato declarou que as hostilidades entre o governo de Buenos Aires e Montevideú estavam restabelecidas e ordenou que Sarratea se dirigisse com suas tropas rumo à capital da Banda Oriental. Tal ordem também se estendia à Artigas, uma vez que ele, ainda se mantinha aliado do governo portenho.

Ao primeiro dia do mês de outubro de 1812, a cidade de Montevideú novamente era cercada e sitiada pelas tropas portenhas, sob o comando de Miguel de Sarratea.

3.2 O Segundo Triunvirato e o “Congresso de Tres Cruces”

O fato de a Junta de Buenos Aires ter efetivado uma nova ocupação da cidade de Montevideú não significava que a harmonia e o consenso político ditavam os rumos daquele governo revolucionário. Sete dias após a ocupação da capital da Banda Oriental, em 08 de outubro de 1812, uma conspiração interna à própria junta de governo, incentivada por uma

sociedade secreta¹⁸⁰, derrubava os membros do Primeiro Triunvirato, substituindo-o por um novo grupo de dirigentes: Juan José Paso, Antônio Alvarez Jonte e Nicolás Rodríguez Peña.

O Segundo Triunvirato, como ficou chamado este novo grupo que tomou o comando político de Buenos Aires, era caracterizado pela presença de membros da “Logia Lautaro” que, segundo Pimenta, representava uma forte aproximação de grupos políticos portenhos a setores do exército¹⁸¹.

Sob influência de Carlos Alvear e José de San Martín, o Segundo Triunvirato adotou uma política mais centralizadora, ampliando as divergências entre o governo de Buenos Aires e as províncias do interior. Este contexto de indefinição e turbulências no governo bonaerense era, de fato, tudo o que o gabinete português e, sobretudo, os partidários de Carlota Joaquina desejavam.

Enquanto o Segundo triunvirato tratava de enviar seu homem forte, Carlos Alvear ao encontro de José Artigas, para encontrar um acordo político entre Buenos Aires e os “orientais”, Manuel de Sarratea, continua sua campanha de oposição ao líder da Banda Oriental.

Sarratea, passa a difundir uma imagem negativa de Artigas junto ao novo governo da capital portenha, inclusive apontando indícios de que este estava em tratativas e negociações com o governo espanhol, ou seja, com o adversário comum de ambos os grupos.

José Gervásio Artigas, ao tomar conhecimento da campanha feita por Sarratea contra sua pessoa junto ao Segundo Triunvirato, e de receber informações que davam conta de um plano para promover seu assassinato, rompeu, definitivamente, suas relações com o general portenho. Inclusive separou suas tropas daquelas comandadas por Sarratea, uma vez que, ambas

¹⁸⁰ “A pocos días de su llegada a Buenos Aires, San Martín inició la organización de su célebre regimiento de ‘granaderos montados’; y entre mayo e junio de 1812, instituyó la “Logia Lautaro”, entidad secreta de igual nombre a la fundada por el venezolano Francisco Miranda en 1797, en Londres, y en la que fuera iniciado con sus compañeros.” (ABADIE, 1998, op.cit. p.42)

¹⁸¹ PIMENTA, 2002, p.113.

se encontraram para juntas fortalecer o sítio de Montevideu. Deu-se, com este ato, o primeiro rompimento formal de Artigas com Buenos Aires.

Consciente de que uma luta entre suas tropas e as de Artigas não seriam interessantes, Sarratea passa a enviar negociadores para restabelecer a cordialidade entre ambos os comandantes e, também, entre Buenos Aires e as tropas “orientais”. Deste modo, em 08 de janeiro de 1813, Artigas assinou um acordo com os enviados de Sarratea, o chamado “Pacto de Yí”. Neste, ficava acordado que cabia ao General Oriental o comando militar de todas as tropas da Banda Oriental, e que as tropas portenhas passariam a ter apenas o caráter de “auxiliadoras” quando presentes em territórios orientais.¹⁸²,

No mesmo período, o Segundo Triunvirato, através da missão “Garcia de Zuñiga” buscou, com êxito, o restabelecimento de cordiais relações com o líder dos “orientais” e, em 26 de fevereiro de 1813, as tropas de Artigas se incorporaram ao sítio da cidade de Montevideu.

Além de buscar um acordo político com o chefe dos orientais, no mesmo ato em que se derrubou Rivadavia e o Primeiro Triunvirato, o *Cabildo Abierto*, definiu que no prazo máximo de três meses o novo governo deveria convocar uma Assembléia Geral das províncias, a qual, teria como tarefa elaborar uma constituição provisória.

De imediato, estipulou-se um complicado procedimento de eleição de deputados provinciais, os quais, na medida que fossem eleitos deveriam se dirigir até Buenos Aires. Em 31 de janeiro de 1813 ocorreu a primeira reunião desta Assembléia.

O general Artigas, ao chegar a um acordo com os enviados de Buenos Aires, além de dirigir suas tropas para o sítio de Montevideu, também passou a organizar a escolha dos deputados que representariam a população da Banda Oriental na Assembléia Geral. Assim, foi

¹⁸² ABADIE, 1998, v.1, op.cit. p.85.

convocado o Congresso Provincial da Banda Oriental, que teve início no dia 05 de Abril de 1813.¹⁸³

O Congresso Provincial, também conhecido como Congresso de “Tres Cruces”, foi formado por 20 membros, eleitos no interior da província que, basicamente, pertenciam a setores mais abastados daquela sociedade, como proprietários de terras e comerciantes, sem participação direta das camadas mais populares, das grandes massas. Segundo Lincoln Casas, o congresso basicamente referendou as idéias e propostas apresentadas por José Gervásio Artigas na “oração inaugural” do evento, com a ausência de discussões calorosas e, tudo, sob uma estranha unanimidade.¹⁸⁴

Todo o discurso liberal e de forte apelo popular sustentado por Artigas se contrapõe ao caráter pouco popular compreendido pelo Congresso Provincial. Ao mesmo tempo que ele aponta a soberania popular, ou seja, um discurso de bases liberais, o congresso não compreende as bases populares daquela sociedade. Este discurso liberal de Artigas parece ter convivido com velhas tradições políticas daquele tempo e, sobretudo, daquela região: o caudilhismo.

O primeiro item discutido e aprovado pelos deputados orientais foi pelo reconhecimento ou não da Assembléia Geral de Buenos Aires. Este, seguindo instruções de Artigas, foi aprovado, desde que alguns pontos fossem garantidos pelo governo bonaerense.

Basicamente, exigiu-se que as reivindicações feitas pelo General Artigas e encaminhadas na missão “Garcia de Zuñiga”, quando das intrigas com Sarratea, fossem cumpridas por Buenos Aires. Dentre estas, merece destaque a reabilitação do nome de Artigas diante da campanha negativa feita por Sarratea, de que não houvesse novo levantamento do sítio de Montevideu e, sobretudo, que a Província Oriental pudesse gozar de maior autonomia

¹⁸³ RIBEIRO, 2005, op.cit.p.62.

¹⁸⁴ CASAS, 2005, op.cit. p.94.

política interna, pois, segundo as reivindicações artiguistas, tratava-se de um povo livre, no sentido de se constituir como uma comunidade concreta e de direito.¹⁸⁵

Após terem aprovado o reconhecimento do Congresso Geral elaborou-se uma série de instruções a serem seguidas e sustentadas pelos deputados orientais junto ao Congresso em Buenos Aires. Conforme Casas, o tom de tais recomendações traziam consigo características inspiradas muito mais nas idéias liberais norte-americanas, do que no liberalismo francês de décadas anteriores.¹⁸⁶

Para João Paulo Pimenta, as características centrais das instruções elaboradas a partir de “Tres Cruces” orientavam pela constituição de uma confederação que abarcasse todas as províncias, sem permitir com que houvesse a união dos três poderes, legislativo, executivo e judiciário, fato este defendido desde os tempos do Primeiro Triunvirato. Pimenta segue destacando que este documento se tornou a base do projeto artiguista, inclusive servindo como base na constituição do primeiro governo da “Província Oriental”, que veio a se concretizar anos mais tarde, em Guadalupe de los Canelones.¹⁸⁷

No que se refere ao conteúdo mais específico das instruções, cabe salientar três pontos centrais. O primeiro deles, diz respeito à defesa oriental pela independência efetiva e radical junto a monarquia espanhola e a dinastia dos Bourbons. Outro ponto, refere-se a proposta de se constituir uma república, como forma de se contrapor às tentativas de solução monárquica na região. Por fim, as indicações do Congresso de “Tres Cruces” defendiam a implantação de um federalismo que, inicialmente, reunisse as províncias em uma confederação, para, em seguida, constituir um Estado Federal.

Conforme Chiaramonte, a proposta de confederação encaminhada pelo Congresso Oriental representava uma aproximação entre províncias distintas e interesses nem sempre

¹⁸⁵ ABADIE, 1998, v.1 op.cit. p.114.

¹⁸⁶ CASAS, 2005, op.cit. p.98.

¹⁸⁷ PIMENTA, 2002, op.cit. p.114.

iguais, porém, que viriam a se unir quando necessário, sem afetar a autonomia de cada uma delas.¹⁸⁸

Ademais, as instruções destacavam também que Buenos Aires não poderia sediar a capital desta nação que se planejava, e que os deputados orientais deveriam sustentar que as províncias gozariam de um governo próprio e do direito de possuírem exércitos provinciais, os quais poderiam agir em aliança quando os objetivos fossem comuns.

Como era determinado pela convocação da Assembléia Geral de Buenos Aires, fazia-se necessária a eleição de deputados provinciais para fazerem parte da reunião na capital portenha. Deste modo, o Congresso Oriental decidiu pela eleição de dois deputados representando Montevideú, a capital da província; juntamente com um representante de cada província do interior que possuísse Cabildo, neste caso, Maldonado, Canelones e Santo Domingo Soriano. Além destes, elegeram mais um deputado que representou San Juan Bautista e San José. A escolha destes deputados geraria um ponto de discórdia em Buenos Aires, uma vez que, segundo a convocação caberia a Banda Oriental o direito de indicar apenas dois representantes.¹⁸⁹

A contundência com que as orientações de “Tres Cruces” abordaram o caráter federalista e republicano que deveria ser empreendido pelo novo estado, denota uma das maiores disputas e pontos de tensão na política platina na segunda década do século XIX. Tratou-se da presença de dois projetos políticos distintos no Prata: o *unitarismo* e o *federalismo*.

A proposta de federalismo, amplamente defendida por Artigas e seus apoiadores, orientava pela presença de um Estado soberano e autônomo, fazendo com que as províncias, através de uma confederação se ligassem a este Estado. Tal projeto, se opôs radicalmente aos

¹⁸⁸ CHIARAMONTE in CARMAGNANI, 1993, p.85.

¹⁸⁹ Os deputados eleitos que representaram a Banda Oriental junto ao Congresso Geral foram: Mateo Vidal e Dámaso Antonio Larrañaga por Montevideú. Por Maldonado, Dámaso Gómez Fonseca; Felipe Santiago Cardozo por Canelones; Marcos Salcedo por San Juan Bautista e San José; e por fim, Francisco Bruno de Rivarola, representando Santo Domingo Soriano.

ideários e interesses centralizadores de Buenos Aires. Lincoln Casas aponta que os princípios orientadores da elite dirigente portenha orientava pela organização de um estado com uma hierarquia política forte, sustentado por uma “natural” divisão social. Para tanto, era necessário a criação de um estado forte e centralizado, administrado pelas classes ilustradas, as quais, basicamente, se localizavam em Buenos Aires.¹⁹⁰

Desta forma, as propostas lançadas pelo congresso oriental eram incompatíveis com o pensamento sustentado pelas lideranças políticas de Buenos Aires, como Rivadavia, Sarratea e Alvear. Para estes era impossível qualquer idéia de igualdade entre províncias, pois, sustentavam que isto colocaria, ao mesmo nível, a “civilização” e a “barbárie”. Na concepção destes, Artigas e os tradicionais caudilhos das campanhas uruguaias, não passavam de “anarquistas”, incentivadores do caos, em detrimento do centralismo político que, para eles, era fundamental para o progresso e desenvolvimento de uma civilização.¹⁹¹

As intenções e projetos artiguistas, além de serem incompatíveis com a política pretendida pelo governo bonaerense, também o eram ao governo português, que se mantinha sempre atento aos rumos da política platina. Ao mesmo tempo em que se opunha radicalmente a qualquer possibilidade de manutenção da dinastia espanhola na região, também contrariava e se tornava um empecilho para os antigos interesses expansionistas de Portugal para a região.

Os deputados eleitos pelo Congresso de “Tres Cruces”, de posse das chamadas “*Instrucciones del año XIII*” se apresentaram a Assembléia Geral de Buenos Aires em maio de 1813. No mês seguinte, ao decorrer do trabalho daquela casa, os deputados orientais foram expulsos da Assembléia. Oficialmente, a Assembléia argumentou que os deputados orientais foram escolhidos à margem das recomendações encaminhadas pela Junta de Buenos Aires.¹⁹²

¹⁹⁰ CASAS, 2005, op.cit. p.100.

¹⁹¹ Ibid. p.101.

¹⁹² Ibid. p.102.

Certamente, foram motivos mais sólidos que levaram a Assembléia a recusar os deputados orientais. O principal ponto se refere ao radicalismo das propostas artiguistas, as quais se chocavam diretamente aos interesses da maioria dos deputados presentes, os chamados “alvearistas”, que defendiam as idéias unitaristas e centralizadoras da elite portenha. Além disso, conforme Pimenta aponta, ao aceitar a entrada dos deputados orientais na Assembléia, indiretamente, estariam validando o Congresso de “Tres Cruces” e, sobretudo, reconhecendo o governo artiguista.¹⁹³

O ano de 1813, para Artigas, era considerado importante para o aprofundamento da revolução na Banda Oriental. Porém, as esperanças do caudilho oriental não se realizaram na prática. Primeiramente, o governo bonaerense se manteve calado diante das reivindicações encaminhadas por Artigas na missão “Garcia de Zuñiga” e, em seguida, os deputados orientais foram rechaçados pela Assembléia Geral.

Ao receber as informações da recusa da Assembléia na participação dos representantes da Banda Oriental, José Gervásio Artigas, encaminhou severas críticas ao governo bonaerense, além de solicitar que o deputado Dámaso Antonio Larrañaga encontrasse uma saída diplomática com a assembléia em vistas de aceitar a nomeação dos deputados orientais.

O Triunvirato recusou as reivindicações de Artigas e, em tom enérgico rebateu todas as críticas feitas pelo caudilho, argumentando que as propostas não representavam a vontade da população oriental e, sim os seus próprios interesses.

Enquanto isso, Larrañaga passou a negociar uma saída para um impasse diretamente com o Triunvirato que, aceitou aumentar o número de deputados provinciais encaminhados pela Banda Oriental, de dois para quatro representantes. Porém, exigiam a realização de um novo congresso para eleição destes novos deputados, o que, indiretamente acabaria anulando a legitimidade do Congresso de abril, o de “Tres Cruces”.

¹⁹³ PIMENTA, 2002, op.cit. p.118.

Artigas, ao receber a proposta articulada por Larrañaga, procurando evitar novas tensões e conflitos com o governo bonaerense aceitou a idéia de realização de um novo congresso, no qual ele não seria o organizador, diferentemente do congresso de Abril.

Assim, em 11 de setembro de 1813 Artigas e o Governo Econômico de Canelones¹⁹⁴ acordaram a realização do novo Congresso, o qual seria organizado por Rondeau.¹⁹⁵ Artigas aceitou a realização de um novo congresso, pois acreditava que nele seria repetida as diretrizes elaboradas no congresso de Abril, sendo que, para ele, muitos dos deputados eleitos em Abril seriam referendados neste novo evento.¹⁹⁶

Após feita a convocação, no dia 08 de dezembro de 1813 teve início, na “*Capilla Maciel*” o novo congresso para, entre outras tarefas, eleger quatro novos deputados para se somarem a Assembléia Geral em Buenos Aires. Foram 20 representantes que formaram este segundo congresso, número semelhante ao realizado em Abril. Sob aprovação dos mesmos, coube a Rondeau presidir e coordenar os trabalhos deste evento.

Os trabalhos foram realizados entre os dias 8 e 10 e quatro deputados foram eleitos para se dirigirem até Buenos Aires. Contrariando as expectativas de Artigas, que não se fazia presente no evento e, por omissão de Rondeau, não conseguiu conversar com os deputados antes do Congresso, dois dos deputados eleitos, Marcos Salcedo e Luis Chorroarín, não defendiam as bandeiras do federalismo e, se não bastasse, nenhuma instrução ou recomendação foi elaborada para ser defendida e apresentada pelos deputados em Buenos Aires. No mesmo congresso, decidiu-se pela anulação do Governo de Canelones.¹⁹⁷

¹⁹⁴ Conforme CASAS, 2005, op.cit, p.102, o Congresso Oriental definiu pela criação de um governo que foi instalado na cidade de Canelones o qual tinha tarefa recuperar a economia da Banda Oriental, a qual se encontrava arruinada pela guerra e pelos saques cometidos pelos portugueses, quando da invasão dos territórios da província.

¹⁹⁵ Rondeau e Artigas haviam se aproximado ainda no mês de abril quando da assinatura de acordos entre ambos. Neste tratado haviam ratificado as negociações já feitas com Sarratea e não sancionadas pelo governo de Buenos Aires, como, por exemplo, o caráter auxiliador das tropas portenhas e garantias de que não haveria novamente uma suspensão da luta contra o governo espanhol. Este tratado foi novamente ignorado pelo governo bonaerense.

¹⁹⁶ CASAS, 2005, op.cit. p.105.

¹⁹⁷ Ver ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.12.

Deste modo, o congresso de dezembro seguia uma linha completamente diferente daquela adotada em “Tres Cruces”, simbolizando uma grande derrota política para o caudilho Artigas. O erro de Artigas em aceitar a realização de um novo congresso, sua inocência em acreditar na lealdade de Rondeau, somada a astúcia do general portenho e as traições de Larrañaga e García de Zuñiga¹⁹⁸ foram decisivas para a divisão dos orientais, o que era amplamente desejado pelo governo de Buenos Aires.

Conforme Casas, estes setores da Banda Oriental que uniram forças com Buenos Aires, motivando a derrota dos ideais federalistas no congresso de dezembro, procuraram preencher uma brecha deixada na região e que muito dificultava a luta contra o governo espanhol sediado em Montevideú, uma vez que, para eles, o radicalismo das posições de Artigas atrapalhavam a realização deste objetivo.¹⁹⁹

Frente ao fracasso no congresso de dezembro, Artigas ficou à frente de uma das mais importantes decisões que deveria tomar e, que o resultado, seria decisivo para o futuro de suas aspirações e, conseqüentemente, da política de toda a região. Se aceitasse as deliberações definidas no congresso estaria ele deixando de lado o projeto federal que há anos vinha liderando. Caso negasse as diretrizes estabelecidas na “*Capilla Maciel*”, seria ele acusado de autoritário e traidor da vontade dos representantes do povo, frase esta que ele sempre proclamava em suas teses e pronunciamentos.

Diante de tais questões Artigas optou pela segunda. Radicalizou sua política e, 20 de janeiro de 1814, em silêncio e na calada da noite, retirou suas tropas das imediações de Montevideú, na chamada “marcha secreta”. Daí, rumou para Belém, lugar onde estabeleceu

¹⁹⁸ Larrañaga, ao negociar uma saída com o Triunvirato, omitiu informações à Artigas, acerca da postura ofensiva de Buenos Aires contra as deliberações de “Tres Cruces”. Zuñiga, por sua vez, ao permitir a influência de Buenos Aires neste episódio, passou a integrar o novo governo oriental que substituiu o de Canelones (CASAS, 2005, op.cit. p.106)

¹⁹⁹ Ibid, p.106.

seu novo quartel-general e iniciou uma forte campanha de divulgação e propaganda dos ideais federalistas por toda a região oriental, inclusive nas províncias de Entre Rios e Santa Fé.²⁰⁰

Estes episódios acabam por inaugurar um período de profunda tensão na região do Prata, pois, se por um lado a postura federalista adotada por Artigas se tornava cada vez mais radical, por outro, a Junta de Buenos Aires também sofreu mudanças que tornam sua postura centralizadora ainda mais contundente.

Desde meados do ano 1813, membros da “*Logia Lautaro*”, ou seja, uma espécie de elite pensadora, conforme Abadie aponta, já discutiam a necessidade de estabelecer um governo ditatorial, legalmente formalizado, com poderes concentrados em apenas uma pessoa, como forma de fortalecer o combate ao artiguismo, que muito atrapalhava as aspirações hegemônicas de Buenos Aires, que almejava constituir sua jurisdição sob as bases do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

Após articulações políticas, foi convocada a reunião da Assembléia Geral que encontrava-se em recesso, e nos dias 21 e 22 de janeiro de 1814, aprovou-se a dissolução do Segundo Triunvirato e a criação do Diretório de Buenos Aires, onde elegeu-se Gervásio Antônio de Posadas como diretor, concentrando em suas mãos poderes, os quais radicalizariam ainda mais a política centralizadora e unitarista da capital portenha.²⁰¹

3.3 O acirramento da disputa entre unitaristas e federalistas

A dissolução do Segundo Triunvirato e criação do Diretório, como já visto, aconteceu nos dias 21 e 22 de janeiro de 1814, apenas um dia após a “marcha secreta” de Artigas, que

²⁰⁰ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.16.

²⁰¹ ABADIE, 1998, v.1, op.cit. p. 130.

abandonou o sítio de Montevideu se retirando para Belém. Assim, o terreno era mais do que apropriado para que Posadas colocasse em prática suas idéias e projetos radicais de centralização e unitarismo.

Diante do abandono artiguista, o Diretório declarou Artigas “infame, privado de sus empleos, fuera de la ley y enemigo de la patria”²⁰², deixando clara as posturas que seriam adotadas a partir de então em relação ao processo revolucionário da região. Juntamente com a declaração ofensiva feita à Artigas, Posadas oferecia a recompensa de 6 mil pesos para quem entregasse ao Diretório o caudilho oriental, vivo ou morto.

Embora a postura unitarista de Buenos Aires tivesse se acirrado com a criação do Diretório, a prudência parecera para Posadas uma alternativa nestes momentos iniciais da luta travada entre o órgão portenho e o movimento oriental. Neste sentindo, percebe-se que, nos primeiros meses de 1814, ao mesmo tempo emq eu o prestígio e o movimento artiguista se espalhava pelas vastas campanhas uruguaias, a política européia começava a mudar, aonde ventos favoráveis sopravam em direção a Espanha.

Em Buenos Aires chegavam notícias que davam conta do provável envio de tropas hispânicas ao Prata, à fim de socorrer as tropas de Vigodet, sitiadas em Montevideu. Frente a isso, Posadas, pela última vez, tentou chegar a um acordo político como chefe dos orientais. Em abril de 1814 enviou até o quartel de José Gervásio Artigas a missão Amaro-Candiotti, que se aproximaram de uma aliança com o chefe oriental, pois Posadas, recuou, apontando que ao aceitar os termos exigidos pelo caudilho, estaria reconhecendo a existência de dois governos distintos na região.²⁰³

Ao longo de todo o ano de 1814 o projeto político artiguista graçava os campos da Banda Oriental, pois, este projeto era o único que conseguia responder aos anseios das províncias do interior, como Entre Rios e Corrientes, as quais viam nesta proposta de

²⁰² Citado por CASAS, 2005, op.cit., p.111.

²⁰³ ABADIE, 1998, v.2 op.cit. p.62.

federalismo a única alternativa frente ao antigo projeto colonial representando pelos espanhóis e o unitarismo centralizador coordenado pelo Diretório de Buenos Aires.

Os interesses econômicos destas províncias pareciam, para seus habitantes, só poderiam ser defendidos pelo projeto federal proposto por Artigas. Segundo Casas, a nascente indústria do interior necessitava que seus portos fossem liberados para o comércio, pondo fim ao exclusivismo do porto de Buenos Aires, defendido e alardeado pela burguesia portenha que, ao defender o centralismo da capital feria os interesses das províncias interioranas.²⁰⁴

Logo após abandonar o sítio de Montevideu Artigas enviou diversas forças militares para as regiões às margens dos rios Uruguai e Paraná, lugar de grande difusão das idéias artiguistas. Na região de Corrientes e Entre Rios, as tropas artiguistas foram acumulando vitórias sobre as forças unitaristas e conseguindo, em meados de 1814, com a conquista Misiones, vincular o litoral do rio Uruguai com o rio Paraguai. Em março de 1815 a importante região de Santa Fé, até então controlada por enviados de Buenos Aires, também capitulou diante dos exércitos orientais.

Enquanto isso, as forças legalistas que resistiam há meses o sítio de Montevideu mantido pelos exércitos bonaerenses, não suportaram as tropas comandas por Rondeau e, no dia 20 de abril de 1814 viram a frota naval que mantinha o abastecimento da cidade ser destruída por um a embarcação portenha. Gaspar de Vigodet, convencido da impossibilidade de manter a cidade sob seus domínios tratou de negociar uma série de condições para a rendição.²⁰⁵ O Diretório aceitou a proposta de Vigodet e, em 20 de junho de 1814, era assinado um armistício, dando início a chamada “dominação portenha” da cidade de Montevideu.

²⁰⁴ Ibid. p.112.

²⁰⁵ “El gobernador puso duras condiciones, que Alvear aceptó sin protestas: la ciudad se entregaba al gobierno revolucionario “en depósito”, y el gobierno de Buenos Aires debía aceptar que pertenecía a la monarquía española, al igual que el resto de las Provincias Unidas, y debía comprometerse a no izar otro pabellón que no fuera el español. Se respetarían la persona e los bienes de quien hubieran combatido al favor del gobierno colonial, se permitiría la salida hacia España de todas las fuerzas armadas y de todos los que quisieran irse y no se retirarían las armas que quedaban en la ciudad”. (Ibid. p.116).

Porém, a dominação portenha não conseguiu manter duradoura sustentação na Banda Oriental. Ao saber da queda de Montevideu diante das tropas portenhas, Artigas, preocupado com a importante tomada da capital oriental pelas tropas portenhas, a qual poderia representar uma nova ofensiva bonaerense sob a Banda Oriental, imediatamente delegou a Otorgués a missão de se deslocar até Montevideu.

Após vários combates ao longo do ano de 1814, nos quais as tropas artiguistas foram derrotadas, em 10 de janeiro de 1815 as tropas orientais venceram a “Batalha de Guayabos”, o que forçou os exércitos portenhos a desocupar os territórios da Banda Oriental. A partir daí, houve a destituição do cabildo eleito pelos portenhos e a eleição de um novo, com a participação de importantes partidários do artiguismo, como Tomás García de Zuñiga, José Vidal e Felipe Santiago Cardoso. Em 21 de março de 1815, Artigas tomava efetivamente o controle político da cidade de Montevideu e, pela primeira, todo o território da Banda Oriental estava sob o domínio do caudilho.²⁰⁶

Assim, com a conquista territorial da Banda Oriental efetivada, em abril de 1815, seis províncias aderiram ao projeto federalista formando uma aliança que ficou conhecida como a Liga Federal. Formada pela Província Oriental, Entre Rios, Corrientes, Santa Fé, Misiones e Córdoba iniciava-se uma base política com o intuito de fazer frente aos exércitos e aos ideais unitaristas de Buenos Aires.

As províncias que formavam a Liga Federal, se reuniram no chamado Congresso do Oriente, no dia 29 de junho de 1815, em Concepción del Uruguay, no qual definiu-se a figura de Artigas como “*El protector*”, criando a “*Liga de los Pueblos Libres*” ou, simplesmente, o Protetorado Artiguista. Neste Congresso foi ratificado as antigas deliberações já acordadas do Congresso de “Tres Cruces”, de 1813. Era formada, então, oficialmente, uma estrutura

²⁰⁶ Ver ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.22-25.

política entre as províncias sob a forma de uma confederação, pois haviam relações diretas entre todas elas sem perderem sua relativa autonomia.²⁰⁷

Definitivamente, o período entre 1814 e 1815 representou o ápice do movimento revolucionário e federalista nos territórios da Banda Oriental. Até agosto de 1816, quando da chegada dos exércitos portugueses à região, toda a Banda Oriental estava absorvida pela “*Ligas de los Pueblos Libres*”, enfim, tomada pelo artiguismo.

3.4 A mudança na política europeia e o fim do projeto de Carlota Joaquina

Ao mesmo tempo em que o movimento político revolucionário se intensificava no Prata, com o acirramento das contendas entre unitaristas e federalista, o contexto da política europeia também começava a sofrer profundas transformações. Os exércitos de Napoleão sofriam derrotas por todos os lados e, a península ibérica estava cada vez mais próxima, do controle político dos Bourbons.

No quarto ano da presença das tropas britânicas da Espanha, estas já estavam totalmente adaptadas à missão confiadas a elas e, para colaborar, com a instalação das Cortes de Cádiz, o governo espanhol conseguiu, finalmente, organizar de maneira mais contundente o movimento de resistência aos franceses.

Desta forma, ao início do ano de 1812, a situação política e militar se demonstrava favorável ao avanço das tropas anglo hispânicas, pois, além do fortalecimento e melhor organização das tropas que defendiam o território ibérico, as tropas francesas se encontravam dispersas por diversos pontos e, os reveses na Rússia começavam a prejudicar a estratégia militar de Napoleão.

²⁰⁷ PIMENTA, 2002, op.cit. p.124.

Ainda em 18 de janeiro de 1812, Wellington liderou a tomada da Cidade Rodrigo, dando início a um período de grandes conquistas por parte de ingleses e espanhóis. Com esta vitória, Marmont, comandante francês, se viu forçado a recuar com suas tropas e, após nova derrota, agora em 22 de julho do mesmo ano, na famosa batalha de Arapiles, deixou o caminho aberto para os anglo hispânicos recuperarem Madri.

Em 11 de agosto as tropas comandadas por Wellington ocuparam o Palácio real de Madri decretando a reconquista de toda a Castela. Porém, após reorganização francesa, agora sob a liderança do general Soult, a capital espanhola novamente foi ocupada pelas forças de Napoleão, em 16 de janeiro de 1813.

Mesmo com esta importante conquista, as notícias que chegaram para José Bonaparte, que comandava a campanha na Espanha não eram nada animadoras. As tropas francesas enfrentavam dificuldades cada vez maiores no outro frente o que fez Napoleão comunicar a seu irmão que não seriam enviados reforços para as tropas que lutavam contra os exércitos anglo hispânicos.

Diante disso, em 27 de maio de 1813, a cidade de Madri foi desocupada definitivamente pelos franceses, que se deslocaram para o norte da Espanha. Ali, sofreriam novas derrotas contra os comandados de Wellington até que, em novembro, todas as forças francesas já haviam recuado e voltado para a França. Assim, encerrava-se um período de 5 anos de ocupação militar francesa na Espanha.

Napoleão Bonaparte, ao tomar conhecimento dos mais recentes fracassos sofridos por seus exércitos na península ibérica e, acima de tudo, decidido a fortalecer seus esforços no frente oriental, enviou La Forest, antigo embaixador francês na Espanha, ao encontro de Fernando VII, que ainda se encontrava em seu cativeiro. Sua missão era propor que o

monarca retornasse ao trono para conter “la anarquía, el jacobinismo, el aniquilamiento de la monarquía, y la república propagada pelos ingleses”.²⁰⁸

Após negociações com o monarca cativo, em 08 de dezembro de 1813 foi assinado o Tratado de Valençay, o qual determinava o retorno de Fernando VII ao trono espanhol. No tratado, ficou acertado que o governo espanhol ficava obrigado a anistiar os “afrancesados”, poderia substituir as guarnições francesas por militares espanhóis e deveria, também, solicitar a retirada das tropas britânicas do território espanhol.²⁰⁹

Porém, tal atitude abriu uma acirrada questão na conturbada política interna espanhola. Ao logo dos seis anos em que Fernando VII esteve aprisionado, a Espanha viu brotar um novo modelo político, resultado das Cortes de Cádiz e do novo governo, agora constitucional, que se inaugurava na península. A Regência espanhola, sustentada pelo constitucionalismo das Cortes se negou a reconhecer o tratado assinado entre Fernando VII e a França, pois, para eles, antes disso caberia ao monarca restaurado jurar a Constituição.

Logo após as manifestações vindas do governo constituído em Cádiz, Fernando VII e seus apoiadores se manifestaram prontamente contrários a jurar a constituição e referendar o governo estabelecido após os episódios de 1808. O monarca acusava as Cortes de logo após serem instaladas terem usurpado sua legítima soberania sobre os territórios hispânicos. Deste modo, em decreto de 4 de maio de 1814, Fernando VII manifestou que seu “real ánimo es no solamente no jurar ni acceder a dicha Constitución, ni a decreto alguno de las Cortes generales y extraordinarias(...)” e, radicalizando ainda mais seu tom declarou “aquella Constitución y aquellos decretos, nulos y de ningún valor ni efecto, ahora ni en tiempo alguno(...)”²¹⁰.

No primeiro dia após a divulgação de tais manifestações de Fernando VII deu-se início a uma série de medidas políticas com o intuito de restabelecer a ordem vigente até o ano de

²⁰⁸ Citado por GODECHOT, 1976, p. 156.

²⁰⁹ ARTOLA, 1999, op.cit. p.402-403.

²¹⁰ Citado por ARTOLA, 1999, op.cit. p.408.

1808. Foram restabelecidas as antigas estruturas administrativas e, sobretudo, a perspectiva de recuperação dos antigos territórios coloniais que, após os acontecimentos políticos europeus caminhavam a passos largos rumo a independência e rompimento dos laços coma metrópole.

A atuação do governo espanhol no sentido de reconquistar a tranqüilidade política na América platina foi deficiente, uma vez que, além dos escassos recursos para empreender tal projeto, não havia um plano político e militar consistente capaz de vislumbrar um sucesso imediato para o governo de Fernando VII.²¹¹

Foi neste espaço de tempo inaugurado com o Tratado de Valençay e os pronunciamentos de Fernando VII em maio de 1814 que o império napoleônico sucumbia definitivamente. Inaugurou-se, a partir de então, as tratativas entre as potências européias para restabelecer a ordem na política européia, após décadas de conflitos.

Ainda em 1814 a paz geral foi celebrada juridicamente com a assinatura do Tratado de Paris, o qual restabeleceu os territórios a seus antigos possuidores, usurpados pelo avanço napoleônicos durante os anos de guerra. Inaugurou-se assim um período de grandes negociações entre as potências européias, que na cidade de Viena definiram os rumos da política européia e as alianças no intuito de verem a antiga ordem política restabelecida.²¹²

Neste mesmo íterim, as articulações de Carlota Joaquina com vistas de assumir a regência da Espanha continuavam. Os contatos com seus partidários do Prata e, sobretudo, com as Cortes na Espanha forma mantidas entre os anos de 1812 e 1814. Seu desejo em assumir a regência do trono espanhol no lugar de seu irmão era cada vez maior. Fortalecido ainda mais com as notícias referentes ao armistício de 1812, o que levou Gaspar de Vigodet, cada vez mais fragilizado, a insistir em seus pedidos de ajuda à princesa.

Porém, a situação de Carlota Joaquina não lhe permitia enviar a ajuda solicitada pelo governador de Montevideú. Sua posição na corte do Rio de Janeiro se tornava cada vez mais

²¹¹ Ibid. p. 481.

²¹² MARTÍNEZ, 1986, p.225-226.

delicada. Seu “braço direito” nas questões políticas, José Presas, já havia retornado a Espanha, seguindo ordens daquele governo. E o conde de Palmella que, até então, se encontrava na Espanha negociando diretamente com as Cortes a indicação de Carlota à Regência recebia ordens expressas do governo português para retornar a Londres, abandonando a missão diplomática em Cádiz. Tratava-se de uma tentativa definitiva de isolar Carlota Joaquina e suas pretensões de poder.²¹³

Ao mesmo tempo em que a crise política se alastrava pelos territórios hispânicos no Prata, o que poderia ser um bom sinal para as pretensões de Carlota, pois poderia agilizar a sua nomeação nas Cortes, a Europa assistia os fracassos de Napoleão e vitória dos espanhóis naquela guerra. E este revés no velho mundo sepultou os projetos da princesa.

Os interesses em se tornar regente da América espanhola, ou até mesmo da Espanha, já vinha sendo agredido desde seu princípio. Internamente, pelo chefe de governo, o Conde Linhares, que alimentava as desconfianças de D. João VI em torno das reais intenções de sua esposa. Externamente, o projeto de Carlota Joaquina recebeu grande oposição da Inglaterra, de Lord Strangford, para o qual, a manutenção da instabilidade política nos domínios espanhóis poderia resultar na desejada independência das colônias hispânicas e, posteriormente, no acréscimo de mercados consumidores para os produtos ingleses.²¹⁴

Foi desta forma, tumultuando e interferindo negativamente nas estratégias e manobras políticas de Carlota Joaquina que os desejos da princesa foram se enfraquecendo. Até porque, o tempo passara, e a Europa assistia a queda de Napoleão. E a Espanha o retorno de Fernando VII. E Carlota Joaquina, o ponto final de seu tão sonhado reinado no Prata.

²¹³ AZEVEDO, 2003, op.cit. p. 312.

²¹⁴ MARTÍNEZ, 1986, op.cit. p.313.

3.5 Portugal e Espanha no Congresso de Viena: a questão de Olivença

A diplomacia espanhola passou a se organizar para se fazer presente no Congresso de Viena, com vistas de defender os interesses dos Bourbons, agora restaurados. Conforme Artola, a missão espanhola que iria se dirigir a Viena deveria defender, incondicionalmente, a restauração do ambiente político e territorial do continente e de suas potências no período que antecedeu a guerra, ou seja, 1808. Para tanto, o representante espanhol no congresso, Pedro Gomez Labrador, reivindicaria a devolução dos estados pontifícios ao Papa, o reino de Nápoles a Fernando IV e os territórios da Lousiania, na América do Norte, aos espanhóis. Por fim, seriam solicitados os tesouros artísticos raptados por Napoleão e uma vultuosa quantia em dinheiro à título de indenização de guerra.²¹⁵

No que se refere aos territórios hispano-americanos era evidente a intenção de Fernando VII em recuperar os espaços que eram tomados pelos movimentos revolucionários. No caso da região platina, o ambiente merecia maiores cuidados. Em Buenos Aires, a independência acabou sendo declarada no ano de 1816; a Banda Oriental estava completamente tomada pela política artiguista e, a corte de Portugal, instalada no Rio de Janeiro, não escondia do gabinete de Madri suas antigas intenções de estender os domínios até o Rio da Prata.

A Espanha possuía importante aliança diplomática com a Grã-Bretanha, o que poderia, teoricamente, garantir um reforço nas tentativas de restabelecer a autoridade bourbônica na região do Prata. Porém, a Inglaterra, além de manter vínculos políticos e militares com a Espanha, possuía histórica aliança política e comercial com Portugal e, sobretudo, via nos movimentos revolucionários na região platina, uma oportunidade a mais em sua busca por novos mercados. Frente a isso, ao receber de Fernando VII pedidos de ajuda na recuperação

²¹⁵ ARTOLA, 1999, op.cit. p. 438-439.

dos territórios coloniais, a Inglaterra se ofereceu apenas como mediador em possíveis negociações.²¹⁶

Inclusive, o monarca Fernando VII, ao não ver atendido pela Inglaterra seu pedido de auxílio militar na reconquista dos domínios americanos, buscou na Rússia que, ao lado da Inglaterra fora a grande vencedora das lutas contra Napoleão, a ajuda que a Inglaterra, por razões diplomáticas não dispôs. Assim, D. Fernando ofereceu a Alexandre I, em troca da ajuda militar para reconquistar Buenos Aires, a posse da Ilha de Menorca, no Mediterrâneo. Obviamente que a coroa britânica, ao tomar conhecimento de tal acordo e temendo a presença russa em águas mediterrâneas reagiu drasticamente, impedindo tal acordo.²¹⁷

A corte portuguesa, com a derrocada do império napoleônico, também passou a olhar com atenção as negociações que se inauguravam em Viena, com vistas de restabelecer a ordem na Europa, através da ótica das grandes potências da época. Pedro de Souza Holstein, o conde de Palmella, Antônio Saldanha da Gama e Joaquim Lobo da Silveira foram os representantes da corte portuguesa no Congresso de Viena e, com instruções de 16 de junho de 1814, deveriam defender uma série de pautas, as quais, pelo histórico geopolítico do reino, se confrontavam diretamente aos interesses espanhóis.²¹⁸

Neste sentido, as orientações passadas pelo gabinete português eram claras ao exigir que as fronteiras entre Portugal e Espanha, na América Meridional, fossem definidas pelo critério da fronteira natural, no caso, o rio Amazonas e o Uruguai. No caso da fronteira sul, os territórios das Missões Orientais do Uruguai, conquistadas nas contendas de 1801.²¹⁹

Além disso, um ponto determinante das instruções encaminhadas pelo gabinete de D. João VI aos representantes em Viena dizia respeito à devolução, por parte da Espanha, da cidade de Olivença, antiga querela diplomática entre ambas as nações ibéricas. Com este

²¹⁶ Ibid. p.481.

²¹⁷ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p. 50.

²¹⁸ MARTÍNEZ, 1986, op.cit. p. 229.

²¹⁹ CAMARGO, 2001, op.cit. p. 195.

intuito, Portugal propôs que fossem restabelecidos os espaços naquela região de acordo com o período anterior a Guerra das Laranjas, de 1801, pois, desta forma, a praça de Olivença retornaria aos domínios lusitanos.

Porém, este ponto gerou profunda animosidade entre portugueses e espanhóis durante o Congresso. Isto por que, ao propor o restabelecimento dos antigos espaços na península, Portugal abria caminho para a Espanha reivindicar a devolução das Missões Orientais do Uruguai, ocupadas pelos portugueses liderados por Borges do Canto, em 1801. Assim, criava-se um impasse dentro da própria diplomacia portuguesa que, de certa forma, ficou presa a esta demanda que a Espanha proporia em troca de uma possível devolução de Olivença. Em resumo, como poderia Portugal exigir a devolução de Olivença sem sofrer a perda das Missões Orientais?

No Congresso de Viena, definitivamente, Espanha e Portugal eram forças menores que, invariavelmente, gravitavam sob a órbita diplomática da Inglaterra. Martínez, neste sentido, aponta que Portugal, por possuir pouco poder de negociação, nunca recebia a atenção direta de outras nações. Sempre que algum diplomata queria algo de Portugal buscava, primeiramente, a Inglaterra.²²⁰

No caso de Olivença, França e Inglaterra, por exemplo, por possuírem interesses territoriais com a Espanha na América preferiram não exigir dos diplomatas hispânicos a devolução dos territórios de Olivença a Portugal. Por isso, as potências, sem querer hostilizar a Espanha e sem possuir forte interesse em beneficiar Portugal optaram por apenas oferecer a mediação política entre ambos os países ibéricos, embora tenham reconhecido o direito de Portugal pelos territórios em questão.²²¹

²²⁰ MARTÍNEZ, 1986, op.cit. p.231.

²²¹ “As potencias, reconhecendo a justiça das reclamações formuladas por Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal e do Brasil, sobre a vila de Olivença e os outros territórios cedidos à Espanha pelo Tratado de Badajóz de 1801, e considerando a restituição destes objectos como uma das medidas adequadas a assegurar entre os dois Reinos da Península aquela boa harmonia, completa e estável , cuja conservação em todas as partes da Europa tem sido o fim constante das suas negociações, obrigam-se formalmente a empregar por vias conciliatórias os

Deste modo, coube à missão portuguesa em Viena, sob liderança de Palmella, encontrar uma forma de driblar este impasse relativo às Missões Orientais do Uruguai. A presença da família real no Rio de Janeiro, certamente, reforçou a importância desta região para os domínios portugueses no Prata. Da mesma forma que Olivença representava uma peça geopolítica considerável nos territórios europeus.

Assim a Banda Oriental voltou a ser elemento fundamental nas pretensões portuguesas. Frente a tal impasse, os diplomatas portugueses resolveram unir o útil ao agradável: executar o velho sonho de posse da Banda Oriental, retomar Olivença e sacramentar a posse das Missões Orientais do Uruguai.

3.6 A política portuguesa para o Prata e a intervenção de 1816

Em 08 de abril de 1815 as grandes potências européias reconheciam D. João VI como Príncipe Regente do Reino de Portugal, Brasil e Algarves. Em março de 1816 falecia a Rainha Maria I e, em maio do mesmo ano o Príncipe era coroado Rei. Sua expressão política aumentava entre os participantes do Congresso de Viena. E a situação política no Prata fornecia elementos contundentes para concretização do antigo projeto de extensão dos domínios portugueses para o sul. E, se não bastasse, a diplomacia em Viena, orquestrada por Palmella, seguia o mesmo rumo: a Banda Oriental.

Os interesses econômicos eram, sem sombra de dúvidas, elementos que seduziam o governo português para a região oriental do rio Uruguai. Os fazendeiros e charqueadores do Rio Grande do Sul tinham na Banda Oriental a possibilidade de ver aumentadas as terras para

seus mais eficazes esforços a fim que se efectue a retrocessão dos ditos territórios em favor de Portugal. E as Potências reconhecem, tanto quanto depende de cada uma delas, que tal retrocessão deve ter lugar rapidamente”. Citado por MARTÍNEZ, 1986, op.cit. p. 230.

exploração e criação de gado e, além disso, uma nova saída para a escoação de seus produtos. Aldo Janotti aponta que o ciclo luar e a dependência brasileira em se abastecer de tal espécie na região platina, somando à concorrência do gado e da carne orientais fazia da intervenção portuguesa uma solução para a crise do setor.²²²

Outro critério, utilizado pela diplomacia portuguesa, desde os tempos de Alexandre de Gusmão, acerca da incorporação da Banda Oriental aos territórios lusitanos, diz respeito à teoria das “fronteiras naturais”. Dom João, inclusive, ao justificar tal invasão para o embaixador francês Maler, comenta que “os franceses falaram e escrevinharam muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: tratava-se sempre, de um lado, do Reno e do outro, dos Alpes; ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata?”²²³.

Neste sentido, João Paulo Pimenta, ao observar a utilização da tese das “fronteiras naturais” no discurso lusitano pró-invasão, afirma que, mesmo não sendo um argumento exclusivo em relação à ocupação militar portuguesa em 1816, este critério foi amplamente difundido como justificativa, tanto pelo governo português como pelos formadores de opinião daquela sociedade.²²⁴

Já Aldo Janotti, ao discutir tais elementos, tece críticas radicais a historiografia brasileira, a qual, segundo ele, faz de tal teoria o fator determinante para a ação portuguesa. Assim, Janotti define este argumento como um disfarce para projetos meramente expansionistas. Segundo ele, não se deve creditar tal tese como causa principal da intervenção, uma vez que, este foi um recurso de ampla repercussão positiva a favor das ações

²²² “Enquadrando o problema meridional, sul-rio-grandense e platino, conforme os contornos que acabamos de descrever, a conclusão a se tirar é que D. João VI pretendeu solucionar o referido problema através da invasão e incorporação do Uruguai. Com isso atingia, simultaneamente, dois objetivos. Não só evitava a crise da economia do Rio Grande do Sul, ameaçada pela concorrência platina, como também, apossando-se do território de um dos concorrentes, no caso o Uruguai, garantia para o Brasil o abastecimento regular que o seu gado bovino proporcionava [...]”. JANOTTI, 1975, p. 333-334.

²²³ Citado por LIMA, 1996, op. cit. p. 73.

²²⁴ PIMENTA, 2002, op. cit. p.137.

militares e, serviu também, como elemento na formação de um discurso de territorialidade para a nova nação.²²⁵

Além disso, havia uma preocupação política contundente do gabinete português em relação à região oriental: o artiguismo. A ameaça política que o Protetorado de Artigas representou para o governo lusitano foi elemento substancial na decisão de ocupar a Banda Oriental do Uruguai.

Nesta perspectiva, o gabinete português utilizou constantemente expressões do tipo, “*para conter a anarquia*” nos territórios limítrofes ao Brasil. Conforme Pimenta, o general Lecor, em resposta a Pueyrredón, então diretor da Junta de Buenos Aires, dizia que “a marcha de seu exército visava exclusivamente pacificar a fronteira do reino contra a *desordem e anarquia*”.²²⁶ Oliveira Lima, na obra *Dom João VI no Brasil*, legitima os argumentos de Portugal ao destacar que Artigas apoderou-se da Banda Oriental e, além de praticar “depredações na fronteira brasileira, alistara tropas para invadir a província de São Pedro e espalhara proclamações destinadas a excitar os habitantes das Sete Missões à revolta”²²⁷.

Mesmo com estas justificativas, o governo português continuava sofrendo oposição de outros países em relação ao seu projeto para o Prata. A Inglaterra era, sem sombra de dúvidas, era a maior opositora dos planos imperialistas de D. João VI. Isto porque, os ingleses defendiam as independências hispano-americanas, que poderiam garantir bons frutos ao seu comércio e, pela ótica diplomática britânica, a ocupação militar portuguesa da região conteria os movimentos revolucionários do Prata. Mas com a morte de Rodrigo de Souza Coutinho e a volta de Antônio de Araújo, conde de Barca, ao governo, diminuía a interferência inglesa no gabinete do Rio, o que facilitou a execução do projeto de ocupação.²²⁸

²²⁵ JANOTTI, 1975, op. cit. p. 319.

²²⁶ PIMENTA, 2002, op.cit. p.147.

²²⁷ LIMA, 1996, op.cit. 437.

²²⁸ MARTÍNEZ, 1986, op.cit. p.314.

O projeto de expansão arquitetado no gabinete do Rio de Janeiro, ao assumir o discurso de combater o republicanismo plantado por Artigas na região oriental, acabou agradando alguns setores de Buenos Aires, sobretudo, uma pequena nobreza e alta burguesia que, temerária diante dos acontecimentos, começava a defender uma saída monárquica para solucionar o quadro de tensões políticas que assolava todo o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

Uma articulação política entre portenhos e lusitanos contra o movimento artiguista na Banda Oriental passou a ser cogitado. Tratava-se de um ideário anti-monarquista, ou seja, oposto às pretensões tanto de lusitanos como de argentinos. Neste sentido, o governo de Buenos Aires, mesmo avesso a qualquer política de conquista estrangeira, via na provável ocupação portuguesa na Banda Oriental uma possível forma de aniquilar com as forças artiguistas. De certo modo, havia uma convergência de interesses entre Buenos Aires e Portugal: o de combater a ameaça federalista alardeada por Artigas e seu Protetorado.

Foi com este intuito que o governo de Buenos Aires, ainda em 1815, enviou o Dr. Manuel José Garcia como seu agente junto ao governo português. Sua missão era acordar com D. João VI um tratado que autorizava a entrada de tropas lusitanas nos territórios orientais a fim de conter a força de Artigas. Para tanto, Buenos Aires se comprometia em não prestar socorro aos atacados e, ao fim da dominação lusitana na região, nomear D. João VI como Imperador da América do Sul.²²⁹

O governo de Buenos Aires já havia adotado uma forte postura em favor da instalação de uma Monarquia, inclusive, propondo a nomeação de um Inca como rei e, conseqüentemente, um enlace matrimonial com uma princesa portuguesa. Era notória a

²²⁹ “1. S.M.F al mover sus tropas todas á la Banda Oriental del Uruguay, no tiene otra mira que la de asegurarse contra el poder anárquico del caudillo D. José Artigas, igualmente incompatible con su quietud, que con la de los demás gobiernos vecinos. 2. No existe ninguna especie de tratado, convenio, ni compromiso entre S.M.F y S.M.C. ú otra potencia, relativamente á la América del Sud. 3. El Gobierno de Buenos Aires puede estar en plena seguridad de que S.M.F. conservará la misma buena armonía que hasta aquí; y que teniendo dadas al objeto de las más positivas órdenes al general Lecor, será luego desvanecida toda duda del modo más satisfactorio”. Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p.83.

proximidade entre Buenos Aires e o governo português neste momento. Inclusive, no decorrer da guerra, as poucas tropas bonaerenses que foram recrutadas se dirigiram a Santa Fé e Entre Rios, aonde colaboraram com os portugueses nas agressões à Liga Federal.

Outro importante ponto de sustentação da intervenção portuguesa foi o apoio recebido por parte de espanhóis, muitos deles emigrados de Montevideu, após a ocupação portenha e depois artiguista da cidade. Alguns deles, como Gaspar de Vigodet e Cirilo Alameda, defendiam uma ação militar lusitana na região, pois acreditavam que Portugal, por possuir laços dinásticos com a Espanha, poderia reconquistar as Províncias do Prata em favor de Fernando VII. Esta visão, sem sombra de dúvidas, foi demasiadamente otimista e inocente.²³⁰

Como visto, era visível a aceitação de uma ação militar portuguesa na região. Para muitos era a única forma de conter o federalismo que se espalhava pela campanha uruguaia, afrontava os interesses de Buenos Aires e ameaçava adentrar os territórios lusitanos, pois, era notório o interesse de Artigas em agregar para seu Protetorado o território das Missões Orientais.

Um destes portenhos partidários da intervenção portuguesa foi Nicolás Herrera. Ganhou a confiança do conde de Barca e do próprio D. João VI, ao colaborar com seus conhecimentos e suas instruções. Segundo Abadie, estas orientações foram valiosas ao instruir e orientar o general Carlos Federico Lecor, líder militar da ocupação portuguesa.

Um exemplo disso é percebido em documento emitido por Nicolás Herrera ao Ministro de Estado Português datado de 19 de julho de 1815. Nele, Herrera reforça a necessidade de proteger o território português da ameaça artiguista. Isto fica evidente quando Herrera apontou que, "(...) el tiempo corre, y demolidos los diques q^e. contienen á la multitud en toda Sociedad la anarquía se viene... andar sobre las fronteras del Brasil(...)"²³¹.

²³⁰ ABADIE, 1998, v.2, op.cit. p.102.

²³¹ Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p. 13.

É com esta preocupação que Herrera manifesta ao gabinete português a sugestão explícita de intervenção militar na Banda Oriental ao enunciar que,

"(...) Despues de mil esperanzas vanas, y tentativas inutiles, está ya vista la impotencia actual de S.M.C. p^a. restablecer al Orn. en estas Colonias: y evitar la inquietud de las fronteras portuguesas. Los Españoles no pueden ni con la fuerza de las Armas ni de la opinion, aniquilar los odios, o extinguir la animosidad q^e. han criado los mutuos agravios entre la Metropoli y sus Colonias. Todos estan convencidos de q^e. se necesita en estas un Poder extrangero que inutilice las venganzas de unos, y aquiete las sospechas de los otros(...)"²³²

No mesmo documento, Nicolás Herrera destaca o direito de Don João VI de empreender tal incursão militar em dois focos: o primeiro baseado nas forças do exército de Artigas, o qual define como “(...)colecticias, y sin disciplina alguna(...)"²³³, ou seja, insuficientes para uma disputa contra os soldados portugueses, os quais participaram do fronte europeu contra as invasões napoleônicas.

O segundo foco é definido por Herrera como “força moral”, pois sugere ao gabinete português que os combates e disputas civis violentas entre o Protetorado e Buenos Aires fizeram com que a opinião pública oriental passasse a refutar o sistema republicano, o qual seria o causador de tantos conflitos. Assim, Herrera manifesta que os

"Cinco años de miserias de devastación, y ruinas han convencido ya los hombres mas sensatos del Partido Americano, de q^e. las ideas republicanas son absolutamente contrarias a la prosperidad de un Pais inmenso, y educado baxo las formas Monarquicas(...)." ²³⁴

²³² Ibid.

²³³ Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p.14.

²³⁴ Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p.15.

Como visto, eram muitos os fatores internos que impulsionavam a ação portuguesa em direção a Banda Oriental. Ao ampliar ou não os domínios para sul se colocava em jogo a força de diversos setores econômicos, dependentes daquela região. Era, sem sombra de dúvidas o momento certo para fazer valer a antiga teoria da “fronteira natural” e colocar em prática o sempre desejado espírito imperial na América do Sul. A conjuntura platina permitia isso: além do republicanismo artiguista, considerado pelo gabinete português como ameaçador para a tranquilidade do reino, D. João VI contava com o apoio de diversos setores portenhos, interessados no fracasso de Artigas e, alguns, até mesmo defensores de uma alternativa monárquica para conter os descontentamentos nas Províncias do Prata.

Se não bastasse este cenário motivador para a efetivação de tal projeto, a Europa também fornecia elementos que encorajavam ainda mais D. João VI. A Europa discutia suas novas fronteiras no Congresso de Viena. E a pendenga entre Espanha e Portugal em relação a Olivença assumiria, neste contexto, papel determinante para a ocupação dos territórios orientais. Uma contenda diplomática européia se tornaria decisiva para a efetivação do projeto português de ocupação da Banda Oriental do Uruguai.

Conde de Palmella liderava a missão diplomática em Viena. E encontrava-se em profundo impasse. Ao reivindicar a retomada de Olivença abria caminho, como já fora visto, para o pleito espanhol de recuperar as Missões Orientais do Uruguai. Mesmo diante das indicações do gabinete do Rio em recuar nesta questão, Palmella parece fazer da Banda Oriental um ótimo pretexto para suas negociações em Viena.

Os diplomatas espanhóis eram sempre evasivos em suas tratativas sobre Olivença. E Palmela era sabedor do projeto português de ocupar os territórios orientais do rio Uruguai. Assim, em carta de 24 de novembro de 1814 endereçada ao Marquês de Aguiar, o diplomata português informa que sobre as negociações referentes à Olivença

"(...) as cartas do Ministro de S.A.R. em Madrid não nos dão muita esperança de hum feliz resultado; as promessas que o Governo Espanhol lhe faz, são vagas, e parecem unicamente diregidas á ganhar tempo, e á grangear huma boa recepção no Brazil á Expedição que pertendem enviar a Buenos Aires. Além do que seria quazi impossivel, se a Espanha sem intervenção de outras Potencias nos restituisse Olivença, o evitar as Reclamaçoens que ella se julgaria authorisada á fazer relativamente ás Missões do Uruguay(...)".²³⁵

O conde de Palmella, diante da indiferença espanhola em resolver tal impasse e da possibilidade de ver as Missões Orientais reivindicadas pelos diplomatas de Madri, sugeriu a hipótese de colocar em prática o projeto de invasão da Banda Oriental. Tal sugestão fica contundente quando Palmella diz que a "(...) vantagem seria para desejar q^e. as Tropas de S.A.R. podessem previamente ocupar a margem Oriental do Rio da Prata, e conserva-la provisoriamente, e sobre tudo se conseguissem apoderar-se de Montevideo(...)"²³⁶. O intuito do diplomata era tornar tal episódio um elemento de "barganha" nas negociações com a Espanha. Assim, poderia sugerir a troca de Olivença pelo território recém conquistado, desde que ainda não se tivesse firmado com Buenos Aires a tão comentada "saída monárquica" na região platina.

Sendo assim, eram inúmeros os elementos que faziam do projeto expansionista português apropriado para o momento. Além dos inúmeros fatores de origem sul americana que incentivavam e, acima de tudo, justificavam a intervenção militar na Banda Oriental, havia um elemento externo. A ocupação dos territórios orientais passava a ser muito mais do que um desejo imperialista ou uma forma de conter o contágio republicano na América meridional. Pelas mãos de Palmella, esta ação se transformava, definitivamente, em uma poderosa estratégia de negociação na ardilosa postura portuguesa frente aos espanhóis no Congresso de Viena.

²³⁵ Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p. 4.

²³⁶ Ibid.

Deste modo, em 28 de agosto de 1816 as tropas lideradas por Carlos Federico Lecor tomaram a fortaleza de Santa Tereza, dando início ao processo de ocupação de todo o território da Banda Oriental. Tal processo findou-se em janeiro de 1817, quando 5.000 soldados ocuparam a cidade portuária de Montevideu, dando início a uma intervenção política, militar e administrativa que se estenderia até o ano de 1828, já sob a custódia de D. Pedro I e do Brasil independente.

Com as sucessivas derrotas das tropas artiguistas e o refúgio do caudilho para o Paraguai, em 1820, a ocupação portuguesa tornou-se definitiva em toda a região. As negociações com Buenos Aires ganharam novos rumos e Carlos Lecor tornou-se o representante e governante português em toda a Banda Oriental, a qual, foi incorporada ao Império do Brasil como “Província Cisplatina”.

Após a independência do Brasil, o próprio Lecor se manteve no cargo, uma vez que, aderiu ao movimento de independência. O governo inicialmente lusitano e, em seguida, brasileiro, administrou a região até a guerra da Cisplatina, quando desocupou Montevideu após os tratados que resultaram na independência definitiva da República Oriental do Uruguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de estudar os cenários políticos que envolveram as intervenções portuguesas na Banda Oriental do Uruguai exige, de maneira contundente, o exercício de observação das conjunturas políticas muito além das fronteiras e dos territórios da América Meridional. Os espaços políticos e diplomáticos que se configuraram no período posterior aos avanços de Napoleão Bonaparte no continente europeu, são elementos indispensáveis na tentativa de compreender as ações políticas ou militares colocadas em prática na parte sul da América.

A primeira intervenção portuguesa na região oriental, no ano de 1811, reflete diretamente a confluência de interesses entre um reino que desejava aumentar seus territórios e de uma princesa que trazia consigo a vontade de se tornar o centro um projeto político pessoal e familiar. E a conjuntura política espanhola, com a prisão de Fernando VII em 1808 e os desdobramentos da crise no Vice Reinado do Prata, ofereceu a estes atores a oportunidade concreta de efetivar tais projetos.

É mister perceber também que o papel da diplomacia britânica, nas questões relativas ao Prata, são de vital importância nesta tarefa de compreender as ações políticas que engendraram a intervenção lusitana em 1811. Os interesses comerciais da Inglaterra fizeram da atuação diplomática deste país um elemento que conturbou os projetos expansionistas de Portugal e os interesses pessoais da princesa Carlota.

Deste modo, a primeira intervenção portuguesa foi resultado direto de uma oportunidade que se abriu após episódios políticos europeus, e que permitiu com que o gabinete português pudesse utilizar os direitos sucessórios de Carlota Joaquina para efetivar suas pretensões imperialistas na América do Sul. Porém, o discurso lusitano apontava elementos mais tênues e menos agressivos, pois alardeava a necessidade de conter o avanço

das idéias independentistas que assolavam a região, colocando em cheque os interesses de ambas os países ibéricos.

Mesmo após a retirada das tropas portuguesas da região oriental em 1812, o cenário político continuou conturbado nas Províncias do Prata, sobretudo, com a ascensão política do General José Gervásio Artigas. A política federalista e republicana alardeada pelos povos orientais gerou um conflito político direto com as pretensões unitaristas e centralizadoras de Buenos Aires que, inclusive apontava a solução monárquica como saída para as constantes instabilidades políticas que a região enfrentava desde o ano de 1810.

No mesmo momento, a Europa assistiu ao fim das pretensões napoleônicas e a Espanha voltou a ter seu rei, Fernando VII, restaurado. Novamente o cenário político europeu somado as tensões e incertezas no território platino resultaram em uma agressiva ação política portuguesa.

O gabinete de D. João VI, utilizando o discurso de conter a ameaça de contágio republicano em seus domínios, uma vez que Artigas demonstrava interesse em espalhar seus ideais pelo sul do Brasil e, articulado com o governo de Buenos Aires, tropas comandas por Carlos Federico Lecor invadiram a Banda Oriental em 1816 e tomaram Montevideú em 1817. Aparentemente, tratava-se uma questão meramente local, uma disputa de poder e de projetos políticos exclusivamente regionalizados.

Porém, as disputas diplomáticas travadas entre portugueses e espanhóis no Congresso Viena foram determinantes na decisão de D. João VI em enviar seus exércitos para o Prata. Logicamente, seu sonho de conquistar a fronteira natural do Rio da Prata era um elemento importante para motivar tal decisão. Mas a importância geopolítica e diplomática de Olivença, o temor em ser questionada a posse das Missões Orientais do Uruguai e o projeto de Palmella em ocupar Montevideú para ter um poder de negociação maior em Viena, sem dúvida alguma, foram decisivos para fazer da ocupação da Banda Oriental uma realidade.

Por fim, tudo aponta que mesmo D. João VI desejando permanecer no Brasil e já estando inteiramente adaptado a vida no Brasil, a diplomacia portuguesa não abria mão das questões políticas da Europa. Compreender as intervenções portuguesas na Banda Oriental do Uruguai na segunda década do século XIX, sem dúvida alguma, passa pelo entendimento das relações entre a conjuntura política vivida na região platina e pelas relações diplomáticas que se desenhavam na Europa desde os tempos de Napoleão até o Congresso de Viena.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Artigas – Tomos IV, V e XXX.

Arquivo Geral da Nação – AGN – Buenos Aires.

Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

FONTES IMPRESSAS

Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – Uma testemunha ocular. São Paulo: Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

BIBLIOGRAFIA

ABADIE, Washington Reyes. *Artigas e el Federalismo em el Rio de la Plata*. Tomo 2, V.1. Montevidéo: Ediciones Banda Oriental La República, 1998.

ABADIE, Washington Reyes. *Artigas e el Federalismo em el Rio de la Plata*. Tomo 2, V.2. Montevidéo: Ediciones Banda Oriental La República, 1998.

ABRANTES, Duquesa de. *Portugal a principios del Siglo XIX*. 2ª Edição. Madrid: Colección Austral, 1968.

AICARDI, Anibal Abadie; AICARDI, Oscar Abadie. *Portugueses Y Brasileños Hacia el Rio de la Plata - Un informe geopolítico (1816)*. Recife: POOL Editorial, 1977.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações Internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos a globalização*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.

ANTÓN, Luis González. *España y las Españas*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

ARAÚJO, Vidal Rubens. *Tempestade sobre o Rio da Prata*. Porto Alegre: Vozes, 1989.

ARTOLA, Miguel. *La España de Fernando VII*. 2ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina - Cartas Inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Revan; Brasília, 1998.

BRANCATO, Braz A. A. *Don Pedro I de Brasil, posible rey de España. (Una Conspiración Liberal)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império – v. III*. Brasília: Senado Federal, 1998.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império – V. I*. Brasília: Senado Federal, 1998.

CAMARGO, Fernando. *Britânicos no Prata*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CASAS, Lincoln R. Maiztegui. *Orientales - Una Historia Política Del Uruguay (De los orígenes a 1865)*. Buenos Aires: Planeta, Grupo Planeta, 2004.

CERVO, Amado L.; RAPOPORT, Mário (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 33-34

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ªEd. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CORTÁZAR, Fernando G., VESGA, José Manuel G. *História de Espanha: uma breve história*. Lisboa: Presença, 1997.

CUNHA, P. Penner da. *Sob Fogo – Portugal e Espanha entre 1800 e 1820*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DONGHI, Tulio Halperin. *Historia de América Latina, 3, Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERNÁNDEZ, Roberto. *História de España: la España de los Borbones; las reformas del siglo XVIII*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 1996.

FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil. Vol. 1*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil. Vol. 2*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

GODECHOT, Jacques. *Europa y América en la época napoleónica (1800-1815)*. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1976

GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002

HOLANDA, Sérgio Buarque. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II – O Brasil Monárquico, 1º Volume – O Processo de Emancipação*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

IRIBARNE, Manuel Fraga. *Sociedad Política Y Gobierno en Hispanoamerica*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1962.

JANOTTI, Aldo. Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por D. João VI. *Revista de História*, São Paulo, v. LII, 103, p. 315-341, Jul-Set. 1975.

KROEBER, Clifton. *La Navegacion de los rios en la Historia Argentina (1794-1860)*. Buenos Aires: Editorial Paidós S.A.I.C.F. 1967

LAURINO, Carolina González. *La Construcción de la identidad uruguaya*. Montevideu: Ediciones Santillana, 2001.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LOCKHART, James. SCHWARTZ, Stuart B. *América Latina em la edad moderna: una historia de la América Española y el Brasil coloniales*. Ediciones Akal, 1992.

LÓPEZ-CORDÓN, M^a. Victoria; SAMPER, M^a. Ángeles P., SAS, M^a. Teresa de. *La Casa de Borbón – Familia, corte y política V.1 (1700-1808)*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

LÓPEZ-CORDÓN, M^a. Victoria; SAMPER, M^a. Ángeles P., SAS, M^a. Teresa de. *La Casa de Borbón – Familia, corte y política V.2 (1808-2000)*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

MANACORDA, Telmo. *Fructuoso Rivera, el perpetuo defensor de la República Oriental*. Madrid: Espasa-Calpe, 1933.

MARTINEZ, Alfredo N. Velazquez. *Federalismo Y Montonera*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba - Dirección General de Publicaciones, 1963.

MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. 2ª Ed. Lisboa: Ed. Verbo, 1986.

NARANCIO, Edmundo M. *La Independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

NOBRE, Fernando. *As Fronteiras do Sul - A Ilha Martin Garcia e a Jurisdição das Águas do Prata*. São Paulo, 1922.

NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil (notas, alguns documentos diplomáticos, e cartas da imperatriz Leopoldina)*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL-MEC, 1979.

O'NEIL, Thomas. *A Vinda da Família Real Portuguesa Para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Secretaria Municipal das Culturas, 2007.

PEREZ O., Eduardo. *Guerra Irregular en la América Meridional S.S. XVIII-XIX, Ensayo de Historia Social Comparada con España y La Nueva Granada*. Tunja, Colombia: UPTC, 1994.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PICCIRILLI, Ricardo. *Argentinos en Rio de Janeiro: diplomacia, Monarquia, Independencia*. Buenos Aires: Pleamar, 1969.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

PIMENTA, João Paulo G.; SLEMIAN, Andréa. *O “nascimento político” do Brasil – As origens do estado e da nação (1808-1825)*. Rio de DP&A Editora, 2003

POMER, Leon. *Os conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- POZZOBON, Zolá Franco. *Fronteira em Chamas*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX - Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.
- QUERALT, Maria Pilar. *La Vida Y La Época de Fernando VII*. Barcelona: Editora Planeta, 1999.
- RAMIREZ, Carlos Maria. *Artigas*. Montevidéu: Ministerio de Educacion Y Cultura - Biblioteca Artigas, 1985.
- RAMOS, Demetrio. *España en la Independência de América*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1996.
- RANGEL, Alberto. *Os dois ingleses: Strangford e Stuart*. Conselho Federal de Cultura – Arquivo Nacional, 1972.
- RELA, Walter. *Artigas: cronologia história anotada (1811-1820)*. Montevidéu: Alfar, 2000.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Ana. *El Caudillo y el Dictador*. 3º Ed. Montevidéu: Planeta, 2005.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*; organização de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SEITENFUS, Ricardo. *Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2004.
- SHAW, Carlos Martínez. *História de España: El Siglo de las Luces; las bases intelectuales del reformismo*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 1995.
- SILVA, Mal. Luiz Manoel de Lima e. *Guerra Com As Provincias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Editora – Biblioteca do Exército, Gráfica Ouvidor S. A., 1956.
- TORRE, Nelson de La; RODRIGUEZ, Júlio C.; TOURON, Lucia Sala de. *La Revolucion Agraria Artiguista (1815-1816)*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos S.A., 1969.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1991.
- WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.